



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**HENRIQUE ZANIBONI LOPES**

**CAMINHADA FOTOGRÁFICA ARISTIDES PEDRO DA SILVA - V8  
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA AULAS DE  
HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM CAMPINAS/SP**

**CAMPINAS  
2024**

**HENRIQUE ZANIBONI LOPES**

**CAMINHADA FOTOGRÁFICA ARISTIDES PEDRO DA SILVA - V8  
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA AULAS DE  
HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM CAMPINAS/SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Professor Doutor Marcos Tognon

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO HENRIQUE  
ZANIBONI LOPES, E ORIENTADA PELO  
PROF. DR. MARCOS TOGNON

**CAMPINAS  
2024**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

L881c      Lopes, Henrique Zaniboni, 1987-  
Caminhada fotográfica Aristides Pedro da Silva - V8 : uma proposta de educação patrimonial para aulas de história no ensino fundamental em Campinas/SP / Henrique Zaniboni Lopes. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador(es): Marcos Tognon.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Silva, Aristides Pedro de, 1921-2012 . 2. Educação patrimonial . 3. História - Estudo e ensino . 4. História local. I. Tognon, Marcos, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

**Título em outro idioma:** Photographic Walk Aristides Pedro da Silva - V8 : a heritage education proposal for history classes in elementary school in Campinas/SP

**Palavras-chave em inglês:**

Silva, Aristides Pedro de, 1921-2012

Heritage education

History - Study and teaching

Local history

**Área de concentração:** Ensino de História

**Títuloção:** Mestre em Ensino de História

**Banca examinadora:**

Marcos Tognon [Orientador]

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus

Anicleide Zequini

**Data de defesa:** 11-12-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Ensino de História

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0000-8053-9329>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5587767541704284>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado Profissional, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 11 de dezembro de 2024, considerou o candidato Henrique Zaniboni Lopes aprovado.

Prof. Dr. Marcos Tognon

Prof. Dr. Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anicleide Zequini

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é a materialização de um desejo profundo de aprimoramento e crescimento acadêmico, que se concretizou graças ao suporte determinante de várias pessoas ao longo dessa jornada. Quaisquer méritos que este trabalho venha a ter são devidos aos diversos apoios que recebi de todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização, amigos pelos quais me sinto abençoado por ter em minha vida.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, o Professor Dr. Marcos Tognon, pela paciência e constante incentivo, e pelo compartilhamento generoso de parte de seu grande conhecimento, propondo sugestões fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço também à Professora Dr<sup>a</sup>. Aline Vieira de Carvalho, por todo o acompanhamento próximo durante estes anos, excelentes aulas e orientações no exame de qualificação, pelas quais também sou grato ao Professor Dr. Emerson Ribeiro Castilho.

Agradeço também aos professores das disciplinas cursadas, por todos os ensinamentos: Prof. Dr. Aldair Rodrigues, Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Meneguello, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucilene Reginaldo, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Gryszczenko Alves Gomes e Prof. Dr. Rui Luis Rodrigues. Também agradeço aos funcionários da UNICAMP nas pessoas das secretárias Eliana Sumi e Sonia Beatriz Miranda Cardoso.

Agradeço ao meu professor do ensino médio, coordenador de estágio durante a graduação e grande inspiração, o professor Américo Baptista Villela, pelo auxílio com informações sobre a Caminhada Histórica do Museu da Cidade.

Agradeço também a todos os amigos e amigas da turma ProfHistória UNICAMP 2022 pelo encorajamento e estímulo, pelas divertidas e produtivas conversas antes, durante e depois das aulas e, sobretudo, pelos momentos de apreensão e ansiedade vividos e superados juntos.

Agradeço a todos os colegas professores e aos funcionários das EMEFs André Tosello, Ângela Cury Zakia e Odila Maia Rocha Brito, que me acolheram durante este difícil período onde minha atenção estava dividida entre o trabalho e os estudos e me estimularam a perseguir este objetivo. Especialmente, gostaria de citar os parceiros José Robson da Silva e Gisane Márcia Carvalho Dinnouti, pelo

estímulo para participar do processo seletivo. Agradeço também à professora Maria Inês de Castro Guedes pela revisão do texto.

Agradeço aos meus alunos e minhas alunas, principais motivadores de todo este processo.

Agradeço à minha família por atravessar este período comigo: Minha mãe, Maria Angelica, e ao meu irmão Vinicius, por todo o carinho e encorajamento, e à minha esposa Flávia, pelo companheirismo, serenidade e amor.

Muito obrigado!

**“PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ**

*Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis;  
Os reis carregaram as pedras?  
E Babilônia, tantas vezes destruída,  
Quem a reconstruía sempre?  
Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a construíram?  
No dia em que a Muralha da China ficou pronta, para onde foram os  
pedreiros?  
A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:  
Quem os erigiu?  
Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césares?  
Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores?  
Na lendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram  
a dar ordens a seus escravos.  
O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Sozinho?  
César ocupou a Gália.  
Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?  
Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou.  
Foi o único a chorar?  
Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.  
Quem partilhou da vitória?  
A cada página uma vitória.  
Quem preparava os banquetes?  
A cada dez anos um grande homem.  
Quem pagava as despesas?  
Tantas histórias,  
Tantas questões”*

**Bertolt Brecht**

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma sequência didática pensando os usos do patrimônio cultural como metodologia de ensino voltada para alunos dos anos finais do ensino fundamental em Campinas/SP. Para tal, foram selecionadas como fontes primárias algumas fotografias que compõem a obra iconográfica produzida e guardada por Aristides Pedro da Silva, conhecido como V8, que hoje constituem um acervo no Centro de Memória da UNICAMP. A proposta, assim, busca articular discussões que perpassam a história da cidade e seus processos de transformação urbana, com ênfase no período onde viveu Aristides, marcado pelo "Plano de Melhoramentos Urbanos", que remodelou e reorganizou sobretudo a região central de Campinas. Na primeira parte apresenta um estudo relativo aos conceitos centrais mobilizados, como a educação patrimonial, a memória e a história local, bem como um histórico sobre as instituições responsáveis pela guarda dos patrimônios culturais nos âmbitos municipal, estadual e federal. Em seguida são apresentados a discussão sobre os objetos da pesquisa: o conceito de cidade, a história, a memória da cidade de Campinas e a figura de V8 como fotógrafo e memorialista. Tem-se como produto final uma sequência didática cujo elemento central é uma caminhada fotográfica, tendo os alunos como convidados a reproduzir as imagens selecionadas, a refletir sobre os significados das rupturas e das permanências referentes aos lugares apresentados. Considera-se, assim, que a proposta didática apresentada contribua para a aprendizagem, o compartilhamento, para a formação dos discentes, resultando na valorização do patrimônio cultural, no conhecimento da obra de V8 e na divulgação da mesma.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação Patrimonial; Ensino de História; História Local; Aristides Pedro da Silva; V8;

## **ABSTRACT**

This work presents a didactic sequence that considers the uses of cultural heritage as a teaching methodology for students in the final years of elementary school in Campinas/SP. To achieve this, several photographs of the iconographic work produced and preserved by Aristides Pedro da Silva, known as V8, were selected as primary sources. These photographs now form a collection at the "Centro de Memória da UNICAMP". The proposal seeks to articulate discussions that encompass the history of the city and its processes of urban transformation, with an emphasis on the period during which Aristides lived, marked by the "Plano de Melhoramentos Urbanos," which remodeled and reorganized the central region of Campinas. The first part presents a study related to the central concepts mobilized, such as heritage education, memory, and local history, as well as a history of the institutions responsible for the preservation of cultural heritage at the municipal, state, and federal levels. Following this, a discussion is presented on the research objects: the concept of the city, the history and the memory of the city of Campinas, and the person of V8 as a photographer and memorialist. The final product is a didactic sequence centered around a photographic walk, inviting students to reproduce the selected images and reflect on the meanings of the ruptures and continuities related to the places presented. It is believed that the proposed didactic approach will contribute to learning, sharing, and the formation of students, resulting in an appreciation of cultural heritage, an understanding of V8's work, and its dissemination.

**KEYWORDS:** Heritage Education; History Teaching; Local History; Aristides Pedro da Silva; V8;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**FIGURA 01:** Aristides Pedro da Silva (entre 1965 e 1970) - ACERVO CMU

**FIGURA 02:** Demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário - ACERVO CMU

**FIGURA 03:** Planta da cidade de Campinas, 1878, produzida por Luiz Pucci. - Museu da Cidade de Campinas.

**FIGURA 04:** Mapa de Campinas de 1929 - Acervo Arquivo Público Municipal de Campinas

**FIGURA 05:** Mapa das paradas

**FIGURA 06:** Vista três quartos do Jockey Clube Campineiro, onde em primeiro plano vê-se o Monumento Túmulo a Carlos Gomes e a Praça Antônio Pompeu. (ca.1929) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 07:** Vista três quartos do Jockey Clube Campineiro, onde em primeiro plano vê-se o Monumento Túmulo a Carlos Gomes e a Praça Antônio Pompeu. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 08:** Vista principal do Monumento-Túmulo ao maestro Carlos Gomes. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 09:** Vista principal do Monumento-Túmulo ao maestro Carlos Gomes. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 10:** Vista parcial da Praça Bento Quirino. (ca.1934) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 11:** Vista parcial da Praça Bento Quirino. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 12:** Vista parcial da Praça Bento Quirino (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 13:** Vista parcial da Praça Bento Quirino. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 14:** Vista principal da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição. (ca.1929) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 15:** Vista principal da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 16:** Vista principal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. (entre 1880 e 1889) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 17:** Vista principal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 18:** Vista parcial da Rua Conceição. (ca.1927) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 19:** Vista parcial da Rua Conceição. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 20:** Vista parcial da Rua Conceição. (ca.1892) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 21:** Vista parcial da Rua Conceição. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 22:** Vista parcial da Rua Conceição. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 23:** Vista parcial da Rua Conceição. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 24:** Vista parcial da praça Carlos Gomes. (1940) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 25:** Vista parcial da praça Carlos Gomes. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 26:** Vista principal do Monumento a Thomaz Alves. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 27:** Vista principal do Monumento a Thomaz Alves. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 28:** Vista parcial do Jardim Carlos Gomes. (ca.1930) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 29:** Vista parcial do Jardim Carlos Gomes. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 30:** Vista três quartos da Escola Normal de Campinas. (ca.1930) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 31:** Vista três quartos da Escola Normal de Campinas. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 32:** Retrato de crianças posando em frente a Avenida Anchieta. Ao fundo, a Casa das Andorinhas. (1938) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 33:** Avenida Anchieta. Ao fundo, o largo das Andorinhas. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 34:** Vista três quartos do Teatro Municipal de Campinas. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 35:** Praça Ruy Barbosa. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 36:** Vista parcial da Rua Treze de Maio. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 37:** Vista parcial da Rua Treze de Maio. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 38:** Vista três quartos do Teatro Municipal Carlos Gomes. (ca.1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 39:** Praça Ruy Barbosa. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 40:** Vista parcial do Teatro Municipal Carlos Gomes, durante a fase final de sua demolição. (26 nov 1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 41:** Praça Ruy Barbosa. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 42:** Vista do interior do Teatro Municipal Carlos Gomes, durante a fase final de sua demolição. (03 dez 1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 43:** Praça Ruy Barbosa. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 44:** Vista de trabalhadores em meio aos escombros da demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes. (15 dez 1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 45:** Praça Ruy Barbosa e parte posterior da Catedral Metropolitana. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 46:** Vista principal da Praça Visconde de Indaiatuba – Largo do Rosário. (ca. 1948) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 47:** Vista principal da Praça Visconde de Indaiatuba – Largo do Rosário. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 48:** Vista principal da Praça Guilherme de Almeida. (ca.1970) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 49:** Vista principal da Praça Guilherme de Almeida. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 50:** Vista três quartos da Capela Nossa Senhora do Rosário durante o processo de demolição. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 51:** Vista parcial da Praça Guilherme de Almeida. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 52:** Vista principal da fachada em demolição da Capela Nossa Senhora do Rosário. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 53:** Vista parcial da Praça Guilherme de Almeida. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 54:** Vista parcial da Capela Nossa Senhora do Rosário durante sua demolição. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 55:** Vista parcial da Praça Guilherme de Almeida. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 56:** Vista dos escombros da Capela Nossa Senhora do Rosário, durante a fase final de sua demolição. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 57:** Vista parcial da Praça Guilherme de Almeida. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 58:** Vista parcial de um bonde elétrico em circulação pela Avenida Francisco Glicério. (out 1968) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 59:** Vista parcial da Avenida Francisco Glicério. Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 60:** Fotografias 1, 2, 3 e 4, usadas na parada 1 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 61:** Marco Zero de Campinas (2024) - Acervo pessoal

**FIGURA 62:** Fotografias 5, 6, 7, 8 e 9, usadas na parada 2 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 63:** O tamanho da Matriz Nova em relação aos maiores templos brasileiros de então. Desenho: Mateus Rosada. (2013 p. 5)

**FIGURA 64:** Fotografias 9, 10, 11, 12, 13 e 14 usadas na parada 3 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 65:** Fotografias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 usadas na parada 4 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 66:** Fotografias 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, usadas na parada 4 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 67:** Monumento a Campos Salles em sua localização atual. (2024) - Acervo pessoal

## LISTA DE ABREVIATURAS

**BNCC** - Base Nacional Comum Curricular

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CCLA** - Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas

**CIIC** - Comitê Internacional de Itinerários Culturais

**CONDEPACC** - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas

**CONDEPHAAT** - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico

**CONDEPHAT** - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico

**COPHAC** - Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico de Campinas

**CMU** - Centro de Memória da UNICAMP

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**ICOMOS** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IFCH** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MuCi** - Museu da cidade de Campinas

**Prof. História** - Mestrado Profissional em Ensino de História

**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas

**SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1.Introdução.....</b>	<b>17</b>
<b>2.Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1- Patrimônio, Memória e Identidade.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 - As entidades de defesa do patrimônio.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2.1 - O IPHAN.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2.2 - O Condephaat.....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.3 - A Política Patrimonial de Campinas e o Condepacc.....</b>	<b>38</b>
<b>2.3 - Educação Patrimonial.....</b>	<b>43</b>
<b>2.3.1 - A fotografia como subsídio para a educação patrimonial.....</b>	<b>49</b>
<b>2.3.2 - A Educação Patrimonial no currículo nacional (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares de Campinas.....</b>	<b>51</b>
<b>2.3.3 - Rotas de Patrimônio como recurso educacional.....</b>	<b>57</b>
<b>3. A cidade de Campinas como objeto de estudo.....</b>	<b>61</b>
<b>3.1 - O conceito de cidade.....</b>	<b>61</b>
<b>3.2 - Uma breve história da cidade de Campinas.....</b>	<b>64</b>
<b>3.3 - A memória e a História da cidade de Campinas.....</b>	<b>75</b>
<b>3.4 - Aristides Pedro da Silva, o V8.....</b>	<b>77</b>
<b>3.4.1 - As fotografias de V8.....</b>	<b>79</b>
<b>4. Proposta de Rota.....</b>	<b>81</b>
<b>4.1 - Lugares e patrimônios urbanos de Campinas pela ótica de V8.....</b>	<b>81</b>
<b>4.2 - Proposta de metodologia para a sequência didática inicial.....</b>	<b>84</b>

4.3 Caminhada Fotográfica V8 - Fotografias e Lugares Selecionados.....	89
4.4 - Planejamento do percurso da atividade.....	118
4.5 - Descrição e discussão das paradas.....	120
4.6 - Avaliação.....	146
5. Considerações Finais.....	148
REFERÊNCIAS.....	152
APÊNDICE A - Sequência didática da Rota 1 - Aulas 1 e 2 - O Fotógrafo e a Cidade.....	163
APÊNDICE B - Caderno de Pesquisa de Campo.....	182
APÊNDICE C - Fichas de apoio ao professor.....	239
ANEXO A - Fotografias Selecionadas - Notas do Arquivo e Modelo de Impressão (A4).....	259

## 1. Introdução

O presente trabalho é fruto de reflexões que se iniciaram na elaboração do projeto de pesquisa, durante o primeiro semestre do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, realizado com auxílio da professora doutora Aline Carvalho. Após manifestar o interesse, que vem desde o período da graduação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, de trabalhar com a temática do patrimônio cultural da cidade de Campinas, a professora ofereceu a possibilidade de pensar a respeito de sua utilização nas aulas por meio da metodologia das rotas de patrimônio. Esta ideia pareceu muito interessante, uma vez que, naquele mesmo período, por ocasião do estágio na Coordenadoria de Extensão Cultural da Prefeitura Municipal de Campinas, havia atuado como monitor da “Caminhada Histórica”, realizada até então pelo Museu da Cidade de Campinas (MuCi) e hoje sob administração da Secretaria de Turismo. Posteriormente, com as reflexões oferecidas pela orientação do professor doutor Marcos Tognon e pelas aulas da professora doutora Cristina Meneguello, foi possível construir conceitos e entendimentos que permitiram avançar no objetivo central do trabalho, que pode ser resumido no desenvolvimento de atividades de ensino significantes por meio das múltiplas possibilidades que este tipo de abordagem e metodologia permitem.

No exame de qualificação, com as colaborações novamente da professora doutora Aline Carvalho e também do professor doutor Emerson Castilho, apresentadas as propostas então em desenvolvimento para a realização desta dissertação, ficou decidido que seria realizada a proposta pedagógica aqui apresentada: uma caminhada fotográfica que pretende discutir a história da materialidade dos lugares da cidade, tomando como elemento disparador fotografias selecionadas do acervo “Aristides Pedro da Silva”, sob guarda do Centro de Memórias da UNICAMP.

Aristides, popularmente conhecido como “V8”, foi fotógrafo, colecionador de fotografias e memorialista na cidade de Campinas, tendo atuado entre as décadas de 1950 e 1980. Em sua atuação, V8 produziu um vasto material que retrata as transformações urbanas da cidade, coincidindo com o período da realização do

“Plano de Melhoramentos Urbanos”, elaborado pelo arquiteto Prestes Maia. Assim, sobre esta coleção, nos mostra Teixeira<sup>1</sup>:

“o tema central é a Cidade em transformação. Fazem parte desse grupo as fotos de edifícios e logradouros feitas antes, durante e depois de sua demolição. Os trabalhos sistemáticos de cobertura são: as demolições da Igreja do Rosário e do Teatro Municipal; diversas ruas da cidade - em especial aquelas em que casas foram desapropriadas e posteriormente demolidas para realização de obras previstas no Plano de Melhoramentos Urbanos – principalmente do Centro, como a Treze de Maio, a Antônio Cesarino, a Conceição, a Cônego Cipião, a Costa Aguiar, a General Osório, a José Paulino, a Barão de Jaguará e a Regente Feijó, mas também algumas localizadas em bairros como Botafogo, Guanabara, Vila Industrial e Santa Odila; diversas edificações antigas em vias de demolição, incluindo prédios públicos e clubes esportivos.”

Além das fotografias produzidas por V8, que compõem sua coleção, serão apresentadas aquelas que o fotógrafo colecionou, muitas vezes resgatando do lixo imagens que guardam parte significativa das memórias da cidade em transformação. V8, ao produzir, guardar e divulgar todo este material mostra uma atuação engajada como memorialista, propiciando àqueles que têm contato com a coleção uma possibilidade profícua de refletir sobre a cidade.

A rota, finalmente, se relaciona às propostas voltadas para as séries dos anos finais do ensino fundamental, e pode ser pensada como estratégia para o trabalho com eixos temáticos articulando propostas com a história e a memória local e a conceitualização e entendimento da ideia de patrimônio cultural, bem como seu uso nas sociedades.

Em relação à organização do trabalho, no primeiro capítulo, discutiremos inicialmente como foi pensado o conceito de patrimônio pela produção acadêmica, compreendendo suas relações com a formação de identidades coletivas por meio da relação entre as pessoas e os bens culturais. Decorrente destas reflexões, também debateremos os usos da memória e suas finalidades na construção de discursos inseridos em questões de poder, evidenciando que a escolha de o que lembrar ou esquecer é perpassada por decisões tomadas em meio às tensões sociais de cada

---

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Renata Maria. **Tempo Redescoberto nas Fotografias de Aristides Pedro da Silva, V8**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

tempo histórico, o que tem a potencialidade de promover discursos, ou, em outros termos, visões oficiais relativas a valores culturais de elites econômicas e políticas que se travestem de verdades únicas.

Desta maneira, compreendendo o patrimônio como campo de disputa, e recordando Benjamin, em suas teses, ao afirmar que “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”<sup>2</sup>, ao tentar captar os significados que atravessam aquilo que foi escolhido como local de memória nos obriga a buscar compreender, da mesma forma, os sentidos que atravessam aquilo que não foi, ou, na verdade, da própria decisão de não preservar. Buscar assim compreender quais discursos a versão “oficial” da história planejou, calou ou evidenciou, percebendo a memória como algo vivo e em constantes elaborações e reelaborações, permite ouvir e auxiliar na ampliação da voz daqueles excluídos. Neste sentido, narrar uma “história a contra-pelo”. Desta forma, na parte inicial, realizando o cotejo entre autores diversos, buscamos compreender e definir algumas questões acerca do conceito de patrimônio, da memória e das formas de pensar as relações entre os bens e as comunidades.

Em seguida, com o auxílio das obras de Rubino<sup>3</sup>, Rodrigues<sup>4</sup> e Bertinato<sup>5</sup> buscaremos traçar um breve histórico das ações dos órgãos oficiais de preservação dos patrimônios culturais no âmbito nacional (IPHAN), no estadual (Condephaat) e no municipal, da cidade de Campinas (Condepacc), cidade que foi escolhida para a realização da dissertação e produção proposta. Por meio destas contribuições, tentaremos compreender as questões já elencadas, bem como outras decorrentes dos contextos específicos da trajetória destas instituições e dos também específicos conflitos que marcaram suas atuações auxiliaram a compor o conjunto de bens oficialmente considerados como patrimônios da cidade.

---

<sup>2</sup> BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: O Anjo da História. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010. p. 2

<sup>3</sup> RUBINO, Silvana. **As Fachadas Históricas: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968**. Dissertação de Mestrado em antropologia. Orientador: Antônio A. Arantes Neto. Campinas: IFCH, UNICAMP, 1991.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Marly. **Alegorias do Passado: A Instituição do Patrimônio Em São Paulo, 1969-1987**; 1994; Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas,; Orientador: Edgar Salvadori de Decca;

<sup>5</sup> BERTINATO, Wania Lucy Martin. **A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas: a trajetória do Condepacc (1987-2008)**. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado apresentada a Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas.

Finalmente, o capítulo propõe uma discussão sobre a ideia de educação patrimonial, em especial no que se refere à educação escolar no ensino de história, buscando compreender as formas pelas quais o estudo dos patrimônios pode contribuir de forma significativa para uma formação democrática, ou, nos termos de Freire (2009), uma educação que é capaz de “criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”<sup>6</sup>, tendo em conta o campo dos patrimônios, como já dito, como um campo de disputas, das quais são frutos diversas tentativas de apagamentos e silenciamentos. Em síntese, buscamos definir a proposta inserida em um entendimento que compreenda a educação patrimonial como possibilidade de abordagem de ensino capaz de produzir reflexões críticas que não se definem apenas pela necessidade da preservação, mas que avance no sentido do pertencimento e da identidade, na sensibilização e apropriação dos espaços, no caso presente, da cidade de Campinas. Como complemento, para uma maior contextualização, será também discutida a forma como a temática aparece nos documentos curriculares em âmbito nacional e no caso particular da rede pública de ensino municipal de Campinas

O segundo capítulo tratará dos objetos da proposta apresentada. Ele se inicia com uma discussão sobre o conceito de cidade, compreendendo que é um campo vasto para reflexão. A cidade, como objeto de estudo, permite diversos olhares e abordagens, sendo um ambiente de experiências sociais e narrativas construídas historicamente, não apenas um espaço físico, mas um cenário dinâmico onde se entrelaçam memórias, aspirações e lutas sociais.

Em seguida, será apresentado um breve percurso histórico da cidade de Campinas enfatizando a dinâmica de seus lugares e demarcando alguns dos momentos considerados como mais relevantes para a sociedade da cidade. Estes momentos marcam a evolução e as transformações sociais, econômicas, políticas e, como fruto destas interações entre grupos e sujeitos, materiais, pelas quais a cidade passou e, no campo simbólico, produziram e se alimentaram de diferentes discursos, narrativas e memórias, compondo em um quadro geral diversas visões da cidade e da identidade dos seus habitantes.

Posteriormente, discutiremos um pouco da ação de memorialistas, historiadores amadores e jornalistas que marcaram profundamente a historiografia

---

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014. p. 47



sobre a cidade de Campinas e que, num período que coincide com a atuação de V8, produtor do material que é base para a presente proposta, construíram narrativas que compõem também a identidade campineira e influenciaram na construção de sua materialidade.

Apresentamos, em sequência, uma sucinta biografia de Aristides Pedro da Silva, apelidado V8, e um histórico de sua produção, buscando explorar e conhecer as características e experiências que moldaram sua atuação como fotógrafo e agente da memória de uma Campinas em profundas e traumáticas transformações.

O terceiro capítulo apresentará o produto pedagógico deste trabalho, elaborado como proposta de estudo do patrimônio e da memória, voltado para alunos e alunas do 6º e 7º anos do ensino fundamental da cidade de Campinas. Desta forma, usando como fontes primárias algumas selecionadas da coleção e da produção de V8, os alunos serão convidados a uma atividade de reprodução atualizada dos lugares ali representados, buscando uma compreensão conceitual das transformações ocorridas na região central de Campinas e dos significados sociais, políticos e econômicos implícitos, visando articular aspectos da história e da memória da cidade de Campinas e da historicidade de seus lugares

A atividade foi pensada como uma sequência didática, cuja parte inicial é composta por aulas preparatórias, visando realizar a sensibilização e a introdução das temáticas que serão abordadas. A primeira delas apresenta aos alunos a biografia de V8, de onde poderão compreender o sujeito que produziu as fontes iconográficas que serão usadas, e a segunda, considerando o ambiente em que V8 atuou, apresentará o “Plano de Melhoramentos Urbanos”, que reformulou a região central da cidade, onde estão os lugares que serão visitados. Em sequência, propomos a atividade de campo propriamente dita, composta por cinco paradas que buscam articular a produção de V8 e momentos de transformação urbana de Campinas. Por fim, apresentamos uma proposta de avaliação por meio da produção, curadoria, montagem e monitoria de uma exposição fotográfica pelos alunos.

Por último temos os apêndices contendo as apresentações para as aulas iniciais, o caderno de campo para uso dos alunos durante a visita aos lugares escolhidos e uma sequência de fichas de apoio com uma descrição de patrimônios, monumentos e outros temas que estarão presentes nos lugares visitados. Os apêndices apresentarão as fichas catalográficas das fotografias selecionadas para a atividade e modelos para a impressão que serão usados na atividade de campo



**FIGURA 01:** Aristides Pedro da Silva (entre 1965 e 1970)

**Fonte:** Centro de Memória da UNICAMP

## 2. Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

### 2.1 Patrimônio, Memória e Identidade

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216<sup>7</sup>, define como os patrimônios culturais brasileiros “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à **identidade**, à **ação**, à **memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (grifo nosso) dentre os quais destacam-se “As formas de expressão” “os modos de criar, fazer e viver” “as criações científicas, artísticas e tecnológicas” e “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”. Mesmo uma definição formal e resumida como está, nos oferece um conceito que tem uma natureza complexa. O campo dos patrimônios permite uma vastidão de abordagens, de temas e de possibilidades. Articulado ainda com temáticas diretamente relacionadas (memória, identidade, pertencimento, preservação, lugar, entre tantas outras), as possibilidades para reflexão aumentam ainda mais, fazendo necessário o estabelecimento de definições e delimitações. Assim, longe de tentar encerrar a questão, buscamos, com o auxílio da bibliografia consultada, oferecer algumas reflexões que deem, ao menos parcialmente, subsídios conceituais para o trabalho. Pensando, desta maneira, na proposta de rota elaborada, torna-se interessante buscar compreender com maior profundidade uma definição do que é o patrimônio, qual a sua relação com a memória, sobretudo na formação de identidades sociais e políticas, e quais os seus usos sociais, explicitados, no caso em pauta, na relação que estabelece com os grupos que compõem a sociedade.

Questões como memória, patrimônio e preservação, sobretudo quando observadas pela ótica da criação de identidades, devem ser compreendidas sob a chave da relação dos grupos sociais com o tempo. Gonçalves<sup>8</sup>, afirma que a noção de patrimônio “está presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir”. Assim, concebendo que ela “se faz presente mesmo nas chamadas

---

<sup>7</sup> BRASIL. **Constituição** (1988). Art. 216

<sup>8</sup> GONÇALVES, J R S. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005. p. 17

‘culturas primitivas’”, “estamos provavelmente diante de uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana.” Ainda neste sentido, Le Goff, em suas reflexões a respeito da história e da memória, nos mostra que as sociedades humanas, mesmo aquelas sem escrita, se utilizam da memória para cumprir uma importante função de gerar a identidade para o grupo. Ele nos destaca, entretanto, que a construção desta memória coletiva é realizada sob uma lógica de disputas de poder:

“a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”<sup>9</sup>

Uma das formas privilegiadas, objetivando realizar a perpetuação de uma memória coletiva, é a eleição de “monumentos” e de “documentos”. Eles seriam objetos de bens no presente, que evocam ou testemunham o passado. Desta maneira, ao selecionar o que deve ser preservado da ação do tempo e do esquecimento, os agentes desta escolha passam a escolher qual narrativa construir e, uma vez que essa narrativa gera identidades, a escolha torna legítimas ou não tais identidades. Para o autor, “O documento [...] resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira”<sup>10</sup>. Em uma dialética de “memória-esquecimento”, evidenciam-se os aspectos da história que servem aos propósitos das narrativas “eleitas”, enquanto os que não se enquadram, são silenciados.

Meneses<sup>11</sup> propõe, desta maneira, uma diferenciação de conceitos. Ao trabalhar com a ideia de uma “memória nacional” apartada da memória coletiva, ele demonstra que a primeira é marcada pela ideologia e pelas relações de poder. Mesmo considerando, como adverte o autor, as duas definições de memória como “esforço” no sentido de que, como criações, precisam ser constantemente evocadas, e que esta construção da memória se faz no momento em que ela é criada e,

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 425

<sup>10</sup>Id. Ibid. p. 538

<sup>11</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-23, 1992.

portanto, responde a determinações das demandas do momento, a memória nacional se caracteriza justamente por ser “unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito”.

Nas sociedades ocidentais, as reflexões e usos elaborados sobre os patrimônios seguem uma lógica própria. Nora<sup>12</sup>, ao refletir sobre o uso dado aos patrimônios pelas sociedades contemporâneas, parte de uma diferenciação entre os conceitos de “Memória” e “História”. A primeira, segundo o autor, é vivida e, portanto, fenômeno sempre mutável e presente. Já a História é uma tentativa, “sempre incompleta” de reconstituir e encerrar o passado. mostra que, na atualidade, a aceleração do tempo confinou o passado aos “lugares de memória” os quais define como de diversas naturezas:

“material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou”.

Para Nora, a sociedade atual é marcada por um sentimento potente de ruptura com seu passado, e esta ruptura é explicada pela relação entre a memória e a história. A primeira, a memória, é, na proposta de Nora, permeada e atravessada no cotidiano da vida. Ele afirma que

“Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação”<sup>13</sup>

Desta maneira, podemos entender que “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. A necessidade de se ter locais de memória se dá por conta das transformações nos fazeres humanos, que nos separam desses gestos, saberes e modos tradicionais. Resta então a História, que para o autor é a

---

<sup>12</sup> NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

<sup>13</sup> Id. Ibid. p. 8 - 10

“reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Assim, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”. O autor segue:

“Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza;”<sup>14</sup>

É neste tipo de sociedade que parece deslocada no tempo em que surge a noção da memória como dever: “Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens.”<sup>15</sup> Isso deriva do apartamento dado em relação ao passado. Ao nos darmos conta de que ele não nos pertence, e com ele não estabelecemos mais relações, buscamos retomá-lo por intermédio de quaisquer vestígios possíveis. Nas palavras do autor,

“Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer.”<sup>16</sup>

Desta forma, a sociedade contemporânea investe tais locais de uma “aura simbólica” do passado, e busca, por meio deles, recuperar aquilo que já não mais lhe pertence.

Em discussão com esta concepção oferecida por Nora, Michel Pollak<sup>17</sup> compreende a memória como campo de disputas, e apresenta o conceito de “memórias submersas”, elaboradas por grupos sociais em geral subalternizados, as quais não se permite emergir por conta das narrativas dominantes, da chamada memória nacional e coletiva, cuja natureza integradora e celebrativa provoca um efeito de “enquadramento da memória”, que o autor define como um trabalho, mais ou menos consciente, de elaboração do passado visando “manter a coesão interna

---

<sup>14</sup> Id. Ibid. p. 13

<sup>15</sup> Id. Ibid. p. 11

<sup>16</sup> Id. Ibid. p. 20

<sup>17</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”, o qual produz um silenciamento de narrativas divergentes daquelas oficiais.

Reconhecendo a problemática apresentada, Nora, no texto “Memória: da liberdade à tirania”<sup>18</sup>, apresenta a ideia da “democratização da história” que consiste em um “poderoso movimento de libertação e emancipação dos povos, grupos étnicos e mesmo indivíduos”, cuja afirmação da memória se relaciona à afirmação das identidades e da promoção de promover uma justiça ausente nos discursos oficiais, incluindo neste caso, o discurso da história.

Gonçalves<sup>19</sup> afirma que o tema (patrimônio e memória) tem ganhado relevância desde a década de 1990, sob a bandeira da preservação dos bens culturais. Para o autor, o termo “patrimônios”, que define como “sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro”, estaria com o seu uso “inflacionado”. Segundo ele, “qualquer objeto material, qualquer espaço, qualquer prática social, qualquer tipo de conhecimento pode ser identificado, celebrado ou contestado como ‘patrimônio’ por um ou mais grupos sociais”<sup>20</sup>. Além disso, aponta que diversas novas “categorias” de patrimônio passam a coexistir. Além das tradicionais (como o patrimônio histórico e cultural), surgem novas possibilidades (como exemplos, os patrimônios ecológicos, etnológicos ou a política de proteção de pessoas que detêm um saber em risco de desaparecimento).

Destaca-se, também, a relação atual entre as políticas de patrimônio e a questão da identidade de grupos sociais. Um determinado bem é alçado à categoria de patrimônio quando se relaciona a identidade de um grupo específico. Logo, lutar pela preservação do patrimônio é lutar pela preservação do grupo em si, o que permite interpretar os debates sobre a preservação sob a lente das lutas sociais e políticas. O risco, assim, seria o de “desaparecer” e, a preservação do bem se relacionaria intimamente à preservação dos indivíduos de uma coletividade.

Desta maneira, o conceito de patrimônio está relacionado com a concepção contemporânea ocidental do tempo histórico. A inflação do patrimônio se deve a uma crise na forma como nos relacionamos com o tempo: o Presentismo. Com o fim de perspectivas positivas acerca do futuro (que marcaram a preservação em nome

---

<sup>18</sup> NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. Revista Musas, v. 4, p. 6-10, 2009.

<sup>19</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.28, n.55, p.211-228, jan.jun./2015.

<sup>20</sup> Id. Ibid. p 212

de manter as tradições para a construção de um futuro), o presente se torna o centro e o passado vira instrumento para a fruição deste presente (eterno presente), mas não contribui com nenhuma luz sobre este. O patrimônio (como vestígio do passado) passa a operar pela lógica do consumo e de afirmações de identidade no presente.

Finalmente, em suas reflexões, Gonçalves nos relembra também que, como no binômio “memória-esquecimento”, a preservação também traz consigo uma contraparte, a destruição. O autor nos alerta que

“caberia ao pesquisador, para entender de modo mais sistemático o campo dos patrimônios e dos museus, dedicar tanta atenção às práticas de preservação quanto ao seu avesso, as práticas de destruição, as quais acompanham as primeiras como uma sombra. Se assim procedemos, é possível perceber que a noção mesma de “identidade” não apresenta de fato a estabilidade e a coerência que muitas vezes lhes é atribuída”<sup>21</sup>

Outro aspecto fundamental para a compreensão do conceito do patrimônio é o de sua relação com a cidade e com os lugares e das questões conflitivas que a luta por estes direitos gera, como por exemplo o direito à propriedade em oposição ao direito da coletividade sobre o bem preservado. Na Carta de Atenas, por exemplo, é apresentada a seguinte recomendação, acerca da área em torno de um bem:

“A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”.<sup>22</sup>

Por outro lado, entretanto, há uma revisão do papel do ambiente urbano. Até então visto por uma perspectiva de coadjuvante frente à imponente do monumento, com base em novas considerações, este passa a ser entendido como espaço fruto de práticas sociais, diluindo-se e incorporando-se, assim, às políticas urbanas. Isso possibilitou também uma ampliação do conceito, então não mais preso a questão da

---

<sup>21</sup> Id. Ibid. p. 225

<sup>22</sup> Tradução disponível em:

“<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>” Acesso em Dez/2022



monumentalidade ou excepcionalidade, podendo abarcar outras formas e valores culturais<sup>23</sup>.

Menezes<sup>24</sup>, com este entendimento, define a cidade com base em três dimensões: a de artefato, como consequência da ação humana, a de campo de forças, considerando que seu fazer se dá com base na relação dos homens entre si e das significações, uma vez que a sociedade e os indivíduos atribuem sentidos à cidade e incorporam esses sentidos à sua vida. Essas dimensões permitem compreender a cidade como um bem cultural corporificado e ambiente das práticas sociais. O Patrimônio, sob esta perspectiva, ou o bem cultural patrimonializado, deve servir à cidade, às práticas sociais em sua completude. O ponto focal deve ser o habitante, e, desta maneira, a lógica da preservação se altera, uma vez que não é mais o Estado o que salvaguarda o patrimônio, mas “O uso e a efetividade das funções em benefício da coletividade é mesmo o que legitima, em última instância, a própria preservação”<sup>25</sup>

## 2.2 - As entidades de defesa do patrimônio

### 2.2.1 - O IPHAN

Em um completo estudo sobre a gestação, a criação e os primeiros períodos (a chamada “fase heroica” de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje Instituto, portanto IPHAN), Rubino<sup>26</sup> propõe uma análise sobre as formas institucionais pelas quais o patrimônio histórico e artístico foi pensado em âmbito nacional. A autora demonstra então uma periodização que parte de uma “proto-história” da temática da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Observando todo o período anterior à criação do SPHAN, em 1937, encontram-se apenas algumas medidas esparsas de pouquíssima efetividade na proteção dos bens nacionais, das quais destacam-se, no século XIX, a criação dos museus Nacional, Goeldi e Paulista, num contexto de invenção de uma história oficial

<sup>23</sup> FELDMAN, Sarah. Patrimônio e Cidade . In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 241-243. 2020

<sup>24</sup> MENESES, Ulpiano TB de. **A Cidade como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio histórico urbano**. In: Patrimônio: atualizando o debate. IPHAN, São Paulo, p. 34-77, 2006.

<sup>25</sup> Id. Ibid. p. 41

<sup>26</sup> Rubino, Op. Cit.

brasileira. Houveram também, já nas primeiras décadas do século XX, tentativas de criação de serviços estaduais, também ineficazes.

Somente na década de 1920 iniciam-se propostas legislativas na esfera federal, que tinham por objetivo central promover a “civilização” do país, para a preservação do patrimônio edificado, artístico ou arqueológico nacional aos moldes de outros serviços já presentes em outras nações, mas estes projetos também não lograram êxito. Em boa medida isso ocorria por conta de discussões constitucionais a respeito dos direitos de propriedade, então juridicamente irrestritos, dos bens visados para a preservação.

Apenas na década seguinte, de 1930, após a nova constituição e as transformações pelas quais atravessou a política brasileira, e sob influência cultural do modernismo, pode-se perceber a maturidade dos debates acerca do patrimônio cultural brasileiro, o que permitiu a efetivação de um projeto real, que se inicia com o tombamento de Ouro Preto, em 1933, como “laboratório” para o que poderia vir a se concretizar. Entretanto, nestes primeiros períodos, o conhecimento sobre o patrimônio brasileiro ainda era incipiente, faltando clareza a respeito das decisões acerca de uma definição objetiva de patrimônio, enquanto conjunto a ser preservado.

Em 1936, então, foi criado o SPHAN. Sua origem é relatada como obra das figuras centrais de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco. A pedido do então ministro Gustavo Capanema, Mário de Andrade redigiu uma proposta para a criação de um serviço do patrimônio artístico nacional. O projeto de Mário era ousado, no sentido em que buscava a realização de registros da cultura popular brasileira com base em um entendimento amplo da política de preservação. Apesar, entretanto, dos elogios a este anteprojeto<sup>27</sup> de inspiração modernista desenvolvido por Mário de Andrade (ainda que não fosse uma unanimidade, sendo criticado por figuras importantes pelo seu apelo fortemente etnográfico e considerado “sentimental”), em especial no que se refere a uma definição mais abrangente do conceito de patrimônio (mais plural, naquilo que se relaciona ao entendimento do que é patrimônio, considerando o “folclórico” e o “imaterial”, e na origem, evidenciando, de alguma maneira, a contribuição indígena e africana, englobados no conceito de “arte”), a formalização da instituição, explicitada no decreto lei de nº 25, de 30 de

---

<sup>27</sup> ANDRADE, Mário de. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**, in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 30, 2022, p. 271-287

Novembro de 1937<sup>28</sup>, é considerada como ainda muito restrita. Isso se mostra nos trabalhos ainda limitados ao estudo e preservação de monumentos e construções edificadas, sobretudo àquelas relativas a um passado “que representava a elite religiosa, política e econômica do país”. Desta maneira, Mário de Andrade e seu projeto podem ser vistos sob uma dupla natureza, de, por um lado, fracasso prático, por outro, inspiração daquilo que o SPHAN (hoje o IPHAN) deve ser.

Chuva<sup>29</sup>, entretanto, propõe que a centralidade da figura de Mário de Andrade e sua influência nos primeiros anos do SPHAN deve ser relativizada. Ela seria uma narrativa escolhida com o objetivo de se valer da legitimidade simbólica deste intelectual. Em sentido análogo, Rubino fala sobre a construção de discurso sobre o anteprojeto sob uma dupla natureza: a de “mito fundador” e a de “meta” no sentido que ele teria uma real essência do que deveria ser perseguido pelo serviço<sup>30</sup>.

A transição do anteprojeto de Mário de Andrade para o decreto final foi, assim, conturbada, passando pela lei 511 de 1936 até a lei acima citada. Além das questões já comentadas, foi necessário realizar uma ampla negociação com diversos setores da sociedade “de [Gustavo] Capanema a dona Heloísa [Alberto Torres, diretora do museu nacional], passando pelo clero e pelo próprio presidente da república”<sup>31</sup>. Este período foi também marcado por uma grande disputa que buscava demonstrar a legitimidade da criação do órgão, buscando para tal as referências nos projetos anteriores, na valorização da cultura nacional e na experiência internacional.

Após sua criação de fato, a ação do SPHAN foi marcada, de certa maneira, por uma noção “naturalizada da memória”. Em outros termos, a realização dos inventários de bens tombados não foi plenamente capaz de compreender que o ato de decidir aquilo que deve ou não ser objeto da preservação se faz por meio de escolhas que, em última análise, são arbitrárias e refletem visões específicas de mundo. No caso dos primeiros anos do SPHAN, estas escolhas privilegiam então o século XVIII, os bens edificados, e a memória católica, da elite branca de origem portuguesa (embora a elite agrária estivesse pouco contemplada) e do Estado

---

<sup>28</sup> BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: ([http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)) Acesso Dez/2022

<sup>29</sup> CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, p. 147-165, 2012.

<sup>30</sup> RUBINO. Op. Cit. p. 64-65

<sup>31</sup> RUBINO, Op Cit. p. 84

nacional, bem como a preponderância de alguns estados (Pernambuco, Paraíba, Bahia e, sobretudo, Minas Gerais)<sup>32</sup> sobre outros. Neste último caso, Rubino sublinha e exemplifica com a comparação então realizada entre São Paulo e Minas Gerais. O primeiro estado, segundo a opinião corrente no período (Explicitada por Rodrigo Mello Franco de Andrade), carecia de bens, arquitetura ou eventos de “importância nacional”, enquanto o segundo era, pela presença destes valores, “digno do mundo”. De certa maneira, há uma relação entre a geografia e o tempo na construção dessa narrativa. Assim, cada local, cada estado, se relaciona a um ciclo ou evento desta história brasileira: Minas e o século XVIII, Pernambuco e a invasão holandesa, Rio de Janeiro e o Estado imperial. Esta construção, assim, teve função definidora dos entendimentos acerca daquilo que poderia ser considerado patrimônio histórico no Brasil.

---

<sup>32</sup> **Carta a Rodrigo de Maio de 1937**, in: ANDRADE, Mário. 1981 Apud. Rubino, Op. Cit

### 2.2.2 O Condephaat

No estado de São Paulo, de forma paralela ao que ocorria no âmbito nacional, também se desenvolveram discussões a respeito da preservação dos bens culturais paulistas. Iniciando sua narrativa a partir da década de 1930, Rodrigues<sup>33</sup> aponta que, capitaneada pela oposição ideologicamente liberal do estado contrária ao governo de Vargas, uma série de medidas foram elaboradas no intuito de, por meio da promoção da educação, combater uma “‘crise nacional’ que acreditava-se haver sido causada com o estabelecimento do domínio oligárquico na República”<sup>34</sup>. Deste projeto surgiu o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, dirigido por Mário de Andrade, cuja atuação fez conciliar os interesses das elites liberais e as propostas de proteção oficial dos patrimônios. Houve ali o interesse em criar um órgão para cuidar da questão do patrimônio na esfera estadual, defendida pelo deputado Paulo Duarte. Entretanto, pela temeridade que levava a buscar evitar conflitos ou mal-entendidos com o governo federal, uma vez que isso se dava contemporaneamente ao processo de criação do SPHAN, a ideia foi adiada até 1937, e, com o golpe do Estado Novo, o processo foi abortado.

Por muito tempo, então, a questão do patrimônio estadual foi tratada na esfera federal, cabendo assim aos estados a posição de “colaboração” em sintonia com as diretrizes superiores. Projetos locais, datados de 1957 e 1962 não se efetivaram. Apenas em 1968, com a criação do Condephat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico, pouco depois transformado em Condephaat (com a adição de “arqueológico”), se concretiza a criação de um ente estadual. Seu objetivo central era o combate à ideia do “vandalismo”<sup>35</sup> e a proposição de ações civilizatórias e de culto saudosista do passado, o que demonstra um caráter elitista mantido desde as primeiras propostas, aliado ao interesse de exploração econômica por meio do turismo. Sua estruturação, entretanto, demorou mais algum tempo, e questões como a regulamentação das

---

<sup>33</sup> Rodrigues, M. Op. Cit

<sup>34</sup> Id. Ibid. p. 25

<sup>35</sup> Uma interpretação possível para o uso deste termo é a oferecida por MACHADO, Diego F. Patrimônio e Vandalismo. In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 201-204. 2020 : “Costuma-se falar de vandalismo não para apontar a incúria de ricos e poderosos, mas para rotular ações de pessoas à margem da vida social”

atividades, a definição da composição do conselho e a criação de um corpo técnico foram discussões que se estenderam pelas décadas seguintes.

Em sua atuação, neste período, a marca principal foi a disputa entre os chamados “profissionais do patrimônio”, preocupados com a natureza documental dos monumentos, e os “culturalistas” atentos à formação cívica. Além desta questão, o conflito com os interesses do mercado imobiliário também se fez presente (marca todo o período de atuação do Condephaat) e influenciou as decisões a respeito do patrimônio paulista.

Nos primeiros anos, métodos de seleção dos bens a preservar por meio do tombamento foram marcados pelo estabelecimento de critérios absolutamente tradicionalistas e elitistas, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto histórico, embora pouco objetivos, o que fazia com que, muitas vezes, as decisões fossem casuísticas ou pessoais. A avaliação técnica também era predominante, e o trabalho se definia na seleção de “documentos arquitetônicos” que excluía, por exemplo, construções em estilo eclético, consideradas não genuínas. Essa concepção restrita só iria se transformar gradualmente a partir da década de 1970, tendo como marco um curso oferecido para diplomados em arquitetura, em 1974, que contou com especialistas estrangeiros os quais trouxeram contribuições de experiências e conceitos atualizados, entendendo os patrimônios com base e foco em sua relação com a ação humana. Entretanto,

“Palavras como ‘revitalização’, ‘simbolismo’ e ‘bem cultural’ denunciavam o contato com novos conceitos e, contraditoriamente, estavam alinhados à costumeira ênfase ao monumento edificado e a procedimentos técnicos como o do inventário, demonstrando que, na prática, pouco ou nada se modificara. Às dificuldades teóricas e metodológicas do conselho somavam-se as crônicas da administração pública, a falta de recursos humanos e materiais”<sup>36</sup>

Outras problemáticas se somavam a estas, como o constante conflito entre a preservação do patrimônio e interesses e projetos sociais e, sobretudo, econômicos outros. Da somatória destas questões resultou uma prática pouco eficiente e reflexiva, demonstrada na pouca influência e nos limites do Condephaat no que se refere às tomadas de decisão do poder público.

---

<sup>36</sup> Rodrigues, M Op. Cit. p. 71

A partir de 1975, com a inclusão desta instituição na pasta estadual de Cultura, Ciência e Tecnologia, e sob influência da atualização teórica e de discussões internacionais, o instituto passa por uma ampliação nos conceitos (como o de “patrimônio cultural” e “patrimônio ambiental urbano”<sup>37</sup>) e nos objetos de proteção, que passam a abarcar, destacando a ação em especial do geógrafo e professor Aziz Ab’Saber, entre outros, o meio-ambiente, as formações geológicas, a ideia da integração dos bens tombados ao planejamento urbano (oficialmente por meio do Programa de Preservação e Revitalização do Ambiente Urbano) e da importância de considerar seus aspectos sociais (como a qualidade de vida dos habitantes) na relação entre os bens e as pessoas. A falta de recursos e de apoio político, entretanto, impediram que estas transformações conceituais se realizassem em práticas concretas. Outro fator marcante deste período foi a expansão, em diversos setores da sociedade civil, de uma consciência preservacionista. Este auxílio da opinião pública foi fator importante em muitas ações do conselho, fortalecendo posições.

Com a mudança no conselho ocorrida em 1979, entretanto, houve um passo atrás nestas concepções conceituais mais atualizadas. As decisões deste momento refletem claramente o abandono de uma ideia cultural de patrimônio, retomando entendimentos anteriores, mais tradicionais e focados na materialidade dos bens. Em oposição a isso, acadêmicos e grupos preservacionistas se manifestaram contra a centralidade do Estado nas decisões, dos interesses divergentes envolvidos e do afastamento da população em relação ao processo da tomada de decisões. Em diversos episódios, como por exemplo a demolição de casas em processo de estudo para tombamento situadas na nobre área da Avenida Paulista, na capital, que suscitou a demissão coletiva dos conselheiros, fica claro que a questão da centralidade dos métodos tradicionais como meio de preservação estava equivocada:

“Voltado para a conservação física, o tombamento não garante a manutenção do uso, através do qual se dá a conservação social dos bens, e, nesse sentido, atua como diluente da

---

<sup>37</sup> O entendimento do conceito passou por debates, principalmente entre as figuras de Carlos Lemos (com uma interpretação mais ortodoxa, que entendia o conceito como centrado nas qualidades materiais dos bens) e de Ulpiano Bezerra de Meneses (que os entendia como fatos sociais produtos da cultura, numa dimensão mais simbólica). Na prática, prevaleceu o entendimento de Lemos.

memória, elemento vivo, dinâmico, que ultrapassa a materialidade dos artefatos. “<sup>38</sup>

Na década seguinte, como consequência e em resposta a estes equívocos, da maior participação de grupos e da opinião pública, e como reflexo do início da abertura política do país, novamente entraram em pauta as discussões sobre os usos sociais do patrimônio. Esta visão se definiu em um documento, as “Diretrizes para formulação de uma política de atuação do Condephaat”, que propunha uma visão muito atualizada e completa:

“Após breve diagnóstico, a proposta de política de preservação expunha as premissas de suas diretrizes. No que se refere aos conceitos, reafirmavam o de patrimônio cultural como domínio da produção de sentido -- com prioridade, no âmbito do Conselho, para a cultura material, esta entendida como vetos das relações sociais --, o que implicava a não reificação do patrimônio

[...]

Finalmente, no que se refere aos conceitos, o documento considerava na noção de patrimônio cultural ‘tanto os produtos da ação humana, quanto da natureza, já que é a apropriação cultural que permite entender, por exemplo, artefatos e paisagens’. Reconhecendo os conteúdos específicos dos bens naturais, o documento propunha defini-los segundo seu caráter específico: formal, relacionado à ‘relevância dos valores estéticos’; ambiental, relacionado ‘à preservação e valorização de outros bens culturais’; de documento biológico, testemunhos de excepcionalidade ou da tipificação de fenômenos da natureza e seus processos; de documento social, testemunho da apropriação social de espaços naturais, ressaltando-se, aí, o conceito de patrimônio ambiental urbano.” <sup>39</sup>

Outro conceito que passa a pautar as ideias e a atuação do Condephaat neste período é o conceito da “memória”, em especial na formação da identidade das comunidades, o que visava uma atuação democrática, mas que pouco se observou de fato. Apesar do entendimento de que o conselho deveria ser um meio para a emergência de diferentes grupos e formas de ser e estar, nas decisões ainda figurava uma prática onde o Condephaat se punha como o construtor de uma história oficial. Para além, mais uma vez, as intenções do conselho esbarraram em

---

<sup>38</sup> Rodrigues, M. Op. Cit. p. 123

<sup>39</sup> Rodrigues, M, Op. Cit. p. 125



interesses econômicos, sobretudo do setor imobiliário, reforçado pela falta de apoio político ao órgão.

Na análise da atuação prática do conselho, Rodrigues mostra, finalmente, que a maioria dos estudos de bens para a preservação teve como origem solicitações advindas de especialistas e do poder público, sendo pequena a participação de outros setores e comunidades. Observando a totalidade dos bens, fica evidente a prevalência, durante os primeiros anos da instituição, da escolha daqueles relacionados a uma história oficializada, das memórias dos bandeirantes e dos cafeicultores, posteriormente, com a crítica historiográfica, substituída pela arquitetura urbana, mas ainda excludente de outras narrativas.

A história do Condephaat, no período analisado por Rodrigues, demonstra, assim, em seu ir e vir, nos embates teóricos, políticos e sociais, algumas das potencialidades e dos limites aos quais a questão do patrimônio foi atravessada no estado de São Paulo.

### 2.2.3 - A Política Patrimonial de Campinas e o Condepacc

Bertinato<sup>40</sup> analisa em sua dissertação a ação do Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), explorando desde o período que antecede sua criação (ocorrida em 1987) até as ações de 2008. Ela destaca que diversas figuras importantes da cidade já vinham se debruçando sobre a necessidade de preservação da memória da cidade. Antes mesmo da criação do conselho, em 1975, foi oficialmente criado, na Secretaria Municipal de Cultura, um serviço do Patrimônio Histórico e Cultural de Campinas, que, entretanto, não se efetivou. Novamente, em 1979, foi criado o primeiro Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico de Campinas (COPHAC), também infrutífero, por conta da falta de regulamentação e de definições legais para sua atuação. Além destas medidas, houve também neste período a atuação e a defesa para a criação de um conselho municipal por parte de algumas figuras renomadas da cidade, como o ex-prefeito Magalhães Teixeira (sobretudo no período em que acumulou os cargos de vice-prefeito e secretário de cultura, entre 1977-78 e, posteriormente, em seu mandato como titular do executivo municipal) e também do arquiteto Antônio da Costa Santos, que viria posteriormente, em 2000, se eleger prefeito.

Dentre os fatores que causaram a pouca eficiência destes projetos, destaca-se o jogo de tensões presente na cidade, sobretudo em relação ao seu crescimento econômico e aos interesses imobiliários envolvidos. Estas tensões estiveram presentes mesmo após 1987, quando foi, de fato, criado o Condepacc, revogando a ineficaz lei anterior de 1979. Na realidade, estes embates marcaram as decisões políticas da cidade a respeito de seus patrimônios desde ao menos o início do século XX.

Talvez o maior símbolo da forma como a cidade de Campinas lidou historicamente com seu patrimônio edificado tenha sido o “Plano Prestes Maia”, alcunha do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, planejado e efetivado num período de declínio da produção cafeeira e acelerada industrialização. Este projeto materializou os interesses de diversos grupos das elites empresariais e

---

<sup>40</sup> BERTINATO, Op. Cit

políticas da cidade, sobretudo dos setores imobiliários, industriais e de transporte. Sobre ele, Rodrigues<sup>41</sup> mostra que,

“No contexto dos anos 1930, a velha malha desgastada do centro urbano, permeada de rugosidades que se formaram na superposição de espaços-tempo econômicos e sociais distintos e que engendram um desenho urbano assimétrico, retalhado, invadido de reentrâncias, não mais interessava ao poder local, que clamava por intervenções no desenho urbano da cidade que melhor exprimissem a condição de centro industrial dinâmico em ascensão que Campinas representava naquele tempo.”<sup>42</sup>

Ao longo dos 40 anos de sua execução, o Plano de Melhoramentos Urbanos, em um plano simbólico, buscou desenhar uma cidade “moderna”, com vastas e largas avenidas, enquanto as antigas fazendas próximas à região central eram loteadas e se tornavam bairros voltados para a construção de moradias para a classe operária, facilitando e barateando o custo do deslocamento ao mesmo tempo em que abria oportunidades para investimentos econômicos<sup>43</sup>.

No bojo destas transformações no espaço urbano da cidade, diversos patrimônios e espaços foram sacrificados em nome da imagem de progresso que a cidade buscava. Para o alargamento da avenida Francisco Glicério, por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi demolida no ano de 1956, dando lugar para a edificação do Palácio da Justiça e o surgimento de uma praça cívica (Visconde de Indaiatuba). Como justificativa, Prestes Maia, em seu relatório escrito em 1935, defende que a igreja não tinha valor na tradição, na arte ou na arquitetura. Cabe ressaltar que esta igreja era simbolicamente relacionada à identidade dos negros e afrodescendentes de Campinas. Segundo Ricci:

“Os negros não puderam permanecer na irmandade do Rosário de Campinas, pois, foram dela expulsos (mais uma vez a problemática do racismo e da discriminação). Buscaram outro local na cidade para se instalarem, constituindo uma nova confraria que foi a de São Benedito. Apesar disso, continuaram

---

<sup>41</sup> RODRIGUES, Fabíola. **O plano “Prestes Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista.** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 4, n. 1, p. 125-151, 2012.

<sup>42</sup> Id. Ibid. p. 128

<sup>43</sup> BADARÓ, Ricardo de S. C. **Campinas: O Despertar da Modernidade.** Campiniana, nº7. Área de Publicações da CMU/UNICAMP, Campinas/SP 1996

a freqüentar o largo e as escadarias da igreja, aonde realizavam suas manifestações tanto de caráter religioso quanto profano, onde foram amiúdes as congadas e batuques, além da recriação cultural ocorrida a partir da mescla com outras práticas culturais. As cavalhadas havidas em Campinas eram realizadas em frente a este templo, até porque o Largo do Rosário era o maior da cidade nos idos de 1846 e até 1934 quando ganhou o formato de Praça Cívica”<sup>44</sup>



**FIGURA 02:** Demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário- ACERVO CMU

Assim, conforme demonstra Bertinato<sup>45</sup>, como consequência desta visão de cidade e das práticas como ela se efetivou, sobraram, de forma fragmentada, apenas parte das edificações históricas da cidade. No período que antecedeu a criação do Condepacc, a ausência de políticas públicas para a preservação e valorização da memória da cidade vinha sendo denunciada já a algum tempo, ao passo em que crescia o interesse sobre a questão entre grupos acadêmicos e da sociedade civil, como a “Sociedade Febre Amarela”. Destes embates advieram as condições políticas para a efetiva criação do conselho. Ainda assim, para seu pleno funcionamento, o conselho precisou lidar com a oposição de setores interessados na exploração econômica e imobiliária, cujos representantes políticos buscavam esvaziar ou até mesmo reverter as medidas tomadas. Em adição ainda se faziam necessário o estabelecimento dos critérios para as escolhas dos bens a serem preservados e, especialmente no caso campinense, da definição das áreas

<sup>44</sup> RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP): Santa Cruz, São Benedito e Rosário**. ANPUH–XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007. p. 7

<sup>45</sup> BERTINATO, Op. Cit.

envoltórias, cuja determinação padrão, em 300 metros, fazia com que houvesse uma sobrecarga de demandas:

“Esta prática acabou criando um grande problema para a cidade, pois não se definindo, no ato do tombamento, os critérios para qualquer intervenção, qualquer pedido de reforma ou obra nova nessas áreas envoltórias, se faz necessário abrir uma discussão no Conselho, atrapalhando o andamento dos trabalhos no próprio Conselho e gerando insegurança para os proprietários e investidores imobiliários do município. Além do que, abre-se uma discussão nem sempre com estudos aprofundados, pois desconectado do estudo de tombamento do bem que gerou a própria área envoltória.”<sup>46</sup>

Para além, a insuficiência do corpo técnico, que não tinha possibilidade de realizar os estudos de tombamento na quantidade e tempo necessários, levou o órgão à tomada de decisões improvisadas, como a criação da categoria de bens “indicados para a preservação”, protegidos precária e indiretamente por fazerem parte das áreas envoltória de outros bens tombados, o que gerava insegurança jurídica, prejuízos para os proprietários (que arcaram com os ônus do tombamento sem seus benefícios) e o risco constante de perda do bem.

Esta situação também levou a uma grande demora para a realização dos estudos e do inventário dos bens culturais da cidade, produzido apenas em 2004, com o primeiro deles tendo por objeto a região central da cidade e por recorte cronológico o período entre a chegada das ferrovias (1878) na cidade e o ano de 1929, período marcado pela urbanização acentuada da cidade.

Na ordem prática, em relação aos bens tombados de Campinas, a observação de Bertinato mostra um gradual incremento na quantidade de bens conforme se passaram as gestões, durante os 20 primeiros anos de atuação do Condepacc, totalizando então 188 resoluções (algumas contendo mais de um bem) com evidente destaque para o período entre 2001 a 2008 (época da gestão dos prefeitos Antônio da Costa Santos, Izalene Tiene e Hélio de Oliveira Santos). A arquitetura foi amplamente privilegiada, bem como a região do Centro e dos bairros em seu entorno. Os bens públicos têm uma pequena prevalência sobre os privados, apesar dos constantes embates relacionados ao direito da propriedade e o tombamento. Embora quase metade (45%) das resoluções não tenham discriminado

---

<sup>46</sup> BERTINATO, Op. Cit. p. 48

essa a informação, dentre a área de interesse relativa à preservação dos bens, a relevância histórica, arquitetônica e cultural aparecem como prioritárias, havendo também um número expressivo de tombamentos relacionados à importância ambiental. 55% dos bens não apresentam também uma justificativa que explique a decisão por sua preservação. Quanto à perspectiva cronológica, a primeira metade do século XX e, em seguida, a segunda metade do século XIX são os períodos mais bem representados dentre os bens tombados na cidade. Os bens mais antigos preservados datam da segunda metade do século XVIII (A tulha localizada no jardim Proença, tombada em conjunto com uma casa grande de construção posterior, e a Capela de Santa Cruz, no Cambuí).

Este trabalho de tombamento de bens, entretanto, não é suficiente para a realização de uma preservação e, tampouco, para a integração do patrimônio aos projetos de cidade. A atuação do Condepacc, assim, é marcada por disputas diversas contra outros interesses, muitas vezes do próprio poder público (como no caso da construção do prédio da guarda municipal na área de entorno do palácio dos azulejos, prejudicando sua visibilidade<sup>47</sup>, interesses do setor imobiliário ou descaso das autoridades (como exemplo, o tratamento da antiga fazenda Jambeiro<sup>48</sup> ou o restauro mal executado do monumento-túmulo de Carlos Gomes<sup>49</sup>).

---

<sup>47</sup>Id. Ibid. p. 123-131

<sup>48</sup>Id. Ibid. p. 131-138

<sup>49</sup>Id. Ibid. p. 147

## 2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Na produção deste trabalho, tendo em vista o seu objetivo de se configurar em uma proposta voltada para a área da educação na disciplina de história, é importante realizar a discussão sobre o conceito e a prática da educação patrimonial. Desta questão geral surgiram, então, outras, derivadas: Qual a importância da educação patrimonial para a formação dos alunos? Em que o estudo dos patrimônios é capaz de contribuir em relação ao ensino, especificamente em relação ao ensino de história, numa perspectiva de educação democrática? Como abordar a questão dos patrimônios culturais de forma significativa para a formação crítica dos estudantes?

Ao observar a produção de teses e dissertações marcadas no acervo da CAPES com a palavra-chave “educação patrimonial”, Carmem Gil<sup>50</sup> aponta a necessidade de responder estas questões considerando este objeto não como metodologia única, mas na pluralidade de possibilidades que a relação necessária entre os bens (sejam de natureza material ou imaterial) e as pessoas, em sua diversidade, permitem. Destaca-se, também, a proposição de abordagens que estabeleçam como finalidade a realização de ações reflexivas acerca de si, da comunidade a qual faz parte e do mundo.

Em que pese o fato de que, desde sua idealização, a política patrimonial brasileira já considerar a potencialidade educacional do tema, conforme defende Florêncio<sup>51</sup>, é a partir de 1970 que a questão se torna mais relevante e, na década seguinte, passa-se a usar a terminologia “educação patrimonial” para o uso de museus e monumentos com finalidade educacional. Surgem neste mesmo período outras propostas, com o objetivo de associar a educação com o contexto cultural dos estudantes. Este movimento, segundo a autora, se percebe na criação do “Projeto Interação”<sup>52</sup>, criado pela Fundação Nacional Pró-Memória<sup>53</sup>.

<sup>50</sup> GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017)**. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, v. 38, n. 1, p. 107-127, 2020.

<sup>51</sup> FLORENCIO, Sonia R.R. **Educação Patrimonial: Algumas diretrizes conceituais**. In: Cadernos do patrimônio cultural. Org. Adson R.S. Pinheiro - Fortaleza: Secultor: IPHAN, 2015. p. 19-30

<sup>52</sup> Um estudo completo sobre o “Projeto Interação” e suas contribuições pode ser encontrado em DEMARCHI, João Lorandi. **Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

<sup>53</sup> “A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural” ver: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA,

Nas três décadas seguintes, prossegue Florêncio, foi possível superar concepções da educação patrimonial calcadas nas ideias de “promoção” e “difusão” do patrimônio cultural com vistas a sua preservação, mas pensar a sua prática considerando sua dimensão política, de valorização da diversidade cultural, compreendendo a “possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural”.

Desta maneira, para que as ações de educação patrimonial prosperem, a autora indica algumas diretrizes a se considerar na elaboração de propostas: Primeiramente, é preciso considerar a preservação como prática social que surge na relação entre o bem e a comunidade, não em valores dados por uma excepcionalidade intrínseca a ele. Deve-se também ser capaz de criar interlocuções entre a sociedade e os órgãos do poder público responsáveis pela política patrimonial, de forma a valorizar as realidades locais. É necessário, ademais, considerar a educação patrimonial sob uma perspectiva transdisciplinar e multissetorial, potencializando seu uso como instrumento de formação, e compreendendo suas múltiplas dimensões. Finalmente, a educação patrimonial deve ser pensada como possibilidade de transformação dos sujeitos por meio de uma construção coletiva do conhecimento, em oposição à reprodução de conteúdos prontos.

Em sentido semelhante, Oliveira<sup>54</sup> aponta que nas últimas décadas a educação patrimonial deixou de ser atribuição apenas dos setores educativos dos museus e passou a ser metodologia presente nas escolas, com potencial de permitir o fortalecimento de identidades e pertencimentos. Isso, na visão do autor, se deve à compreensão do caráter educativo dos patrimônios culturais como documento histórico, cuja análise permite compreender as ações daqueles que os produziram e ressignificá-las, seja por meio da desmistificação daquilo considerado singular, seja pela valorização das memórias surgidas do cotidiano. Caberia, desta forma, ao pensar a educação patrimonial, promover uma “sensibilização patrimonial que garanta sentidos de preservação e de pertencimento desse patrimônio em relação à comunidade da qual ele faz parte”.

---

Luciano; THOMPSON, Analucia. **Fundação Nacional Pró-Memória**. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Almir. **Educação Patrimonial** in FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coordenação). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2019. p. 98-101



No texto “O que não é educação patrimonial”, Tolentino<sup>55</sup> discorre acerca dos principais erros cometidos nos trabalhos relacionados a esta temática, em especial naquilo que se refere a práticas que não conseguem ser efetivamente dialógicas. O primeiro destes erros seria a noção de “alfabetização cultural”, onde o professor teria a função de instruir o aluno sobre um tema que lhe seja desconhecido, desconsiderando o protagonismo presente no outro e hierarquizando os saberes culturais. A prática da educação patrimonial deve, neste sentido, se estabelecer por meio de diálogos entre os diferentes valores dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, reconhecendo e valorizando os diversos saberes e contextos nele envolvidos.

Decorrente deste primeiro problema, a educação patrimonial não deve ser entendida também como um meio de “conscientização” visando a preservação dos bens tombados. Tal perspectiva esconde o fato, essencial, de que os bens escolhidos pelo Estado para a preservação são frutos de relações de poder. Neste sentido, reduzir as discussões propiciadas pela temática do patrimônio à necessidade de sua preservação acaba por não permitir uma postura crítica a seu respeito, assumindo os discursos subjacentes como absolutos e correspondentes a verdades únicas. Desta maneira, deve-se buscar a construção de uma noção de patrimônio que seja capaz de superar tais discursos e promover valores e manifestações culturais de grupos minorizados. Como nos provoca Scifoni (2012)

“a escolha histórica dos nossos órgãos de preservação pela representação da memória a partir de tudo que é monumental e excepcional apagou os conflitos e a desigualdades e simulou uma sociedade nacional cujos símbolos são a grandiosidade e o prestígio. Como é possível neste modelo de patrimônio cultural que operários e camponeses, por exemplo, possam se enxergar neste conjunto da memória nacional?”<sup>56</sup>

O positivo uso da relação entre a história local, a memória e os patrimônios é bem estabelecido na literatura sobre o ensino de história. Bittencourt<sup>57</sup>, escreve que ao usar estas temáticas como fundamentação nas aulas, permite-se aos alunos

---

<sup>55</sup> TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático, v. 5, p. 38-48, 2016.

<sup>56</sup> SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema**. Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

<sup>57</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011, 4a. edição.

uma compreensão de que o passado se faz presente nos espaços de convivência cotidianos, ensejando observar a ação de diversos grupos sociais de forma ativa na construção do mundo que os cerca. Assim, para a autora, o conhecimento da memória, em especial da memória local, auxilia na formação da identidade dos discentes. Entretanto a autora adverte que a forma como esta memória local é apresentada aos alunos deve ser profundamente refletida:

“A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem os nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com espaço a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...”<sup>58</sup>

Barros mostra que “o estudo histórico desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e o mundo social”<sup>59</sup>. Neste sentido, as aulas de história seriam um ambiente privilegiado como oportunidade de construir e refletir sobre importantes questões de pertencimento. Barros ainda afirma que “Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro”<sup>60</sup>.

O ensino de história local, desta maneira, seria para o autor, “um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença”. Isso ocorre, principalmente, num momento onde a universalização do estudo sobre a memória é uma derivação da falta de identificação das pessoas com suas heranças culturais e com os padrões de relacionamento que eram tradicionalmente estabelecidos, além do afrouxamento dos laços entre gerações. A respeito da questão da formação de identidades, o autor ainda acrescenta que

“a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento

---

<sup>58</sup> Id. Ibid. p. 169

<sup>59</sup> BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de História, memória e história local**. Revista Criar Educação, v. 2, n. 2, 2013. p. 1

<sup>60</sup> Id. Ibid. p. 2

de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”<sup>61</sup>

Cavalcanti<sup>62</sup> expande a discussão ao analisar o termo “local” em sua conexão e articulação com o termo “global”. Ele propõe que, uma vez que o recorte no espaço (um município, um bairro, uma rua, etc) seja escolhido (e isso é feito pelo pesquisador) que esta escolha seja problematizada em seus significados: “O que definir como “local”? Com base em quê? Quais os critérios usados para instituir como história local a história que praticamos?”<sup>63</sup>. Ele aponta, em primeiro lugar, um desafio na relação que é feita entre história local com ideias de uma história “pequena”, e aponta que, em se tratando de metodologias, não existem formas que sejam capazes de delimitar essa classificação. Outra questão levantada pelo autor é a de que não se deve supor, em termos da história local e sua relação com a memória, que exista uma história local “pronta”, aguardando para ser descoberta por meio da memória. Ao contrário, é dever de quem se debruça sobre este tipo de objeto a observação crítica das relações sociais que se desenvolvem neste tipo de espacialidade. Ele aponta como possibilidade, também, o uso do ferramental teórico da micro história, ainda que com cautela. Em continuidade, o autor adverte em relação a conclusões de que as histórias locais, pelo recorte diminuto, não apresentariam conflitos sociais internos, como se houvesse automaticamente pela identidade e pertencimento a geração de uma harmonia entre os sujeitos. Cavalcanti defende que, ao se analisar a história de um local, não se pode perder de perspectiva sua colocação em contextos mais amplos, evitando o erro de crer ser possível, ao diminuir o objeto, dar conta de sua totalidade por meio de generalizações. Entretanto, ressalta que não se deve também produzir relações forçadas que tentem incluir a história local como uma peça em um quebra-cabeça de uma “história não local”, ou seja, como reflexo reduzido de contextos mais amplos. Finalmente, o autor adverte que, ao pensar em histórias locais, não devemos nos ater somente à esfera geográfica como delimitadora do objeto, mas precisamos também considerar outras dimensões, sobretudo a política.

---

<sup>61</sup> Id. Ibid. p. 13

<sup>62</sup> CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local: desafios, limites e possibilidades**. Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

<sup>63</sup> Id. Ibid. p 286

Desta forma, como propostas, Cavalcanti<sup>64</sup> defende que, ao trabalhar a história local, o professor deve interpretá-la sem forçar vínculos com uma história nacional ou global, mas sim, criticamente, realçar nas suas especificidades, as convergências e divergências. Deve enfatizar a ação das pessoas como sujeitos de suas ações, não determinadas por contextos “maiores” e deve também observar formas diferentes de registros documentais produzidos por estes sujeitos como base documental.

Em um exemplo de trabalho na área de educação patrimonial relacionada à história local, podemos citar Barra e Mello<sup>65</sup>, que relatam um projeto que desenvolveu as aulas de história usando temas como o patrimônio e a memória na cidade de Madureira - RJ. Para os autores, “As memórias compartilhadas formam vínculos de pertencimento que conformam as identidades e legitimam a formação de grupos sociais que se diferenciam de outros a partir de referenciais culturais próprios”<sup>66</sup>. Desta maneira, no diálogo entre a política patrimonial de preservação do patrimônio cultural e o processo de ensino-aprendizagem, ambas se aproximam ao permitir uma valorização dos sujeitos (da comunidade envolvida no processo de definição das ações de preservação e dos discentes no que tange a aprendizagem) como sujeitos ativos, e não mais como receptores passivos, cada um em sua instância.

Os autores, desta maneira, salientam que

“A inserção do tema do patrimônio histórico e cultural nas aulas de História apresenta-se como importante recurso para a construção de ‘aulas como texto’ pela ação direta que pode exercer na ressignificação de memórias e na formação de novas identidades. Nessa perspectiva, as ações empreendidas no âmbito do projeto encontram-se balizadas pela consideração do patrimônio cultural como fonte primária, sendo possível desenvolver metodologias de trabalho que possibilitem seu conhecimento, sua problematização e a apropriação da história e da memória locais, buscando, sempre que possível, conectá-las à história mais ampla.”<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> Op. Cit.

<sup>65</sup> BARRA, Sérgio Hamilton da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ**. Revista Brasileira de História de Educação, v. 17, n. 4, p. 132-162, 2017.

<sup>66</sup> Id. Ibid. p. 1138

<sup>67</sup> Id. Ibid. p. 139

### 2.3.1 - A fotografia como subsídio para a Educação Patrimonial

Compreendendo a imagem fotográfica como “fragmento de memória”, Soares<sup>68</sup> destaca sua capacidade em desencadear recordações, as quais, por meio de um processo de decifração, possibilita reconstituir seus significados. Esse tipo de documentação, entretanto, não era considerada, no século XIX, como patrimônio, uma vez que sua característica de registro não se enquadrava nos padrões de monumentalidade então exigidos, compreensão que só veio a ser revista a partir da ampliação do conceito de bem cultural.

Em sentido análogo, Kossoy<sup>69</sup> defende que o uso da fotografia como documento histórico é uma estratégia que apresenta possibilidades interessantes ao historiador e pesquisador. Seu emprego como subsídio para a pesquisa, segundo o autor, se dissemina a partir da revolução documental, momento onde abandona-se a crença de que apenas o escrito e oficial tem valor, concepção que foi ampliada no Brasil apenas nas últimas décadas do século XX.

Como metodologia, o autor compreende que, na pesquisa deve-se tratar a fotografia como o resultado de uma elaboração que considera três elementos: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. Assim, a foto pode ser definida como um fragmento da realidade (espaço e tempo), selecionado intencionalmente por um profissional para que se fizesse um registro em um suporte dado pela possibilidade do equipamento utilizado. Desta maneira, o sujeito do registro, aquele que escolhe o tema, o enquadramento e o momento da captura da imagem fazem com que, mais do que um registro do real como tal, a fotografia seja uma forma de criação:

“O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal.”

---

<sup>68</sup> SOARES, Taís Castro. **Fotografia, memória e patrimônio**. Leopoldianum - Revista de Estudos e Comunicação da Universidade Católica de Santos. Santos/São Paulo: Editora Universidade Leopoldianum, ano, v. 34, p. 92-93, 2008.

<sup>69</sup> KOSSOY, Boris, 1941. **Fotografia & História** - 4. ed.- São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

Sônia Fardin<sup>70</sup> apresenta a existência de diversos pontos de conexão entre a fotografia e a evolução e desenvolvimento das cidades, o que, no caso de Campinas pode ser observado na vasta produção de coleções que documentam a dinâmica de transformações que marcam o seu crescimento, em seus conflitos e nas estratégias para superá-los.

Em Campinas, como em outras cidades similares, a autora destaca o caráter da memória como construção da ideologia da elite. A fotografia, nesse sentido, como artefato da visualidade, cumpre a função de se constituir em registro histórico que permite à essa classe a criação e oficialização de discursos que suportem seu poder econômico, social e político. Entretanto, a análise aprofundada, sobretudo de forma refletida que permita problematizar aquilo que ela apresenta, mostra contrapontos às construções das classes hegemônicas por meio da desconstrução destas narrativas, percebendo a presença de grupos minorizados e de suas formas de resistência e organização.

Pensando as potencialidades do uso da fotografia nas aulas de história, Hadler e Pinto Jr<sup>71</sup>, em um trabalho de extensão, em conjunto com professores de ensino básico, consideraram o trabalho com a história local, o patrimônio e a memória como uma forma importante de estímulo a reflexões acerca da alteridade, pluralidade, pertencimento e identidade. Especificamente a respeito do trabalho relativo ao uso da fotografia, utilizando o material selecionado pelos autores no Centro de Memórias da UNICAMP, demonstram que

“O contato com a documentação fotográfica permitiu a experiência de um entrecruzamento de tempos; presente e passado e expectativas de futuro se imbricaram naquele presente. Documentos fotográficos oferecem indícios de histórias vivenciadas nos espaços retratados, como também propiciam a instauração de diálogos entre quem está na condição de pesquisador e os possíveis sujeitos que percorriam aqueles espaços impressos nas imagens fotográficas.”

---

<sup>70</sup> FARDIN, S. A.. **Um álbum, para nos inquietar**. In. Campinas 250 anos, 250 fotos [recurso eletrônico]. org.: Ana Cláudia Cermaria Berto. Campinas, CMU Publicações. 2024 disponível em <[https://drive.google.com/file/d/1leTa8\\_diSJQ3A4YDebkBjd\\_aUgrV-4EI/view](https://drive.google.com/file/d/1leTa8_diSJQ3A4YDebkBjd_aUgrV-4EI/view)> Acesso em Jul/2024 p.25-33

<sup>71</sup> HADLER, Maria Sílvia Duarte; PINTO JR, Arnaldo. **Documentos, experiências sensíveis e ensino de história**. ABEH. Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História. Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História - Perspectivas Web 2020. Ponta Grossa: ABEH, 2020.

### 2.3.2 - A Educação Patrimonial no currículo nacional (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares de Campinas

O tema do patrimônio cultural é pouco mobilizado na Base Nacional Comum Curricular da disciplina de História, documento norteador para todas as propostas pedagógicas do país. Especificamente, o tema é abordado no conjunto dos nove anos do ensino fundamental apenas duas vezes. Considerando a divisão entre os anos iniciais (1º ao 5º anos) e finais (6º ao 9º anos), ambas as citações se referem aos anos iniciais, sendo uma prescrição para o 3º ano e uma para o 5º ano:

3º Ano:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
“O lugar em que vive”	“A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)”	“(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados”

5º ano:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
“Registros da história: linguagens e Culturas”	“Os patrimônios materiais e imateriais da humanidade”	“(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.”

Segundo o documento, o ensino de história dos anos iniciais tem por objetivo contemplar a “formação do sujeito”, na relação entre o “Eu” e o “Outro”, no desenvolvimento de uma autonomia consciente da participação em diferentes

esferas da sociedade (família, comunidade, cidade, etc.). Assim, o documento propõe para tal que:

**“Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos.”<sup>72</sup> (Grifo nosso)**

Para os anos finais, conforme já demonstrado, não existe na BNCC nenhuma prescrição específica para a abordagem da temática do patrimônio cultural. Evidentemente, como metodologia e estratégia, nada impede que os patrimônios culturais sejam articulados no sentido de auxiliar no trabalho com determinados conteúdos. Ainda assim, neste contexto, seguindo especificamente o documento, o enfoque para os anos finais do Ensino Fundamental está na narrativa linear já tradicional.

Analisando globalmente a proposta da BNCC, um fator positivo apresentado é a abordagem da temática de patrimônios sob uma perspectiva multidisciplinar. Diversas áreas do conhecimento, e seus respectivos componentes curriculares, apresentam propostas para a abordagem do patrimônio cultural em diversos aspectos. Ficaria extenso abordar individualmente cada momento em que o texto da proposta aborda o conteúdo, mas cabe ressaltar que ele é apontado sob múltiplos pontos de vista, na área das linguagens (compreendendo a língua como patrimônio), das artes (relacionado às diversas manifestações culturais e artísticas) e das ciências da natureza (do ponto de vista dos patrimônios naturais e da preservação dos bens culturais ).

Faz sentido, assim, compreender brevemente algumas características da organização da base curricular. No caso específico brasileiro da atualidade, o processo de produção da proposta curricular recentemente implementada foi amplamente debatido em âmbito acadêmico e, inserido no contexto da forte disputa

---

<sup>72</sup> BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017. p. 404



política que marcou o país na última década, também foi (e ainda é) alvo de acaloradas discussões públicas.

Cabral<sup>73</sup> discorre a respeito destas polêmicas ao observar as controvérsias relacionadas à primeira versão proposta do documento, no ano de 2015. Para a autora, esta versão apresentou avanços importantes, dentre os quais ressalta a tentativa de romper com o eurocentrismo característico no ensino de história brasileiro. Ela se relacionaria à objetivos de

“valorizar e respeitar as diferenças socioculturais e criar oportunidades para que os indivíduos se percebam no tempo e no espaço como sujeitos históricos, contribuindo, portanto, para a promoção da cidadania”.

Esta opinião é também acompanhada por Caimi<sup>74</sup>, que afirma:

“a proposta então apresentada mostrava avanços ao romper com modelos explicativos pautados num código disciplinar centenário, que já não responde às demandas e desafios que se apresentam à sociedade brasileira na contemporaneidade; ao propor a análise histórica a partir de diferentes escalas espaço-temporais e de diversos pontos de observação, deslocando o olhar de uma perspectiva essencialmente eurocêntrica e da ambição de estudar “toda a história”; ao superar a periodização quadripartite da história europeia, eivada de uma ótica temporal totalizante e de uma ortodoxia cronológica, pautada pela ideia de progresso linear; ao propor a história do Brasil como força mobilizadora da análise histórica, dando centralidade à noção de sujeito e à formação da consciência histórica, ao mesmo tempo em que estabelece nexos e articulações com as histórias africanas, americanas, asiáticas e europeias; ao priorizar o tratamento das diversidades étnicas e culturais, notadamente as que dizem respeito às leis 10.639/2003 e 11.645/2008; ao propor a mobilização de procedimentos de investigação e problematização histórica, em detrimento de práticas verbalistas e de memorização, pautadas em aulas expositivas e na centralidade do professor como protagonista dos processos de ensinar e aprender”

<sup>73</sup> CABRAL, Maria Aparecida da Silva. **Vozes em disputa no campo da História e seu ensino: as controvérsias da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular**. Revista Escrita da História, v. 5, n. 10, p. 36-69, jul./dez. 2018.

<sup>74</sup> CAIMI, Flávia Eloisa. **A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?**. Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação, v. 3, n. 4, 2016. p.86-92

Ainda assim, ressalta Cabral, a proposta não foi bem recepcionada por toda a comunidade acadêmica. Para alguns dos críticos a proposta se apegava excessivamente a temas identificados a visões excessivamente progressistas, vinculadas de alguma forma aos mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores. Haveria nela uma substituição do “eurocentrismo” por um “brasilcentrismo”, ou, em outros termos, um apagamento de uma história “ocidental”, visando uma ênfase em conteúdos relacionados à história do País. Haveria também um destaque exagerado na história africana, dos afrodescendentes, latino-americanos e povos indígenas.

Para a autora, é evidente, neste caso, o tom político das críticas realizadas. Ela busca lembrar que esta primeira versão do documento não apresentava em tom prescritivo os temas (acontecimentos, fatos, etc.) a serem abordados, havendo amplo espaço para que os elementos de mediação (editoras, materiais didáticos e, principalmente, professores) pudessem estabelecer escolhas.

Além disso, prossegue a autora, houve uma confusão da parte de muitos dos críticos ao compreender que a proposta curricular deveria seguir uma linha paralela à da produção de conhecimento pela academia. Assim, a ausência de certos recortes se justificaria pelo motivo de os objetivos do “ensino de história”, pensados e formatados para o contexto escolar cujos objetivos podem ser, grosseiramente, resumidos na “formação da cidadania” serem diversos daqueles da produção historiográfica.

Outra questão geradora de polêmicas em relação à BNCC, prossegue Cabral, se refere à necessidade de sua existência. Enquanto documento com características normativas, parte dos pesquisadores na área da educação defendeu que uma padronização dos conteúdos não seria bem-vinda, pois representaria uma unificação oposta à pluralidade. Além disso, a adoção de um currículo centralizado pode significar uma oportunidade para a vigilância e o controle da prática docente. Ademais, avaliar a qualidade da educação tomando por régua a aplicação de um currículo prescrito acaba por ignorar outros fatores, sobretudo os sociais e econômicos, que tem profundo impacto sobre o ensino. Entretanto, Cabral cita uma outra corrente que, em sentido oposto, defende que a proposta pode ser um fator para a garantia de “direitos de aprendizagem” aos estudantes do país.

A BNCC de 2015, entretanto, não foi aprovada. Não nos deteremos aqui no longo e tortuoso processo que se seguiu desta primeira proposta até a versão

oficializada. Destacamos, assim, que apenas em 2017 foi promulgada a terceira versão dessas bases curriculares, com forte natureza prescritiva e já com características muito diferentes daquelas que geraram as disputas que marcaram a proposta de 2015. A perspectiva de uma história linear, quadripartite e eurocêntrica, conforme apontam Barbosa, Lastória e Carniel<sup>75</sup>, foi mantida. Estes autores, neste sentido, compreendem que, dentro de suas escolhas temáticas e metodológicas, a BNCC opta pela proposta de uma formação “para o trabalho”, no lugar de uma formação “para a cidadania”. Isso fica evidente, por exemplo, na escolha do modelo de ensino por competências, ideia trazida para a área da educação de seu ambiente original empresarial. Miranda e Almeida<sup>76</sup>, a respeito desta questão, apontam que

“Nessa perspectiva, há uma disputa não apenas pelo conteúdo da educação, como também por sua transformação em mercadoria, em que unificação curricular reforça o controle nacional sobre o comércio de insumos didáticos. Ou seja, a educação assumiu a partir dessa versão o status de mercadoria. Não por acaso se estabeleceu forte diálogo com agentes privados”.

Já na rede municipal de ensino da cidade de Campinas, os documentos que norteiam o currículo escolar são as “Diretrizes Curriculares da Educação Básica”, divididos em três níveis: Anos iniciais (1º ao 5º ano), cujas aulas da maior parte dos componentes curriculares (exceto Língua Inglesa, Artes e Educação Física) são ministradas por professores e professoras polivalentes; Anos Finais (6º ao 9º ano), com disciplinas ministradas por licenciados especialistas; e EJA (também subdividido em anos iniciais e finais). A primeira edição, de 2009, é fruto de um processo de trabalho que buscou, e, em muitos pontos, alcançou o objetivo de ser uma produção coletiva e democrática, cuja elaboração se deu com base nos trabalhos realizados pelos Grupos de Formação dos diferentes componentes curriculares. Uma versão revisada, de 2015, foi produzida com base nos mesmos princípios bem como um documento complementar nomeado como “Quadros de Suporte Pedagógico”, editado um pouco antes, em 2013. Este último documento

---

<sup>75</sup> BARBOSA, Pedro Paulo Lima; LASTÓRIA, Andrea Coelho; CARNIEL, Francislaine Soledade. **Reflexões sobre a história escolar e o ensino por competências na BNCC**. Faces da História, v. 6, n. 2, p. 513-528, 2019.

<sup>76</sup> MIRANDA, Sonia Regina; ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. **Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro**. Escritas do Tempo, v. 2, n. 5, p. 10-38, 2020.

tem como função o estabelecimento de objetivos gerais de aprendizagem, definição de conteúdos e eixos temáticos relativos a cada ciclo ou ano, além de propostas metodológicas e sugestões de atividades.

No caso específico dos documentos voltados para o ensino fundamental, a rede municipal de ensino de Campinas adota o modelo de organização por ciclos, considerando assim dois para os anos iniciais (ciclo I do 1º ao 3º ano e ciclo II com o 4º e 5º anos) e dois para os anos finais (ciclo III, do 6º e 7º ano e ciclo IV do 8º e 9º anos).

O tema da educação patrimonial aparece diretamente abordado em relação aos componentes curriculares de Artes e História. No primeiro caso, dentro dos objetivos gerais do ciclo IV está previsto:

“a) Compreender os conceitos de preservação e restauro como forma de valorização e reconhecimento social dos patrimônios artísticos e culturais (materiais e imateriais), através da pesquisa e visita/observação de espaços, bens e obras de Campinas e região”

Já no componente curricular História, a abordagem à educação patrimonial aparece nos objetivos específicos do 6º ano, além de estar nos objetivos gerais para o ciclo III:

“h) Perceber que os conceitos de cidadania, ambiente e patrimônio (material e imaterial) são definidos no tempo e espaço e por isso são variáveis e estão em constante transformação”

E para o ciclo IV:

“h) Compreender os diferentes conceitos de cidadania, do ser cidadão em diferentes tempos/espaços ao longo da história e, em especial, no Brasil. Entender e relacionar a preservação ambiental e do patrimônio (material e imaterial) como constitutivo de sua identidade e da sociedade em que está inserido;”

Já nos “Quadros de Suporte Pedagógico”<sup>77</sup>, o tema dos patrimônios é abordado de diversas formas, como proposta de metodologia para o estudo de outros temas conteúdos (em estudos do meio), e especificamente, como eixo temático, ainda que, em nossa visão, de forma desatualizada. Diretamente ele aparece como previsão dos objetivos para aulas do 7º ano:

“Situar-se historicamente em relação a diferentes conceitos de cidadania, do ser cidadão em diferentes tempos/espacos e preservação do meio ambiente e do patrimônio (material e imaterial)”

E também do 8º ano:

“Analisar criticamente diferentes conceitos de cidadania, do ser cidadão em diferentes tempos/espacos e preservação do meio ambiente e do patrimônio (material e imaterial).”

### 2.3.3 - Rotas de Patrimônio como recurso educacional

O conceito de rotas e itinerários de patrimônio ganhou relevância quando, em 1993 foi indicado para a classificação como Patrimônio Mundial pela UNESCO o Caminho de Santiago de Compostela, que consiste em uma rede europeia de vias que compõem, desde o período medieval, o traçado de peregrinos que tinham por objetivo a visita à catedral da cidade espanhola e aos restos mortais atribuídos ao apóstolo. Tal fato ensejou estudos sobre a temática e a criação do Comitê Internacional de Itinerários Culturais (CIIC), subordinado ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que elabora os pareceres para a categorização de bens culturais como Patrimônios Mundiais.

No ano de 2008, então, o CIIC elabora como documento norteador a “Carta sobre os Itinerários Culturais”, texto que oferece definições a respeito da categoria patrimonial dos itinerários de patrimônio, compreendida como um

---

<sup>77</sup> CAMPINAS. **Quadros de Suporte Pedagógico para as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental Anos Finais: subsídios à prática educativa**: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico/Assessoria de Currículo e Pesquisa Educacional, Campinas, SP, 2013

alargamento do conceito tradicional. O documento entende, assim, os itinerários como representações das interações humanas, por meio de caminhos historicamente construídos, que promovem um intercâmbio cultural gerado pela movimentação de pessoas, como o já referido Caminho de Santiago de Compostela e a Rota da Seda. Neste sentido, Pistorello<sup>78</sup> define que o itinerário cultural deve ser “um caminho real - quer dizer, físico e determinado - que tenha tido vigência por um longo período na história” e que “tenha testemunhado trocas culturais e gerado resultados patrimoniais evidentes”.

As rotas (ou roteiros) culturais, por sua vez, são caminhos elaborados em torno de uma temática pré-estabelecida que aglutina bens culturais relacionados dentro de determinada área (um bairro, município, região, etc.). O IPHAN tem publicados em suas coleções os cadernos “Roteiros de Patrimônio” que demonstram a variabilidade de temas possíveis para esta estratégia, que podem consistir, por exemplo, em conjuntos de bens relacionados a estilos artísticos, arquitetônicos, à funcionalidade ou ao artista produtor. Estes bens, desta forma, se articulam à memória e identidade locais e buscam, de certa forma, oferecer uma apreciação de aspectos culturais de determinada territorialidade.

Na cidade de Campinas são oferecidas diversas rotas temáticas tanto pelo poder público quanto por grupos privados, e, em geral, foi possível perceber que esta estratégia é frequentemente associada à área do turismo. No caso da administração municipal, a prefeitura mantém, por meio do Departamento Municipal de Turismo, um projeto, materializado em um website, nomeado “Conheça Campinas”<sup>79</sup>, que apresenta roteiros urbanos, rurais, gastronômicos, étnicos e temáticos (roteiro hospitalar e “as 7 maravilhas de Campinas”). Dentre estes roteiros, nos chamou a atenção aquele nomeado “Jornadas do Patrimônio - Roteiro Urbano”<sup>80</sup>, cuja pesquisa foi realizada pelo historiador Henrique Anunziata. A apresentação do roteiro é a seguinte:

---

<sup>78</sup>PISTORELLO, Daniela. Itinerários, rotas e roteiros em patrimônio. In: CARVALHO, Aline, MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Unicamp, 2020, p. 123-126.

<sup>79</sup> disponível em <<https://conheca.campinas.sp.gov.br/>>. Acesso em Agosto de 2023

<sup>80</sup> Este roteiro consiste na visita de oito localidades, sendo sete bens edificadas (Fundição Lidgerwood, Palácio da Cia Mogiana de Estradas de Ferro, Centro cultural de Inclusão e Integração Social - Antiga estação de trens Guanabara, Loja Maçônica independência, Palácio da Justiça, Escola Estadual Carlos Gomes e Solar do Barão de Ataliba Nogueira) e uma praça pública (praça Carlos Gomes). Cada um destes itens do roteiro contém uma imagem do bem e uma breve descrição histórica, sendo que, em alguns itens, a descrição não é assinada.

“A Jornada do Patrimônio, trata-se de proposta elaborada pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e por municípios Paulistas. A iniciativa objetiva a difusão e a valorização do patrimônio cultural e ambiental por meio da educação patrimonial, divulgando e demonstrando as várias possibilidades de uso e sua incorporação ao cotidiano das cidades paulistas.

Em Campinas, a jornada foi criada e é mantida pela Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural e CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas).”

Em 2018, o evento ocorreu novamente<sup>81</sup>, e consistiu-se em uma programação com palestras e oficinas relacionadas ao tema da preservação do patrimônio público e com o “Roteiro Hospitalar”, que passou por sete instituições de saúde (sendo um hospital já desativado). Este roteiro também está presente no website “Conheça Campinas” e sua apresentação segue o modelo daquela realizada no ano anterior. No ano seguinte, novamente ocorreram as Jornadas de Patrimônio. Na programação do evento, desta vez, aparecem discriminadas ações voltadas especificamente para alunos da rede pública, que consistiram principalmente em atividades internas de pesquisa sobre o tema dos patrimônios realizadas e apresentadas por alunos das escolas estaduais Culto à Ciência e Francisco Glicério, palestras e seminários, além da rota “Caminhada Histórica”, guiada pelo professor Américo Baptista Villela. Esta rota era realizada desde 1992 pelo Museu da Cidade e atendia escolas mediante agendamento. Atualmente é realizada pelo departamento municipal de turismo.

Além do poder público, grupos privados (ainda que muitas vezes contando com apoio da secretaria municipal de turismo) também oferecem o serviço de guias em rotas na cidade. Para ficar em alguns exemplos apenas, podem-se citar as caminhadas denominadas “O que te assombra”, que se insere no modelo de “*dark tourism*” apresentando patrimônios ligados a narrativas do sobrenatural<sup>82</sup>; A agência

<sup>81</sup> <https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/35036>

Não encontramos informações sobre a realização das “Jornadas do Patrimônio” no ano de 2020 e 2021, possivelmente por conta da pandemia causada pelo vírus SarsCoV2

<sup>82</sup> GALETTO, K. C. **O Dark Tourism como possibilidade de experiência turística no município de Campinas (Brasil)** - Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade do Minho. Braga - Portugal 2022

de turismo “Próximo Passeio”, que oferece rotas gastronômicas, de visitas a monumentos e patrimônios e outros roteiros temáticos.

Uma outra rota que merece destaque é a realizada pelo “Projeto Campinas Afro”, com o qual tivemos contato na palestra “Rotas da Gente Negra” realizada no IFCH em 21/11/2022<sup>83</sup>, apresentada pelos pesquisadores Guilherme Oliveira da Silva e Guilherme Dias. Nesta rota, os conceitos abordados serão em especial a questão das narrativas silenciadas na cidade, do protagonismo negro na construção cultural. Para Abreu e Monteiro<sup>84</sup>, os patrimônios afro-brasileiros nem sempre foram assim considerados e, mesmo hoje, após transformações jurídicas e políticas fruto da luta destas comunidades, a afirmação das suas trajetórias e identidades ainda se põe como desafio. Esta rota trabalha com o conceito de “patrimônios difíceis”, discutindo questões como o direito de reparação, as formas de resistência física, cultural, política e simbólica e o racismo estrutural da sociedade. Para Meneguello<sup>85</sup>, parte da importância do estudo destes patrimônios incômodos reside no esclarecimento da sociedade sobre a realidade. Tais patrimônios “dão voz a minorias perseguidas, evitando o apagamento de suas experiências; e redimensionam o próprio conceito de patrimônio como a preservação do belo e do bom”<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> DIAS, Guilherme e SILVA, Guilherme de O. **Rotas da Gente Negras** (Palestra), IFCH - UNICAMP, Campinas/SP. 21 de Novembro de 2022

<sup>84</sup> ABREU, Martha C. e MONTEIRO, Livia N.. Patrimônios Afro-Brasileiros. In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 63-65. 2020

<sup>85</sup> MENEGUELLO, C. ... Patrimônios Difíceis (Sombrios). In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 245-247. 2020

<sup>86</sup> Id.Ibid. p. 247



### 3 - A cidade de Campinas como objeto de estudo

#### 3.1 - O conceito de cidade

A cidade, como objeto de estudo das ciências humanas e sociais, se apresenta como um gigantesco campo para a reflexão. Ela se configura num reservatório que guarda e narra experiências sociais acumuladas, e um campo de elaboração e reelaboração de narrativas distintas construídas historicamente por seus habitantes e pelos que se relacionam com ela, bem como em um espaço de manifestações culturais e sociais definidoras de diferentes identidades. No limite, como nos aponta Araújo<sup>87</sup>, o conceito de “cidade” na contemporaneidade, dada a sua amplitude semântica e sua extrapolação em relação ao componente físico, acaba por se unir e misturar ao conceito de “pessoa” em um mesmo processo.

Dos primeiros assentamentos humanos, anteriores mesmo ao desenvolvimento da linguagem escrita, passando pelas *póleis* da Grécia antiga e chegando hoje às metrópoles e megalópoles contemporâneas, o ambiente urbano e as relações sociais, econômicas e de poder que ali se desenvolvem historicamente foram os focos da análise e dos questionamentos de uma grande produção intelectual. Desta maneira, dada a complexidade e variedade de leituras possíveis sobre o conceito de cidade e sem querer dar conta de sua completude, faz-se necessário buscar compreender, com o auxílio da bibliografia consultada, algumas das características principais deste objeto.

Raquel Rolnik<sup>88</sup>, no texto “O que é cidade”, apresenta uma análise do conceito por meio de múltiplas abordagens que buscam dar conta dos diversos atributos e dimensões que se apresentam. O primeiro destes atributos a autora define, metaforicamente, como sendo a “cidade como um imã”, dada a capacidade de aglutinar pessoas em torno de suas edificações (no princípio o templo religioso). Sequencialmente a autora apresenta a dimensão da cidade como “escrita”, no sentido em que a sua produção e seu crescimento, na definição de traçados urbanos e zoneamentos, cria marcas que permitem uma leitura dos aspectos

---

<sup>87</sup> ARAÚJO, Rosane Azevedo de. **A cidade sou eu? O Urbanismo do Século XXI** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007

<sup>88</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

simbólicos das sociedades que as construíram. Outra dimensão das cidades, dada a concentração de pessoas e a possibilidade de encontros, é a de “mercado”, no sentido onde configura-se em local privilegiado para a circulação de serviços e mercadorias. Finalmente, como característica do ambiente urbano que decorre das anteriores, é a sua vocação política, uma vez que, como lugar de vida coletiva, nelas se desenvolveram formas de organização dos sujeitos que a compõem e participam de sua vida pública. Desdobram-se daí uma ampla gama de relações sociais e hierarquias, bem como os embates e lutas sociais pela ocupação e pertencimento aos territórios, as quais deixam sua marca física na arquitetura por meio da segregação dos espaços.

O Estado é um dos principais agentes desta organização territorial. Nas cidades capitalistas contemporâneas as definições da ocupação e uso dos territórios urbanos, realizadas pelas regras estabelecidas pelas esferas de poder político, se submetem à lógica burguesa no sentido onde busca-se a maximização dos lucros e a organização com base nas relações de produção, ao passo em que a valoração de cada lote também tem por base a sua finalidade econômica e social. Uma das manifestações deste fenômeno, segundo Rolnik, está na produção de planejamentos urbanos que buscam delimitar zonas para determinadas finalidades (industrial, mercantil, habitacional de alto ou baixo padrão, etc.), as quais podem ser compreendidas com base na observação da divisão do trabalho, além do estabelecimento de locais para aqueles sujeitos considerados indesejáveis por não se enquadrarem no processo produtivo (asilos, presídios, hospícios, entre outros). Sob esta mesma perspectiva, o Estado age sobre a cidade por meio do planejamento do trânsito e do transporte público, da educação e da saúde, todos no sentido da criação de condições favoráveis do ponto de vista da lucratividade para que os cidadãos se insiram no modelo produtivo.

Henri Lefebvre<sup>89</sup>, ao buscar compreender as relações sociais que se desenvolvem nas cidades, aquilo que denominou de “problemática urbana”, compreende que, na modernidade, como fruto do processo de industrialização, a cidade como artefato cultural passou a ser configurada conforme as regras do capital. Desta maneira, os espaços urbanos passam a operar como mercadorias de modo que, nos termos do autor, seu valor de troca passa a sobrepor o seu valor de

---

<sup>89</sup> LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

uso. Esta configuração produz, ou tenta produzir, um apartamento entre os sujeitos que habitam as cidades e as relações sociais que o ambiente coletivo deveria proporcionar. Desta maneira, o autor defende transformações que garantam aquilo que chama de “direito à cidade”, ou seja, o direito de fruição e suprimento destas necessidades sociais.

Outro tipo de abordagem sobre a questão da cidade é proposta por Sandra Pesavento<sup>90</sup>, compreendendo as cidades enquanto “fenômenos culturais” em adição à sua natureza física, o que significa que sobre elas são elaboradas, pelo pensamento e pela ação dos sujeitos que de alguma forma com elas se relacionam, representações e sentimentos, sendo assim percebidas, vividas e planejadas de acordo com os sentidos que lhes são atribuídos pelos processos mentais de tais sujeitos. Desta maneira, a valoração dos ambientes que compõem a cidade se relaciona com questões das memórias individuais e coletivas, das noções de identidade e pertencimento (ou exclusão), de antigo e moderno, ou, resumidamente, no imaginário construído sobre os locais. Desta forma,

“cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares”

Neste sentido, as diferentes visões e relações de identidade que os sujeitos propõem sobre a cidade e seu passado dialogam e guiam as suas transformações e reconstruções. Por consequência, a cidade ganha uma dimensão de imaginação e utopia que se manifesta em diversos projetos urbanísticos. Surge então um novo objeto para a atenção do historiador: não a cidade em si, mas as projeções e discursos elaborados sobre ela.

---

<sup>90</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, v. 27, p. 11-23, 2007.

### 3.2 Uma breve história da cidade de Campinas (1774-1975)

Surgido, no final do século XVIII, em área de pouso do “caminho dos Goyazes” que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás, o “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz”, pertencente à freguesia de Jundiaí, era composto por sesmarias cedidas como estratégia da coroa portuguesa, durante a administração do Marquês de Pombal, para fixar a população no interior da capitania de São Paulo.<sup>91</sup> Nestas concessões, realizadas ao longo do século, predominava a agricultura de subsistência. No recenseamento realizado em 1767 o bairro rural contava com 268 habitantes, excluídos os escravizados e escravizadas, cuja soma provavelmente elevaria o número para próximo do seu dobro.

Em 1774 o bairro foi elevado à categoria de freguesia (Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí), decisão formalizada pela autorização da construção da igreja matriz, a princípio um pequeno templo provisório que se localizava onde atualmente é a praça Bento Quirino (onde se encontra o monumento a Carlos Gomes). Nesta mesma época, marcada pelo declínio do ciclo do ouro, as roças iniciais seriam gradualmente substituídas por grandes propriedades voltadas para a agricultura que visava a exportação, principalmente da cana-de-açúcar. É neste contexto que inicia-se, a princípio lentamente, o surgimento e desenvolvimento de um núcleo urbano no território, que se iniciou com três arruamentos (A rua de cima, rua do meio e rua de baixo, atualmente as ruas Barão de Jaguará, Dr Quirino e Lusitana, respectivamente).

O início do século XIX foi marcado por um crescimento populacional para a cidade, que ultrapassava a marca de 8 mil habitantes. As grandes propriedades rurais passavam a ser a regra, absorvendo os pequenos sítios das décadas anteriores, e o número e concentração da mão de obra escravizada também crescia<sup>92</sup>. Meirelles<sup>93</sup> comenta sobre as mudanças ocorridas no período:

---

<sup>91</sup> SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro**. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

<sup>92</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CUNHA, Maísa Faleiros da. **A “Segunda Escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888**. História (São Paulo), v. 37, São Paulo, 2018.

<sup>93</sup> MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação**. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, v. 23, n. 1, p. 41-48, 2015.

“Nesses primeiros 40 anos de explosão do açúcar em Campinas, Eisenberg (1989) chama atenção para duas mudanças centrais na sociedade: o nascimento de uma estrutura social mais diversificada e o lento, mas definitivo, crescimento de uma população urbana. Para além do aumento no número de escravos, ‘surgiu um grupo considerável de pequenos artesãos e artífices, exercendo um amplo leque de atividades com outras matérias-primas que não a cana-de-açúcar. Também surgiu um número quase equivalente, de pessoas dedicadas à prestação de serviços’, o que determinou uma sociedade mais complexa, em que a divisão do trabalho se tornou mais visível e acentuada.”

A segunda metade do século XIX carrega consigo mais transformações na configuração social e econômica da cidade. A lei de terras de 1850 transforma em posse definitiva e mercadoria nos moldes capitalistas o domínio sobre o espaço, tornando o acesso à terra uma exclusividade àqueles que já possuíam renda e poder. Progressivamente também os engenhos de cana passam a dar espaço aos cafezais. Santos descreve o processo como a “gênese da economia mercantil escravista cafeeira, marcadamente nacional”. Para ele:

“O herdeiro do engenho de açúcar será, por conta disto, o futuro fazendeiro do café e, além deste papel histórico, poderia ter sido também comerciante e negociante; enfim, um novo ator econômico da nação.”

A arrancada da produção cafeeira no chamado “Oeste Paulista” trouxe um novo ímpeto para o crescimento da área urbana da cidade. José Roberto do Amaral Lapa<sup>94</sup> define o momento como um marco da chegada da modernidade à cidade:

“Acompanhando as grandes mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorrem em nível nacional, Campinas, na segunda metade do século XIX, imprime, contudo, o próprio ritmo da dinâmica local de seu desenvolvimento à evolução urbana que sofre no período. Sabe aproveitar a acumulação cafeeira que se acelera, amplia e reestrutura a ocupação do solo urbano, modernizando seus equipamentos e serviços e, em consequência, mudando o estilo de vida da maioria dos seus moradores, atraindo novos habitantes e forasteiros”

---

<sup>94</sup> LAPA, José Roberto do A. **A cidade: os cantos e os antros**: Campinas, 1850-1900. Edusp, 1996.

Múltiplos fatores se inserem neste contexto, dentre os quais podemos destacar a chegada de imigrantes para a substituição do trabalho escravizado, a instalação de indústrias, muitas voltadas para a produção que orbitava os cafezais (como fundições para equipamentos de benefício da produção de café, fábricas de sacas, entre outros), da área de vestuário, de velas e olarias, a implementação da iluminação a gás, da eletricidade, dos bondes de tração animal e do telefone, além da chegada das ferrovias para o escoamento da produção agrícola<sup>95</sup>. Segundo Coelho<sup>96</sup>:

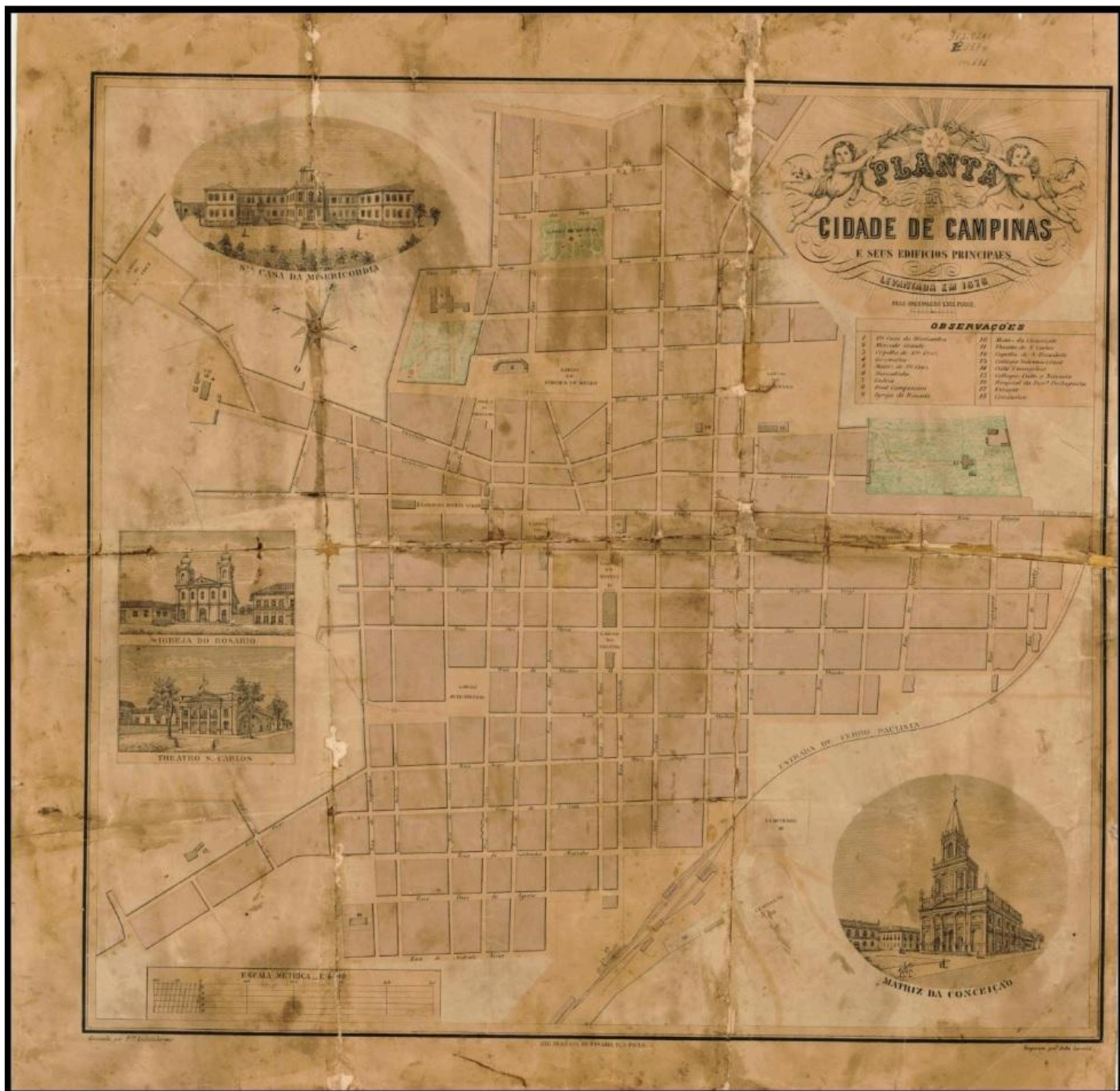
“A região de Campinas constituiu-se como a zona central de produção cafeeira na Província de São Paulo. O café gerou um complexo cafeeiro composto por atividades relacionadas à produção e exportação do produto. Além da atividade produtora de café, propriamente dita, o complexo cafeeiro compreendia: agricultura produtora de alimentos (para a população livre e para os escravos) e de matéria prima, atividades industriais (nas áreas de beneficiamento de café, sacaria para embalagem do produto e demais compartimentos da indústria manufatureira, onde se destaca o setor têxtil), um extenso sistema ferroviário, sistema bancário, atividades de comércio de exportação e importação, desenvolvimento de atividades de infraestrutura e ligadas à urbanização e, por fim, a atividade do Estado seja no âmbito federal ou estadual.”

A região central da cidade torna-se local de habitação da aristocracia do café, e são deste período algumas das principais construções tombadas pelos serviços de proteção e manutenção do patrimônio, como, por exemplo, o Solar do Visconde de Indaiatuba (construído em 1846), o Palácio dos Azulejos (1878) e o Solar do Barão de Itapura (1883). Estes e outros sobrados que não mais existem eram as residências urbanas das famílias dos grandes proprietários e cafeicultores da cidade, grupo que compunha a elite política e social, que passava também a reinvestir parte do capital obtido na lavoura em outras atividades, como a indústria e o comércio, e, com base neste poder econômico, também exerciam o poder político.

---

<sup>95</sup>CARVALHO, Edemir de. **Crise urbana e habitação popular em Campinas, 1870-1956**. 1991. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1991.

<sup>96</sup>COELHO, Rodrigo Pereyra de S. **A formação de um território desigual: uma breve história de Campinas (1774-1930)**. UNIVERSITAS, n. 13, 2014.



**FIGURA 03:** Planta da cidade de Campinas, 1878, produzida por Luiz Pucci.

**Fonte:** Museu da Cidade de Campinas.

O café seria o motor do desenvolvimento urbano de Campinas até pelo menos a década de 1930, possibilitando que a cidade experimentasse grande desenvolvimento. Entretanto, este crescimento sofreu duros percalços nos anos finais do século XIX e início do XX, causados sobretudo por conta de graves epidemias que acometeram a cidade. Como um fenômeno que se constata em várias cidades dentro deste período, as condições sanitárias não acompanharam o crescimento populacional e econômico no meio urbano brasileiro. Na cidade de Campinas havia então “a falta de sistemas de coleta de esgotos, de água encanada e potável, precária coleta de lixo e a presença de áreas alagadiças”<sup>97</sup>. Doenças transmissíveis como cólera, varíola e tuberculose eram problemas constantes nas cidades com quantidades cada vez maiores de habitantes aglomerados de forma precária.

No caso específico campinense, foram as epidemias de febre amarela, sobretudo a que ocorreu em 1889, as que mais causaram tribulações. Neste ano houve na cidade mais de 1200 mortes<sup>98</sup> causadas pela doença, transmitida pela picada de mosquitos e que se manifesta com sintomas como febre, cefaleia, cólicas, icterícia (de onde advém o nome popular da doença) e hemorragias. Em termos relativos à população, entre os mortos e aqueles que abandonaram a cidade, três quartos de seus habitantes se foram. A população urbana caiu de cerca de 20 mil para cerca de 5 mil pessoas. Os que fugiram foram principalmente os mais abastados, que possuíam recursos para a rápida mudança, mas mesmo os mais pobres, conforme suas possibilidades, também buscavam deixar a cidade. Segundo Martins<sup>99</sup>:

“A epidemia deixou ainda mais evidentes as desigualdades sociais da opulenta Campinas do café, camufladas pelos cortiços e becos, remediadas apenas pela filantropia. Naquela situação de pânico geral, muitas famílias abastadas que

<sup>97</sup>Krogh D da S. **A Reconfiguração Urbana de Campinas no Contexto das Epidemias de Febre Amarela no Final do Século XIX (1880-1900)**. Dissertação de Mestrado em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação na Área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012.

<sup>98</sup> BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo; CUNHA, Maisa Faleiros. **Um espaço, dois momentos epidêmicos: surtos de febre amarela (1896-1897) e de gripe (1918-1919) em Campinas, estado de São Paulo**. Revista brasileira de estudos de população, v. 36, 2019.

<sup>99</sup> MARTINS, Valter. **Saneamento urbano e problemas sociais em tempos de epidemia**. Campinas, final do século XIX. In: X Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, 2005. p. 5



prestavam assistência aos necessitados deixaram a cidade, agravando o já difícil cotidiano daqueles que dependiam da generosidade alheia para sobreviverem.”

Considerando que isso ocorria em meio a um processo mais amplo de transformações sociais, econômicas e políticas em âmbito nacional, com a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da república no mesmo ano de 1889, compreende-se que as consequências para a cidade foram gravíssimas.

Ainda sem o conhecimento do mecanismo exato de transmissão da doença, diversas medidas eram tomadas pelo poder público com a intenção de “purificar os miasmas”, teoria até então amplamente difundida entre os médicos, a qual era atribuído o mecanismo de contágio. Outra hipótese fortemente discutida era relacionada à transmissão por meio da água contaminada, uma vez que o uso de poços era comum nas residências, bem como o de fossas, o que fazia com que se acreditasse que o agente causador da doença pudesse se proliferar assim.

As preocupações causadas por estes eventos e o medo de sua recorrência trouxeram marcas no planejamento urbano de Campinas e, por consequência, em sua materialidade. Três arquitetos, Paula Souza, Saturnino de Brito e Salles de Oliveira<sup>100</sup>, foram responsáveis por melhoramentos no âmbito da distribuição de água, inicialmente por chafarizes públicos estrategicamente distribuídos e posteriormente pela distribuição domiciliar, além da coleta de esgotos.<sup>101</sup> Além destas medidas, o poder público também passou a intervir sobre as edificações, por meio de fiscalização e, em determinados casos, recomendações de reformas ou de demolição. As casas mais antigas, de taipa, bem como as habitações coletivas, como os cortiços, foram alvo de grande parte destas vistorias e fiscalizações<sup>102</sup>, mostrando uma outra faceta, de controle social e exclusão dos pobres.

Pavanatti<sup>103</sup>, ao realizar a análise da legislação do período, percebe o ímpeto, por parte do poder público da cidade, em promover uma normatização de

---

<sup>100</sup> Uma breve biografia dos arquitetos citados encontra-se nas fichas presentes nos anexos deste trabalho.

<sup>101</sup> SANTOS, . op. cit.

<sup>102</sup> KROGH, Op. Cit.

<sup>103</sup> PAVANATTI, Cássia Mariane. **Um olhar sobre Campinas durante a Primeira República: documentação municipal referente ao campo sanitário**. In: Histórias da cidade no acervo do Arquivo Municipal de Campinas / Bruno Soares, Rita Francisco (org.). - 1ª Ed., – Campinas: Arquivo Municipal de Campinas, 2024. p. 34-51

lugares e comportamentos, o que se dava, por exemplo, por meio de vistorias realizadas pela Comissão Sanitária de Campinas em casas e nas vias públicas, reprimindo costumes considerados pouco higiênicos, como a criação de animais ou a venda de hortaliças sem permissão.

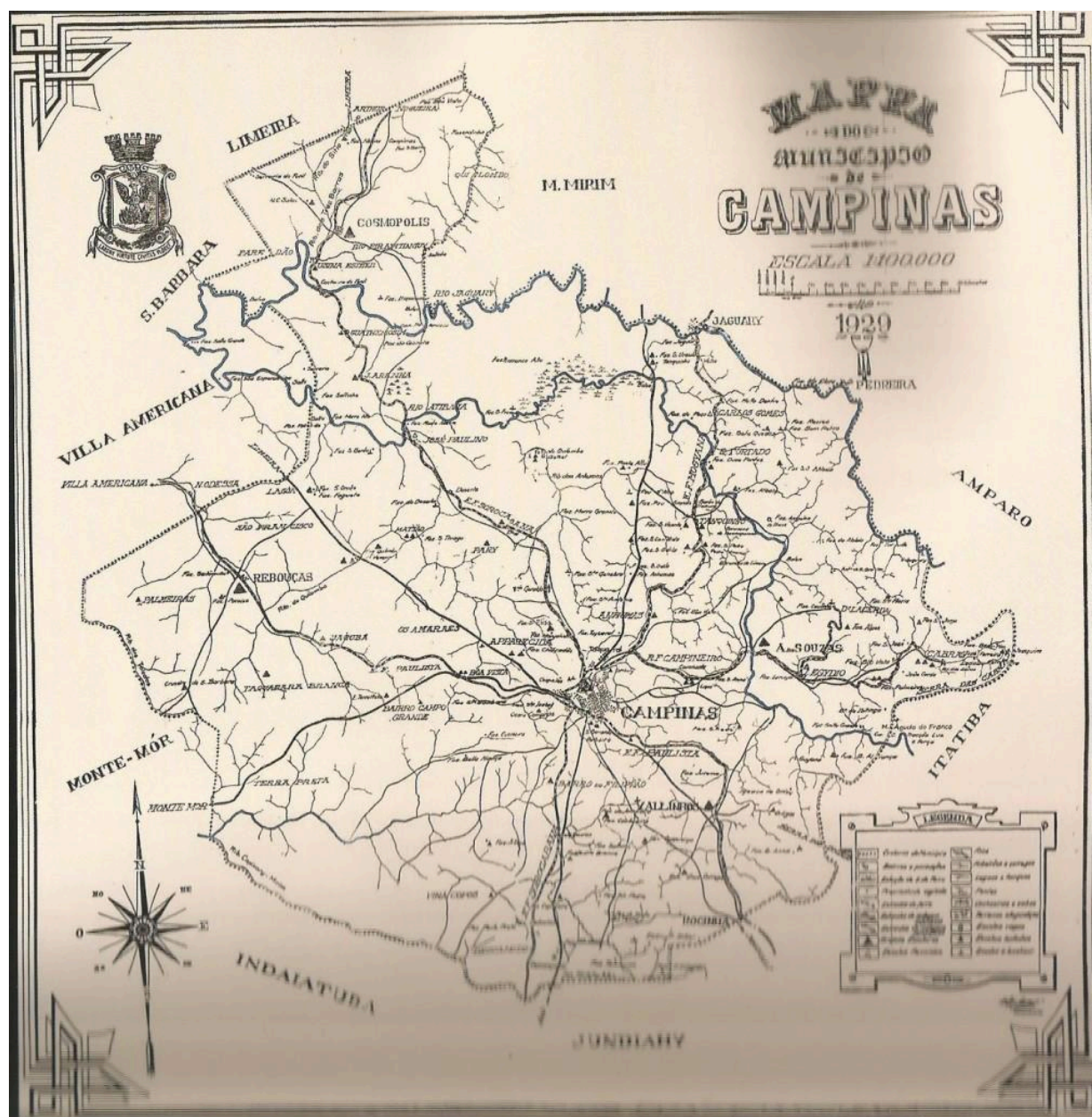
Avançando às primeiras décadas do século XX, com a gradual recuperação das crises causadas pelas epidemias enfrentadas pela cidade, Campinas passa por um novo impulso em seu desenvolvimento urbano. Com o capital acumulado pela cultura do café, amplia-se a diversificação de investimentos, especialmente na área industrial, mas também no comércio, nos setores imobiliário, de infraestrutura e serviços. Especialmente após a crise econômica iniciada em 1929, e seus efeitos nefastos sobre a produção cafeeira, vai se desenhando uma cidade economicamente mais complexa e diversa<sup>104</sup>, e estas atividades tornam-se os novos motores da economia de Campinas. A população se multiplicava novamente, muito em função da migração interna que chegava à cidade, e isso se observou na ampliação da ocupação urbana, com a criação de novos bairros, por meio do loteamento das chácaras e das já não tão produtivas fazendas de café localizadas em torno da região central, dando origem a bairros como São Bernardo, Guanabara e Castelo. A especulação imobiliária, então, passa a definir os novos contornos que a cidade iria apresentar, o que se configurou em um processo de gentrificação.

Este processo, que conjugava o crescimento populacional, a industrialização e a acelerada urbanização marcada pela expansão dos limites físicos da cidade, trouxe a necessidade de uma coordenação, por parte do poder público municipal, de forma que fosse possível orientá-lo de maneira a torná-lo funcional (e lucrativo) em vários aspectos, como o das ligações viárias e sistemas de distribuição de água e esgoto. A memória das epidemias do final do século anterior também contribuiu para que a municipalidade se preocupasse em tomar as rédeas deste momento de acentuadas mudanças urbanas. Além disso, os próprios interesses dos setores imobiliários viam com bons olhos a valorização que poderia advir de um melhor planejamento. Desta forma, passou-se a estudar a implementação de um plano urbanístico para a cidade, o que veio a se realizar (apesar dos contratempos

---

<sup>104</sup> RODRIGUES, F. **A invenção da cidade: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006)**. Campinas, 2008, Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

políticos e econômicos que marcaram o Brasil, e especialmente São Paulo, entre 1929 e 1932) com a contratação, em 1934, do urbanista Prestes Maia, e, nos anos seguintes, a criação das comissões de Urbanismo e de Melhoramentos Urbanos, para a elaboração do “Plano de Melhoramentos Urbanos”, o qual passaria a ser executado a partir do ano de 1938<sup>105</sup>.



**FIGURA 04:** Mapa de Campinas de 1929

**FONTE:** Acervo Arquivo Público Municipal de Campinas

<sup>105</sup> BADARÓ, Op.Cit.

Este processo, que conjugava o crescimento populacional, a industrialização e a acelerada urbanização marcada pela expansão dos limites físicos da cidade, trouxe a necessidade de uma coordenação, por parte do poder público municipal, de forma que fosse possível orientá-lo de maneira a torná-lo funcional (e lucrativo) em vários aspectos, como o das ligações viárias e sistemas de distribuição de água e esgoto. A memória das epidemias do final do século anterior também contribuiu para que a municipalidade se preocupasse em tomar as rédeas deste momento de acentuadas mudanças urbanas. Além disso, os próprios interesses dos setores imobiliários viam com bons olhos a valorização que poderia advir de um melhor planejamento. Desta forma, passou-se a estudar a implementação de um plano urbanístico para a cidade, o que veio a se realizar (apesar dos contratempos políticos e econômicos que marcaram o Brasil, e especialmente São Paulo, entre 1929 e 1932) com a contratação, em 1934, do urbanista Prestes Maia, e, nos anos seguintes, a criação das comissões de Urbanismo e de Melhoramentos Urbanos, para a elaboração do “Plano de Melhoramentos Urbanos”, o qual passaria a ser executado a partir do ano de 1938<sup>106</sup>.

São diversos os aspectos a considerar propostos e implementados pelo plano, cuja realização se deu em duas fases: Entre 1934 e 1955, referente à elaboração do plano e marcada pela lenta e gradativa execução das propostas, devido sobretudo à falta de recursos para tal, caracterizando-se mais como um período de transição entre a fase agrária da cidade e sua posterior fase industrial; e entre 1955 e 1962, financiada por investimentos estrangeiros, e marcada por desapropriações e obras, em especial na região central da cidade que recebia grande contingente de indústrias.

A ideia principal, e então inovadora, seria produzir um zoneamento da cidade, delimitando locais para cada tipo de atividade. Até então, as atividades industriais, comerciais e as residenciais se dispunham na área urbana de maneira espontânea e mesclada. A proposta era então, a de delimitar regiões para cada uma destas atividades. As unidades industriais estariam dispostas anexas geralmente às linhas férreas que cortavam a cidade, sobretudo as da Cia. Paulista e Funilense, nos atuais bairros da Vila nova/Taquaral, na Vila Industrial e na extremidade Sul da estrada de ferro da Paulista (região aproximada da Vila Marieta atual).

---

<sup>106</sup> BADARÓ, Op.Cit.

As áreas residenciais foram estabelecidas nos bairros que surgiam na periferia da cidade, e foram pensadas por Prestes Maia de forma a serem mais independentes e autônomas em relação à área central da cidade. No modelo, as atividades comerciais se distribuiriam ao longo de grandes vias de acesso que levariam aos bairros. Foram previstos também os locais para a construção de parques e locais de lazer público, como *playgrounds*.

Considerando o crescimento da cidade em círculos concêntricos, o “Plano de Melhoramentos Urbanos” buscava assim criar um modelo para este que deveria, ao menos por meio século, dar conta da organização da cidade. Os novos terrenos, ainda que sem a infraestrutura urbana necessária, com preços mais acessíveis ao operariado de Campinas, acabavam se configurando em uma possibilidade contra a ocupação dos cortiços nos antigos casarões da região central, de onde estes trabalhadores vinham sendo expulsos desde o período das epidemias sob a justificativa da higiene e do saneamento, e, agora, em defesa da noção de modernidade pretendida pelo plano.

Pode-se compreender, desta forma, que o plano elaborado para a cidade era estabelecido ao encontro dos interesses dos setores industriais e imobiliários da cidade, que buscavam a racionalização de custos da reprodução da mão-de-obra operária e a lucratividade com a mercantilização dos espaços urbanos, sobretudo dos novos, advindos dos loteamentos das antigas propriedades agrícolas. Soma-se ainda, posteriormente, conforme a cidade se espalhava horizontalmente, os interesses dos empresários do setor de transportes. Entre os anos de 1945 a 1954, a área urbana ocupada na cidade cresceu três vezes. Além disso, observou-se uma ampla verticalização da região central da cidade, apesar da legislação que não permitia construções com mais de 6 pavimentos.

Ainda sobre a região central da cidade, Badaró<sup>107</sup> define que:

“O centro histórico recebeu tratamento próprio sendo redesenhado com grande preocupação estética e cívica, principais parâmetros a justificar o alargamento de ruas, a padronização das edificações particulares e a disposição dos edifícios públicos. O trânsito ainda não havia se manifestado como problema e as medidas adotadas tinham, neste aspecto, caráter preventivo, autorizando a supor, naquela época, um horizonte de validade entre 25 e 50 anos”

---

<sup>107</sup> Id, lbd. p. 58

Desta forma, esta área foi imaginada por Prestes Maia com base em duas vias ortogonais que permitissem a articulação central, em especial da região da estação ferroviária e o “centro principal” (Largo da Catedral e Largo do Rosário). Para tal, a solução encontrada foi a do alargamento das avenidas Francisco Glicério e Campos Salles, as quais se encontram no Largo do Rosário. Havia a possibilidade, entretanto, já experimentada em outras cidades e seus respectivos planos urbanísticos, de realizar este tipo de ligação pelo entorno da malha urbana, por meio de avenidas perimetrais. A escolha de Prestes Maia, ainda assim, é justificada por ele em seu relatório, da seguinte maneira:

“As condições campineiras são diferentes (ponderou:) o centro é mais espalhado, a topographia é mais uniforme não há sectores próximos isolados entre sí, não há espaços baldios annulares que facilitem as perimetraes, não há saltos tão bruscos de preços entre o centro e a zona média, **não há monumentos ou aspectos tradicionais centraes á preservar**, não há praça commercial para contruir e encher condignamente, dentro de prazo curto mais de uma ou duas avenidas. Assim sendo, parece preferível a solução das avenidas centraes... Deixando para phase muito posterior o complemento perimetral.”<sup>108</sup>(grifo nosso)

No contexto do alargamento da primeira avenida, como já exposto, Fabíola Rodrigues<sup>109</sup> aponta que:

“se associa, ainda, o grande trauma da condição de ‘moderna’ cidade que o plano conferiu a Campinas, que foi, precisamente, a demolição da antiga Igreja do Rosário, e a conseqüente remodelação do Largo do Rosário.”

Podemos compreender assim, que a implementação do “Plano de Melhoramentos Urbanos”, sobretudo em sua segunda fase, alterou significativamente a configuração urbana da região central de Campinas. Aliada a diversos fatores, como a verticalização das construções, esta parte da cidade teve

<sup>108</sup> MAIA, A. Prestes. Rascunho da exposição preliminar. In: Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1935. Campinas: Linotypia da casa Genoud, 1936, p. 86-96 Apud BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas, o despontar da modernidade**. CEAP/PUCCAMP, 1996. p. 68

<sup>109</sup> RODRIGUES, Fabíola. **O plano “Prestes Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista**. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 4, n. 1, p. 125-151, 2012.

sua materialidade, até então marcada pelos casarões e pela arquitetura relacionada ao passado agrícola, substituída por outra, de ares mais modernos, sem nenhuma preocupação com o patrimônio histórico edificado ou seu significado para a população da cidade.

### 3.3 A memória e a História da cidade de Campinas

A escrita da história da cidade de Campinas deve muito a algumas figuras da cidade. Benedito Barbosa Pupo, Jolumá Brito, Julio Mariano e José de Castro Mendes foram as figuras centrais de uma geração de memorialistas, historiadores amadores e jornalistas que se detiveram durante muitos anos na tarefa de pesquisar e produzir narrativas a respeito do passado da cidade<sup>110</sup>. Foram os principais responsáveis por esta tarefa entre as décadas de 1950 e 1980, e, ainda hoje, suas obras são muito utilizadas como referência para pesquisas em temas relacionados ao município. Em sua tese, analisando a produção dos três últimos citados, Carnielli aponta que

"Entre as décadas de 1950 a 1980, Júlio Mariano, José de Castro Mendes e Jolumá Brito foram, talvez juntamente com mais um ou dois estudiosos, "os donos" da história local, além de vozes representativas enquanto formadores de opinião. Seus nomes, já havia muito tempo estampados quase ou mesmo diariamente na imprensa, faziam-nos relativamente conhecidos de boa parte da cidade, não somente enquanto jornalistas, mas também e principalmente enquanto historiadores".<sup>111</sup>

A preocupação desses "memorialistas urbanos" era, principalmente, de natureza cívica, pois, para eles, "a história ensina, ajuda a prevenir os erros de hoje e amanhã, mas também a história é prova irrefutável da grandeza da cidade, pois se entende que o presente é o resultado do passado"<sup>112</sup>. Esta produção, neste sentido, está fortemente relacionada a uma visão "tradicional" de história, uma vez que, "das

<sup>110</sup> Na realidade, esses memorialistas urbanos seriam uma segunda geração a contribuir para escrita da história da cidade, sendo precedidos por Benedito Otávio e Leopoldo Amaral, na década de 1920, segundo GODOY, J. M. T. (2011)

<sup>111</sup> CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e Bairristas: Memórias e Trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP. Campinas, 2007. p.20

<sup>112</sup> Id. Ibid. p. 97

fontes, elaboraram narrativas factuais, muitas vezes pouco críticas, entendendo que aquilo que o documento lhes dizia seria uma verdade incontestável”.<sup>113</sup> Elaboraram uma história personalista, destacando grandes personagens (geralmente homens brancos da elite) e suas ações como exemplos para o presente.

Godoy<sup>114</sup> propõe uma análise sobre esta obra que relaciona sua produção às relações de poder da cidade. Desta maneira, ao associar a produção destes autores a um momento onde a produção de café estava em declínio e a cidade recebia um grande influxo de pessoas, esta produção poderia se relacionar às necessidades de afirmação das elites tradicionais.

Além disso, como memorialistas, produziram narrativas que também eram fortemente marcadas por suas vivências particulares na cidade:

“Havia nesse movimento pendular uma dupla temporalidade bastante evidente que obedecia a um critério um tanto simples: a história “vívda” e a história “não vívda” (e isto fica evidente em suas leituras da cidade), ou seja, ao escrever sobre a Campinas do século XIX para trás, utilizavam-se principalmente documentos e, deste ponto para frente, (a história do século XX) os trabalhos eram compostos principalmente por memórias”<sup>115</sup>

Justamente por conta de sua atuação de destaque e da legitimidade que obtiveram como especialistas na memória campineira, sua atuação se estendeu para muito além da produção historiográfica, sendo estes também responsáveis por grandes influências nas decisões relacionadas à preservação patrimonial e museológica da cidade. Jolumá Brito, em especial, teve destacada atuação nesta área, usando principalmente suas colunas em jornais para produzir um debate intenso sobre a preservação de bens da memória da cidade. O memorialista urbano acreditava que as ações de valorização do patrimônio material seriam vitais para a manutenção do “orgulho” e do respeito às heranças que os antepassados dos campineiros haviam legado aos seus descendentes.

A partir da década de 1970, entretanto, a narrativa sobre a história de Campinas foi passando a se tornar atribuição acadêmica, e os métodos, conceitos e

---

<sup>113</sup> Id. Ibid. p. 102

<sup>114</sup> GODOY, João Miguel Teixeira de. **Ingerências da memória na história: o caso das cidades paulistas**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 40, p.69-94, 2011.

<sup>115</sup> CARNIELLI, Op. Cit. p. 24)



objetivos das pesquisas, por consequência, se alteraram. Entretanto, pela sua atuação, sua visão de mundo deixou evidentes marcas na historiografia, no patrimônio e na forma como, oficialmente, a cidade se representa.

### **3.4 - Aristides Pedro da Silva, o V8**

Aristides Pedro da Silva<sup>116</sup> nasceu em Campinas, em 1921, na região rural da cidade, na área entre os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, onde seu pai trabalhava como administrador em fazendas da região e sua mãe como empregada doméstica. Pouco após seu nascimento, ele e a família, composta pelo pai, a mãe e sete irmãos, mudaram-se para Valinhos, na Fazenda Cachoeira, de propriedade de Orozimbo Maia, onde se localizava o Hotel Fonte Sônia, local em que seus pais passaram a trabalhar. Lá viveu até os dezessete anos de idade, e teve a oportunidade de entrar em contato com pessoas de diversas origens que se hospedaram no dito hotel, relações que ampliaram sua visão de mundo e lhe propiciaram contato com as artes.

Em 1937, com a venda do hotel e a dispensa da família pelo novo proprietário, mudam-se novamente, agora para a região central da cidade de Campinas, ainda marcada pela presença de grandes casarões e pelas marcas de seu passado. Entretanto, em pouco tempo, a cidade pacata encontrada por ele iria rapidamente passar por transformações profundas, motivadas pela industrialização e pela noção de progresso que viria a ser a tônica dos processos que iriam alterar a sua organização. Este período de rápidas mudanças seria uma marca em seu trabalho como fotógrafo. Em sua atuação, produziu imagens icônicas de marcas urbanas que iam gradualmente desaparecendo e dando lugar a uma cidade que não reconhecia.

Profissionalmente, Aristides atuou em diversas áreas. Sua mãe se preocupava com a formação dos filhos, uma vez que, como negra e chefe de família (houve uma separação dos pais de Aristides), via na educação formal e no trabalho algumas das poucas possibilidades de conseguir respeitabilidade social em uma sociedade marcada pelo preconceito racial. Aristides se interessava pelas artes, chegando a matricular-se em uma escola de pintura, mas sem a possibilidade de

---

<sup>116</sup> A biografia aqui apresentada é baseada naquela apresentada por TEIXEIRA, Renata Maria. Op. Cit.

arcar com seus altos custos, passou a buscar contribuir com a família por meio da renda que obtinha pelo trabalho. Começou como entregador de leite, depois trabalhou de carregador em uma fundição e, posteriormente, abriu uma tinturaria.

Aristides também atuou como treinador das categorias de base de diversas equipes, com destaque às do Guarani Futebol Clube. O futebol era uma grande paixão, e indiretamente, é graças a ele que Aristides ganhou sua alcunha pela qual é mais conhecido: “V8”. Ocorre que, originalmente, este era o apelido de seu irmão quando este jogava futebol, e foi herdado por Aristides.

A profissão de fotógrafo veio apenas mais tarde. V8 já fotografava desde que adquiriu sua primeira câmera em 1947, onde passou a aprimorar sua técnica registrando eventos e partidas esportivas da cidade. O hábito só veio a se tornar seu trabalho anos mais tarde, quando, em 1955, abre um estúdio, atuando no registro de cerimônias como de casamentos e batizados e produzindo fotografias 3x4. Torna-se também um colecionador de fotografias, produzindo e recebendo (algumas vezes até recolhendo do lixo) imagens que guardam partes da memória da cidade. Em meados dos anos 1960, seu acervo recebe a primeira doação vultosa, oriunda da tradicional família Magro, à qual iriam se somar diversas outras, produzidas por fotógrafos amadores e outros colecionadores. Além disso, sua produção própria registrou diversos momentos icônicos da cidade em transformação. Entre elas, destacam-se as relativas às demolições da Igreja do Rosário e do Teatro Municipal, além da despedida dos bondes da cidade. Acerca desta produção, Marcondes e Gonçalves<sup>117</sup> firmam que:

“A documentação produzida nessa época carrega a ambigüidade das transformações ocorridas em Campinas no período, pois se por um lado ela dá uma idéia de progresso e desenvolvimento, por outro revela o processo por meio do qual a cidade, para manter o seu crescimento acelerado, acabou abrindo mão da sua identidade.”

Posteriormente, V8 ainda buscou outros objetos para sua produção, interessando-se pela questão histórica da escravidão e da negritude e também

---

<sup>117</sup> GONÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. **A coleção fotográfica V-8**. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 13, p. 253-269, 2005.

produzindo imagens de cidades históricas mineiras. Teixeira<sup>118</sup> descreve e organiza cronologicamente sua produção e atuação como memorialista:

“Assim ele colecionou a Cidade, propondo significações particulares para rupturas e continuidades sociais, políticas, econômicas e urbanísticas. Cada produção corresponde a um estágio de sua vida: as imagens de futebol datam, predominantemente, do período que vai de sua juventude até a entrada na idade madura; a abertura do estúdio deu-se quando ele tinha trinta e três anos e iniciou sua atividade como profissional; os registros sobre as demolições em Campinas compreendem o período em que já era um homem maduro, entre trinta e cinco e cinquenta e cinco anos; as reconstituições do trabalho negro e do “preto velho”, bem como as produções em Cidades Históricas mineiras, são trabalhos de sua velhice (Nos finais dos anos de 1980 até os de 1990), quando ele já ultrapassara os 60 anos.”

Como forma de conseguir recursos extras, era comum que V8 vendesse impressões das fotografias que faziam parte de sua coleção, imprimindo nelas a marca de seu estúdio fotográfico. Apesar de ser uma contingência, fonte de seu sustento, a motivação econômica não era a única, e, provavelmente, nem mesmo a mais importante para isso, uma vez que V8 demonstrava genuíno interesse na preservação da memória da cidade e de seus lugares.

Na velhice, Aristides passou a viver com o irmão e uma sobrinha, na cidade de São Paulo. Nunca se casou e nem teve filhos. Faleceu aos 91 anos, em 31 de julho de 2012.

### **3.4.1 - As fotografias de V8**

Estimulado pela eleição e posse de Antônio da Costa Santos ao cargo de prefeito de Campinas, em 2001, V8 decidiu vender parte de seu acervo ao Museu da Imagem e do Som de Campinas e, posteriormente, ao Centro de Memória da UNICAMP, compondo a assim nomeada “Coleção V8”, a qual é constituída por aproximadamente 4500 imagens, dentre as colecionadas por Aristides (recebidas de pessoas da cidade e até mesmo recolhidas do lixo) e as por ele produzidas. Ressaltamos que, em relação a estas origens, o próprio fotógrafo não fazia sobre elas distinção, considerando-as todas como fotos pessoais. Ele contém fotos que o

---

<sup>118</sup>TEIXEIRA, Renata Maria. Op. Cit.

próprio V8 classificou como “Campinas antiga”, que datam desde o final do século XIX, as quais representam a cidade que existia, relacionando-se aquelas produzidas pelo fotógrafo, que documentam sua destruição. A respeito desta série, Schiavinatto<sup>119</sup> pondera:

“Com esta série, ele acabou por configurar uma imagem da cidade de Campinas em um registro do antigo, do passado não ainda esgotado, do antigo que antecede as demolições e este processo de reurbanização da área central da cidade. Visto hoje, em retrospectiva, talvez se possa aventar a hipótese que ele elaborou uma espécie de contradiscurso do processo de demolição e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma memória visual desta região da cidade com suas ruas em paralelepípedo, seu casario e seus sobrados perfilados, com poucos carros pontuando as ruas.”

Este acervo demonstra, claramente, a posição de Aristides como agente da memória da cidade de Campinas. Suas produções são registros de uma fotografia engajada, que buscava reter elementos da história de uma cidade em movimento, que enfrentava transformações na sua materialidade e também em sua cultura, passando a assumir para si um discurso de metrópole moderna, em contraposição à cidade do café e da república. As sequências que mostram as demolições do Teatro Municipal e da Igreja do Rosário, da última viagem dos bondes elétricos e dos casarões que seriam derrubados são símbolos da angústia sentida pelo fotógrafo (que refletia a de parte da população da cidade), ao observar a perda dos locais e de seus significados. Sobre a demolição do Teatro, em entrevista a Orestes Augusto Toledo<sup>120</sup>, ao ser questionado sobre a motivação que o levou a fotografar todo o processo, V8 respondeu:

“Ah, por que aquilo lá doeu no coração. você tinha que fotografar. Tirava os filmes, revelava, punha no sol, revelava, ia tirando em sequência, quando tirou as pedras, tudo, tudo, ia guardando. Aquilo doeu, viu! Quem conheceu o Teatro, aquilo lá você chorava! Aquilo ali, tinha que combinar, fazer um mutirão, não podia deixar, agora, eu não sei o que houve, Ruy Novaes pôs uns homens lá e começou a derrubar tudo. No outro dia...”

<sup>119</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Fotografias na Unicamp**: entre o documento e o arquivo. Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte, v. 14, n. 24, p. 109-120, 2012.

<sup>120</sup> FARDIN, Sônia A. org. **Fragmentos de uma demolição: História Oral da demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes**. SMCT-MIS Campinas, 2000. pp 114

## 4. Propostas de Rota

### 4.1 - Lugares e Patrimônios Urbanos de Campinas pela ótica da fotografia de V8

A proposta apresentada neste trabalho, uma sequência didática cujo elemento central é uma rota que trata dos patrimônios e lugares da cidade de Campinas, se configura em uma caminhada fotográfica onde, com base no material selecionado do acervo de Aristides Pedro da Silva, os alunos deverão tentar reproduzir a captura desse fotógrafo como uma etapa de reflexão sobre a História da cidade sua cultura e seu patrimônio. Para tal, será necessário que eles desenvolvam uma visão atenta para o lugar que se apresenta na atualidade e para os referenciais arquitetônicos presentes. Além disso, a comparação entre o local atual e os bens que já não estão mais presentes será também explorada por meio da análise inicial pelas imagens e de textos que auxiliem a compreensão do histórico do bem e de sua destruição.

Esta rota tem como eixo central a observação das transformações urbanas ocorridas na região central da cidade de Campinas, por meio da observação dos lugares da cidade como marcas da ação da sociedade no tempo. Segundo Norberg-Schulz<sup>121</sup>, “Lugar” é um fenômeno presente no cotidiano das pessoas, composto por uma dupla natureza: A primeira, definida por sua materialidade, é relativa àquilo que podemos entender como “espaço”, definido e delimitado por fronteiras e tridimensionalidade, relacionada com o conhecimento destes aspectos em termos de localização e orientação.

A segunda natureza do conceito de lugar é o seu “caráter”, ou, em outros termos, a “atmosfera” que, definida por sua materialidade, é capaz de impressionar os sentidos. Podemos dizer que, por exemplo, uma igreja é solene, ou uma torre, ameaçadora. Para os antigos romanos, os lugares possuíam uma entidade espiritual que conferia a ele qualidades e virtudes, a qual chamavam *genius loci*, com a qual os habitantes e frequentadores destes locais poderiam ou não estar harmonizados. Modernamente, e de forma menos metafísica, é possível compreender que esta noção é compreendida com um conceito de identificação, dada por uma “relação

---

<sup>121</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In. NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica, São Paulo: Cosac NAIFY, 2016.

amistosa” com determinado ambiente. Assim, pertencer a um lugar significa ter uma relação de identidade com seu caráter e com seus significados.

Ao estudar as mudanças ocorridas em Lamego, Portugal, Queiroz<sup>122</sup> as define nos termos da substituição do “gênio da cidade” pelo “gênio dos homens”. Ocorre que, durante o século XIX, aquela cidade e seus lugares, tradicionalmente marcados pela presença de conventos e locais de fé, dadas as imposições sociais e políticas da contemporaneidade, teve tais patrimônios transformados em sua materialidade, sentidos e, muitos deles, destruídos. Existe claramente uma quebra nas relações de pertencimento e de identificação, atribuindo assim novos significados aos lugares e à relação entre homens, tempo e espaço, demonstrando uma clara oposição entre a ideia de modernidade e as noções de identidade. Segundo a autora, “a modernização nem sempre foi, nem é sinónimo de evolução, muito pelo contrário”. Podemos refletir sobre essas mudanças em termos de “descaracterização”, ou seja, na perda do “caráter”.

Esta relação fica evidente, no caso de Campinas, ao perceber as sucessivas transformações ocorridas no ambiente urbano. Neste sentido, cabe observar não apenas os patrimônios escolhidos para serem preservados, e os discursos que subjazem a eles, mas, por meio da comparação com os lugares do passado, também observar aqueles bens culturais que marcaram a materialidade e os significados da cidade e que não foram escolhidos deliberadamente, por descaso ou por outras motivações, que podem ser discutidas caso a caso.

Muitos momentos poderiam ser estabelecidos para compor o recorte temporal desta proposta, uma vez que diversos processos marcaram a história e a forma da cidade. Entre eles, foi escolhido como o foco principal o período do Plano de Melhoramentos Urbanos, mobilizado em diálogo com um recorte temporal da cidade que selecionou outros períodos onde sua feição também se transformou.

A seleção da periodização escolhida ter como elemento central o plano de melhoramentos urbanos se deve ao fato de que este processo histórico da cidade coincide com grande parte da carreira de fotógrafo de Aristides Pedro da Silva, conhecido como V8, cuja produção fotográfica e coleção serão utilizados como fonte primária. Aristides nasceu em Campinas em 1921, no distrito de Sousas, e iniciou

---

<sup>122</sup> QUEIRÓS, C. S. F. **Lamego: do génio do lugar ao génio dos homens. Uma visão paradoxal entre a modernização urbanista e a destruição patrimonial.** Genius Loci: lugares e significados. Places and Meanings. Porto: CITCEM—Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória, p. 29-42, 2018.

sua atuação como fotógrafo, inicialmente amador e, depois, profissionalmente, na década de 1950. Seu acervo no Centro de Memória da Unicamp, que tem quase 1500 fotografias, está dividido em duas partes, sendo a primeira composta por imagens que colecionava, datadas desde o final do século XIX e chegando até a década de 1980. O segundo conjunto é composto por fotografias do próprio Aristides, as quais, nas palavras de Teixeira<sup>123</sup>:

“o tema central é a Cidade em transformação. Fazem parte desse grupo as fotos de edifícios e logradouros feitas antes, durante e depois de sua demolição. Os trabalhos sistemáticos de cobertura são: as demolições da Igreja do Rosário e do Teatro Municipal; diversas ruas da cidade - em especial aquelas em que casas foram desapropriadas e posteriormente demolidas para realização de obras previstas no Plano de Melhoramentos Urbanos principalmente do Centro, como a Treze de Maio, a Antônio Cesarino, a Conceição, a Cônego Cipião, a Costa Aguiar, a General Osório, a José Paulino, a Barão de Jaguará e a Regente Feijó, mas também algumas localizadas em bairros como Botafogo, Guanabara, Vila Industrial e Santa Odila; diversas edificações antigas em vias de demolição, incluindo prédios públicos e clubes esportivos.”

A implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos, ao longo de quase quatro décadas a partir de meados dos anos de 1930, num contexto de queda internacional do preço do café, produção que, até então, era a principal fonte de riqueza da cidade, remodelou diversas regiões e lugares, sobretudo na área central. Entre as motivações que levaram o poder público municipal a contratar o engenheiro e arquiteto Prestes Maia estavam interesses econômicos dos setores imobiliários, industriais e dos transportes, além de, num plano simbólico, projetar a cidade com valores de modernidade e progresso. Para tal, o plano trouxe drásticas transformações em diversas regiões de Campinas, sobretudo na região central, ocorridas por meio do alargamento de avenidas, novas construções e ressignificação de espaços. Para tal foram realizadas diversas demolições e a perda de bens da cidade.

Compreendemos, desta forma, que V8 assistiu o gradual desaparecimento do *genius loci* da cidade e dos lugares que conheceu durante a infância e juventude, com os quais estabeleceu relações de identidade e pertencimento. Isso marcou sua

---

<sup>123</sup>TEIXEIRA, Renata Maria. Op. Cit

produção, vida profissional e pessoal. Em suas fotografias, registrou a perda destes lugares de forma engajada, e, em suas coleções e atuação, lutou para reter e divulgar as suas memórias.

#### **4.2 - Proposta de metodologia para a sequência didática inicial**

O trabalho com as imagens da coleção de Aristides Pedro da Silva permite uma gama extensa de possibilidades para o uso nas aulas de história de professores que desejem trabalhar com as temáticas da evolução urbana de Campinas mobilizando as questões da memória e do patrimônio material. A metodologia aplicada neste trabalho pode servir como base tanto para os professores do município quanto para a realização de similares em outras localidades.

Propomos aqui uma sequência didática explorando algumas alternativas, tendo como objetivo central realizar uma sensibilização em relação à materialidade da cidade. Neste sentido, considerando o trabalho específico de um fotógrafo e colecionador e sua atuação em um momento também delimitado da história urbana da cidade, se faz necessário oferecer o contexto histórico como base anterior, de forma a permitir que haja um contato inicial com o objeto de estudo proposto. Desta forma, para a introdução ao tema e preparação para o estudo de campo, foram elaboradas duas propostas de aulas introdutórias que servirão como preparação para a atividade fotográfica.

A primeira destas aulas introdutórias será focada na biografia de Aristides Pedro da Silva, compreendendo o sujeito que produziu ou guardou as imagens que serão propostas ao estudo. Esta primeira aula introdutória deverá consistir em um diálogo disparado pelo sujeito fotógrafo e memorialista, e deve-se estimular os alunos para que, com base no resumido texto biográfico oferecido, formulem questões e hipóteses acerca da experiência e identidade de V8. Diversas questões são importantes para esta abordagem: A vivência de V8 como homem negro ao longo do século XX, sua relação de identidade com o patrimônio da região central de Campinas e sua atuação como memorialista. Assim, faz sentido que, após as reflexões e discussões realizadas os alunos sejam capazes de refletir sobre o que motivou V8 a produzir e guardar as fotografias que serão observadas no estudo de campo.



A segunda aula introdutória será focada nas transformações urbanas de Campinas durante a implementação do “Plano de Melhoramentos Urbanos”, que coincide e marca profundamente o trabalho de V8. Novamente, de forma dialogada, motivada pelo texto e pelas imagens apresentadas, a estratégia é estimular os alunos a refletirem a respeito da modificação da cidade em sua materialidade, compreendendo inicialmente conceitos como o planejamento urbano e seus significados. Questões a serem abordadas neste momento, assim, devem perpassar por conceitos como gentrificação, pela relação entre os grupos sociais e os diferentes espaços.

Concluída a etapa preparatória, deve-se, então, organizar a atividade de campo. Grunberg e Monteiro, no “Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial”<sup>124</sup>, apresentam um modelo metodológico simples para a aplicação de atividades de educação patrimonial. Este modelo se baseia em quatro etapas, a saber, “observação”, “registro”, “exploração” e “apropriação”. Considerando a atividade proposta, que tem como objeto de estudo a cidade, na comparação entre as imagens criadas por Aristides Pedro da Silva e os lugares atuais, faz sentido que esta metodologia seja aplicada duplamente.

Na primeira destas etapas, é compreendida a necessidade de perceber sensorialmente o objeto de estudo, obtendo dele as informações e conhecimentos que apresenta. Assim, o princípio da atividade de campo deve ser realizado com a entrega prévia do material do “caderno de pesquisa de campo”. Os alunos, previamente agrupados, deverão coletivamente realizar a descrição de cada uma das fotografias, incentivando-os a observar em detalhes o lugar registrado. O mesmo manual propõe algumas perguntas que podem guiar esta observação inicial, das quais selecionamos as seguintes:

- “\* Como é a paisagem? Tem construções?
- \* As ruas e praças estão bem cuidadas?
- \* As casas dão “dicas” sobre os moradores?
- \* Eles são ricos ou pobres, jovens ou velhos?
- \* Tem muitas residências, lojas, escritórios, restaurantes, clubes, comércio?
- \* Quais as atividades que se realizam no local?
- \* São de um pavimento ou de vários?

---

<sup>124</sup> GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. IPHAN, 2007.

\* Quais são os edifícios que mais chamam a atenção e por quê?”

Posteriormente, já durante a atividade da caminhada, com o objetivo de aprofundar a observação, os alunos deverão, de três formas diferentes, realizar o registro das reflexões realizadas. Primeiramente, ao chegar a cada um dos locais indicados pelo mapa, onde lhes serão indicadas as páginas contendo a fotografia referente àquele local, em grupos, os alunos, utilizando câmeras próprias ou cedidas pelo professor ou pela escola, deverão tentar reproduzi-las, buscando o ângulo usado por V8 para a produção da imagem, utilizando, para tal, os marcos da materialidade representados nas fotografias. Cada grupo também ficará encarregado de realizar anotações sobre suas percepções da atividade. Nestas anotações, serão incentivados a escrever sobre as transformações e permanências da imagem retratada, suas percepções do ambiente e as questões que surgirem a respeito daquilo que se mantém ou que desapareceu. A ideia de trabalhar com alunos em equipes parece interessante pois permite que, entre pares, formulem diálogos sob diferentes pontos de vista.

Finalmente, já tendo retornado à escola, e de posse das impressões das fotografias que fizeram, bem como das fotografias de V8 e das anotações, os alunos deverão produzir, em forma de questionamentos ou de reflexões, uma série de análises que demonstrem a reflexão sobre a atividade realizada.

Sequencialmente, tomando por base a produção realizada antes, durante e depois da atividade, bem como as dúvidas e questionamentos que porventura surgirem, pode se realizar a etapa da “exploração”. Como consequência, diversos temas virão a se desenvolver a partir desta atividade, o que tornaria impossível, a princípio, uma preparação prévia para cada um deles. Entretanto, é provável que questões a respeito do desenvolvimento urbano da cidade (da gentrificação, apropriação dos espaços, etc.), da política patrimonial (no passado e na atualidade) ou das manifestações culturais dos grupos da cidade. Como exemplo específico, a demolição do Theatro Municipal e da Igreja do Rosário permitirão abordagens sobre a mercantilização do espaço da região central de Campinas, da exclusão social de populações negras e dos projetos sociais que se efetivaram com as transformações da cidade. De qualquer maneira, como continuação, faz sentido elaborar outras seqüências e estratégias para dar continuidade ao estudo.

Finalmente, com base na análise deste material produzido pelos alunos durante e após o estudo de campo, a proposta é de que seja feita a etapa final da atividade. Este material será a base para a organização de uma exposição fotográfica na escola. Tal exposição será realizada com a curadoria dos próprios alunos, e cada grupo deverá expor, ao lado de uma das fotografias de V8 a sua própria referente àquela, acompanhada de um texto que sintetize as reflexões realizadas durante todo o processo, evidenciando a etapa final, de “apropriação” dos bens culturais, conceitos e objetos estudados.

O conjunto da produção, iniciada no procedimento de descrição das fotografias de V8, das anotações no caderno de campo e nos textos e imagens da exposição serão o subsídio para a avaliação da atividade como um todo. Espera-se que os estudantes desenvolvam uma sensibilização quanto aos aspectos materiais da cidade e das questões que esta materialidade, em sua historicidade, permite acessar, como a questão da memória e da formação de diferentes identidades, dos processos de mudanças e permanências, das dinâmicas sociais e das políticas que se materializam nos lugares e construções da cidade.

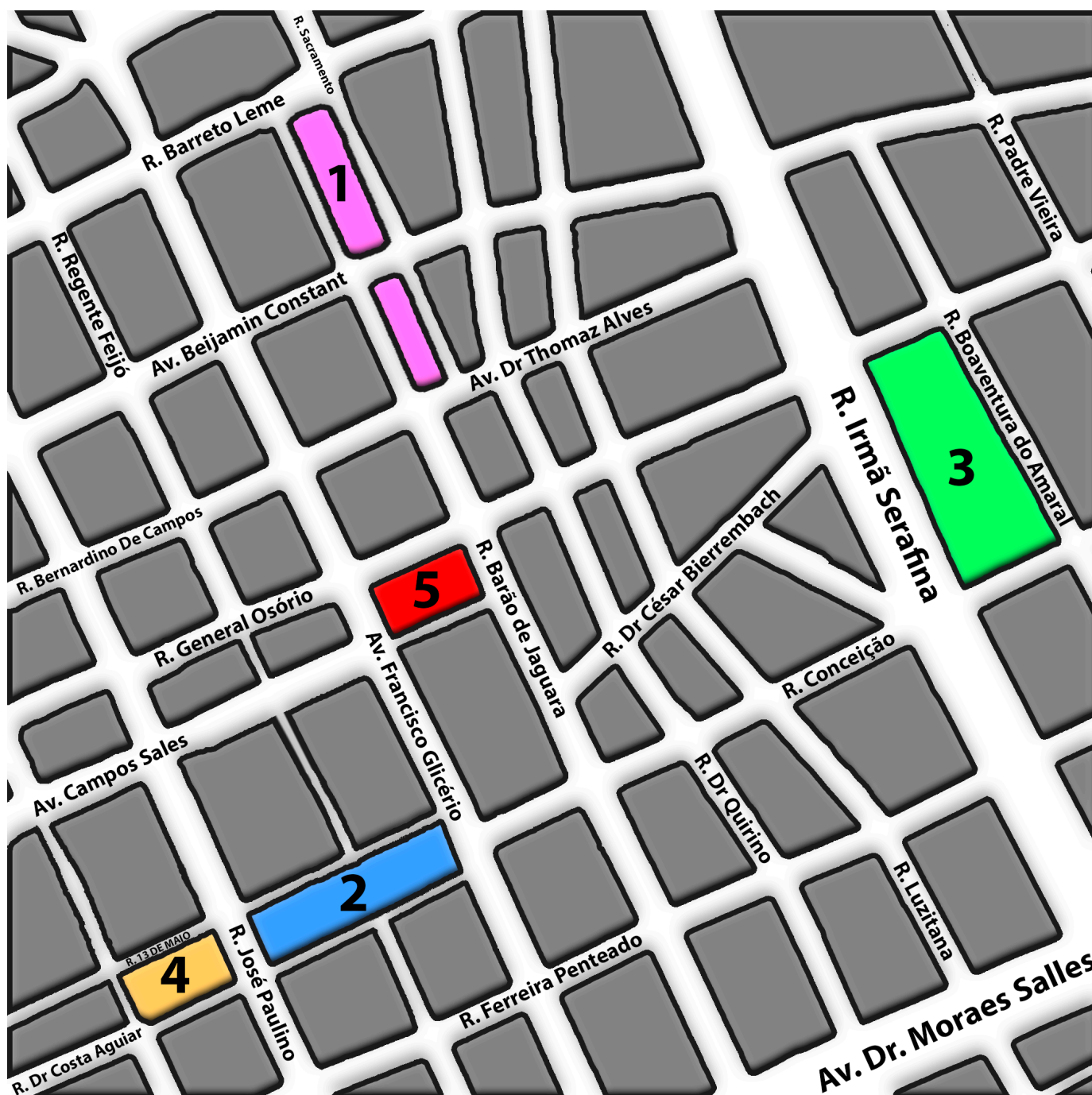


FIGURA 05: Mapa das paradas

### 4.3 Caminhada Fotográfica V8 - Fotografias e Lugares Selecionados

A seleção das fotografias foi realizada com base em consulta ao acervo completo do conjunto “Aristides Pedro da Silva”, subconjunto “Sociabilidades e Transformações Urbanas”, Série “Campinas”. Tal consulta foi realizada no acervo do Centro de Memórias da Unicamp, em outubro de 2023. Posteriormente, em novembro do mesmo ano, o conjunto completo foi disponibilizado online<sup>125</sup>, juntamente com a ficha catalográfica de cada imagem, de onde os dados inseridos nos anexos do trabalho se basearam. A catalogação foi realizada pela equipe do CMU. Na nota dos arquivistas consta que a “Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em julho de 2023.”

As fotografias selecionadas para a proposta de atividade foram escolhidas tomando por base alguns critérios. O primeiro deles se refere à localização, uma vez que, tendo por objetivo a realização de um estudo do meio com um caminho a ser percorrido a pé, seria essencial refletir a respeito da possibilidade de que a atividade fosse realizável dentro de um tempo razoável, em torno de 3 horas. Desta maneira, os locais selecionados se referem à região central da cidade de Campinas.

O critério seguinte foi o de escolha de locais com referenciais arquitetônicos que marcam os lugares da cidade. Algumas construções e lugares, como por exemplo a Catedral Metropolitana de Campinas e a Praça Carlos Gomes, por sua antiguidade, podem funcionar como âncoras visuais, permitindo aos alunos perceberem questões de permanências em relação ao observado nas fotografias da coleção de V8.

Finalmente, e mais importante, considerando a possibilidade aberta pelo acervo de compreender as transformações urbanas da cidade, o critério de seleção buscou também abordar esta questão. Assim, foram selecionadas imagens cujo conteúdo seja capaz de causar algum estranhamento que pudesse promover reflexões a respeito das mudanças ocorridas na materialidade urbana, ensejando assim a possibilidade de buscar compreender a dinâmica que levou a cabo estas transformações e seus significados sociais, econômicos e culturais subjacentes. As sequências que mostram as demolições do Teatro Municipal (no acervo do Centro

---

<sup>125</sup> Disponível em [<https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/aristides-pedro-da-silva>] , Último acesso em Jun/2024

de Memórias da UNICAMP, compõem o Dossiê “Demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes”) e a Igreja do Rosário (no acervo do Centro de Memórias da Unicamp, compõem o Dossiê “Demolição da Capela de Nossa Senhora do Rosário”), bem como as que apresentam os monumentos públicos de Campinas em outros contextos, são exemplos desta abordagem.

As fotografias foram, enfim, divididas em cinco grupos, referentes às cinco paradas previstas para a atividade de campo. Embora o elemento central da concepção da rota seja a transformação dos lugares sob a ótica de V8, estas paradas foram definidas por meio das representações e possíveis ligações com momentos da história da cidade, a saber: “As Origens de Campinas”, representada pela parada 1 na praça Bento Quirino; “A Campinas do Café”, representada pela parada 2, na Praça José Bonifácio e Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição; “As Epidemias em Campinas e o Discurso da Higiene”, discutida na parada 3, na praça Carlos Gomes; “A Campinas Republicana”, representada na parada 4, na praça Ruy Barbosa, local do demolido Teatro Municipal Carlos Gomes, e; “A Campinas de Prestes Maia”, debatida na Praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário), lugar da também demolida Igreja do Rosário, a parada 5.

Esta divisão busca sistematizar os lugares de Campinas que serão visitados pelos estudantes, e tem por lógica interna permitir acesso e conhecimento sobre a história da cidade e a historicidade dos lugares cuja memória e espírito V8 tentou preservar. Evidentemente, estas divisões não devem ser encaradas na prática como decisões arbitrárias. É interessante explorar o diálogo possível entre as diferentes temporalidades e espacialidades propostas, compreendendo as ressignificações que foram atribuídas aos locais nos diferentes períodos.



**FIGURA 06** - Vista três quartos do Jockey Clube Campineiro, onde em primeiro plano vê-se o Monumento Túmulo a Carlos Gomes e a Praça Antônio Pompeu. (ca.1929) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 07** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 08**

Vista principal do Monumento-Túmulo ao maestro Carlos Gomes. No topo do monumento de granito, vê-se a estátua em tamanho real do maestro em pose de regência, e, na base, a estátua da cantora lírica Maria Monteiro, representando a cidade de Campinas. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: "Campinas – Monum. a Carlos Gomes – 20". (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 09 -**

Fotografia atualizada (2024) -  
Acervo pessoal





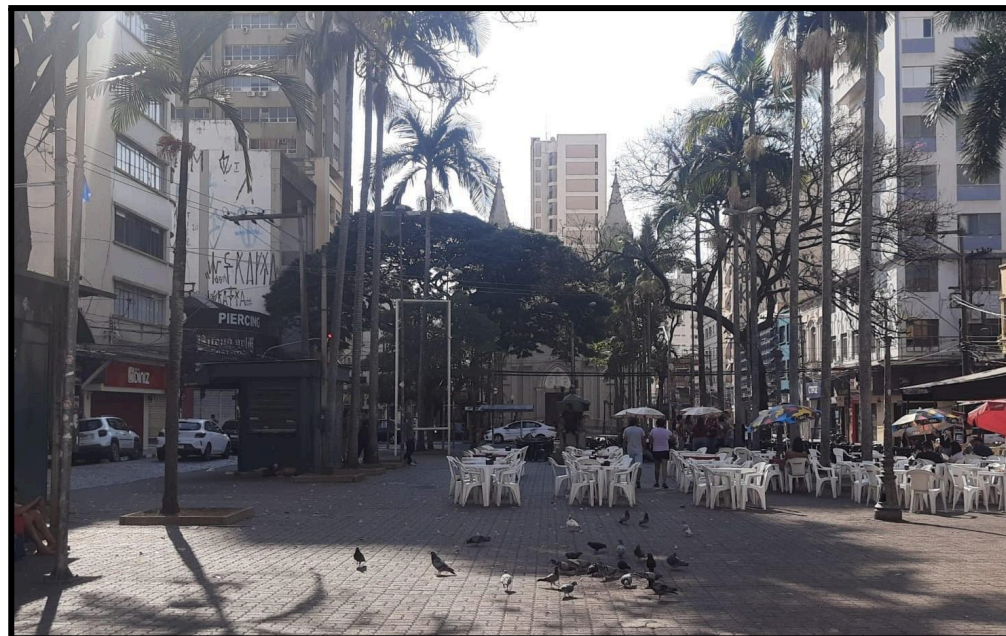
**FIGURA 10** - Vista parcial da Praça Bento Quirino. À frente, vêem-se pessoas e automóveis estacionados. Ao fundo, vista da fachada principal da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo. (ca.1934) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 11** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 12** - Vista parcial da Praça Bento Quirino, onde em primeiro plano se veem transeuntes e dois automóveis estacionados. Ao fundo, vê-se o jardim da praça com vista posterior da Estátua de Bento Quirino e, mais ao fundo, vê-se a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, em destaque. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Pça Bento Quirino – (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 13** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

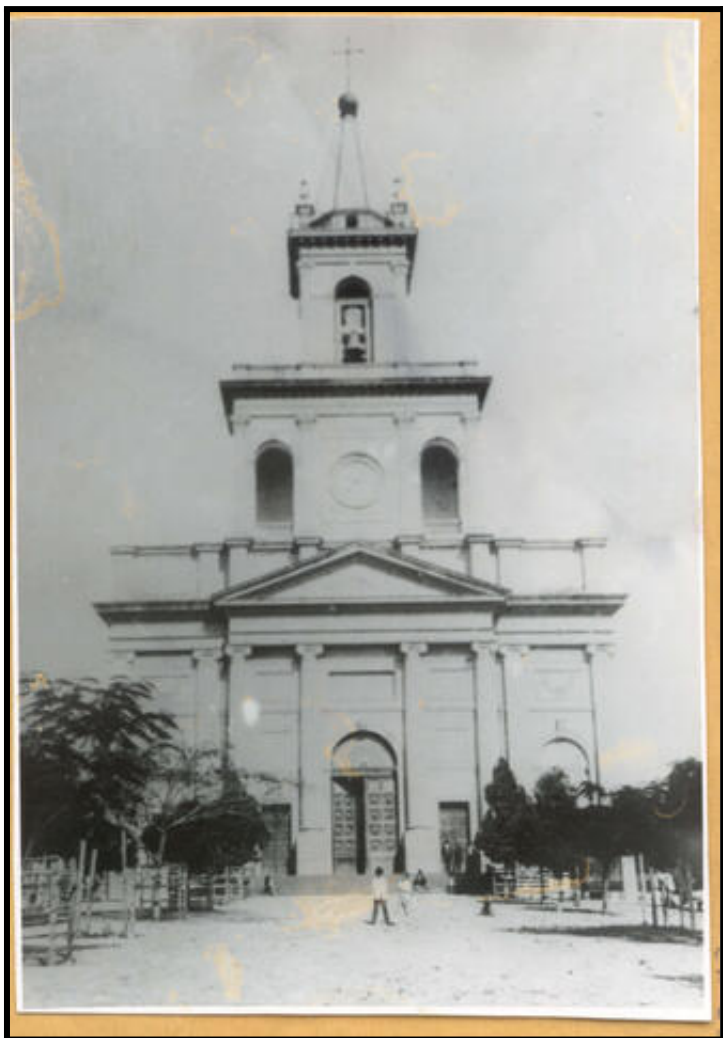




**FIGURA 14** - Vista principal da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição, onde se vê, em primeiro plano, parte da Praça José Bonifácio – Largo da Catedral, automóveis estacionados e transeuntes. (ca.1929) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 15** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 16** - Vista principal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. (entre 1880 e 1889) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 17** -  
Fotografia atualizada (2024) -  
Acervo pessoal







**FIGURA 18** - Vista parcial da Rua Conceição, onde em primeiro plano se veem transeuntes e estabelecimentos comerciais, e, ao fundo, a Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição. (ca.1927) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 19** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 20** - Vista parcial da Rua Conceição, onde se veem transeuntes. Ao fundo, vista parcial da fachada principal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. À esquerda, vê-se a inscrição "Tullio Giuseppe" na fachada de uma construção. (ca.1892) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 21** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 22** - Vista parcial da Rua Conceição. À esquerda, vêem-se casarões e, à direita, um menino na calçada ao lado das palmeiras imperiais da Praça Carlos Gomes. Vê-se também um automóvel ao centro e, ao fundo, vista parcial da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Rua da Conceição – 41”. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 23** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 24** - Vista parcial da praça Carlos Gomes, no cruzamento da Rua General Osório com a Rua Irmã Serafina, onde se veem crianças em meio aos jardins da praça. Ao fundo, vê-se um bonde, à esquerda, e o Monumento a Rui Barbosa, à direita. (1940) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 25** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 26** - Vista principal do Monumento a Thomaz Alves, na Praça Carlos Gomes, onde vê-se um pódio com o busto do médico sobre o pedestal ao centro, bem como um conjunto escultórico com uma estátua de criança e três estátuas femininas ao redor, com representações e alegorias sobre a cidade de Campinas, a medicina e a gratidão. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Monumento ao Dr. Thomaz Alves – 36”. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

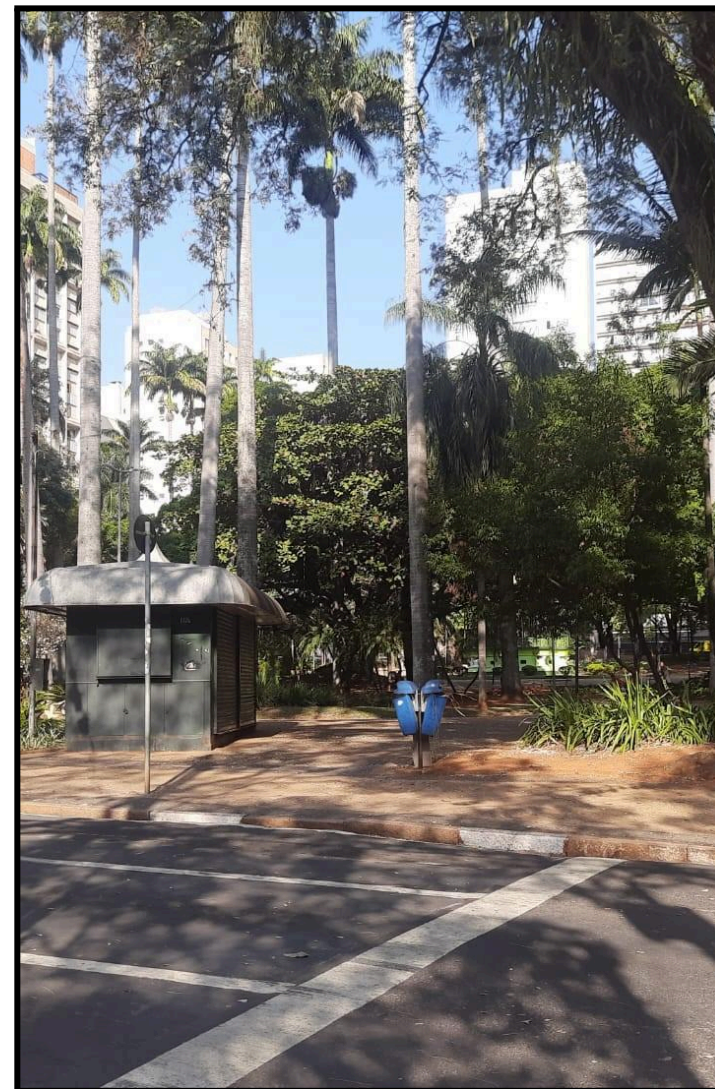


**FIGURA 27** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 28** - Vista parcial do Jardim Carlos Gomes. Constam informações na base da imagem: "Jardim Carlos Gomes Campinas". (ca.1930) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

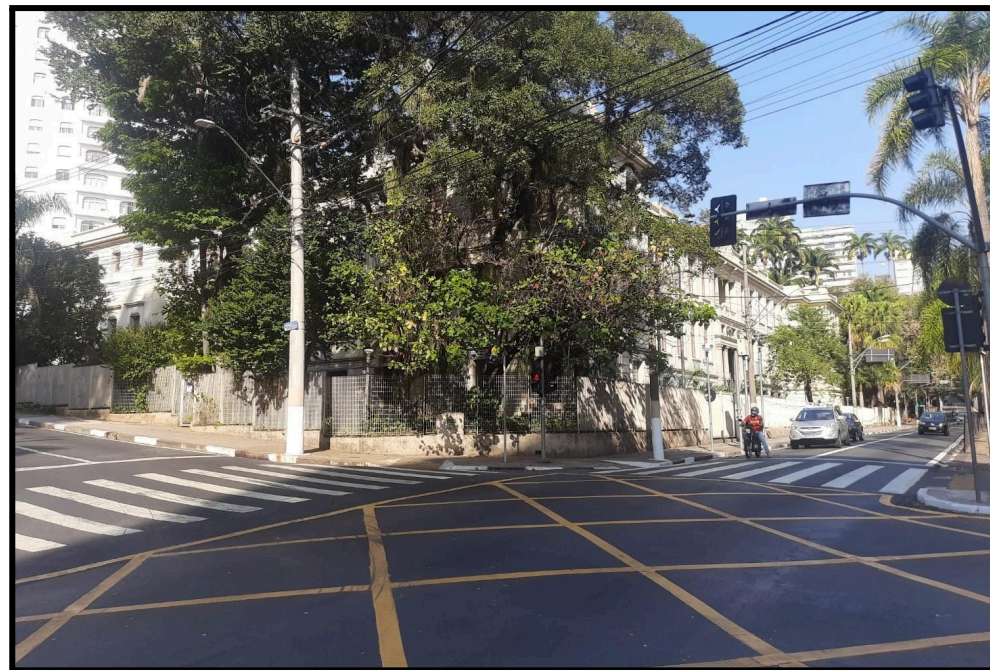


**FIGURA 29** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





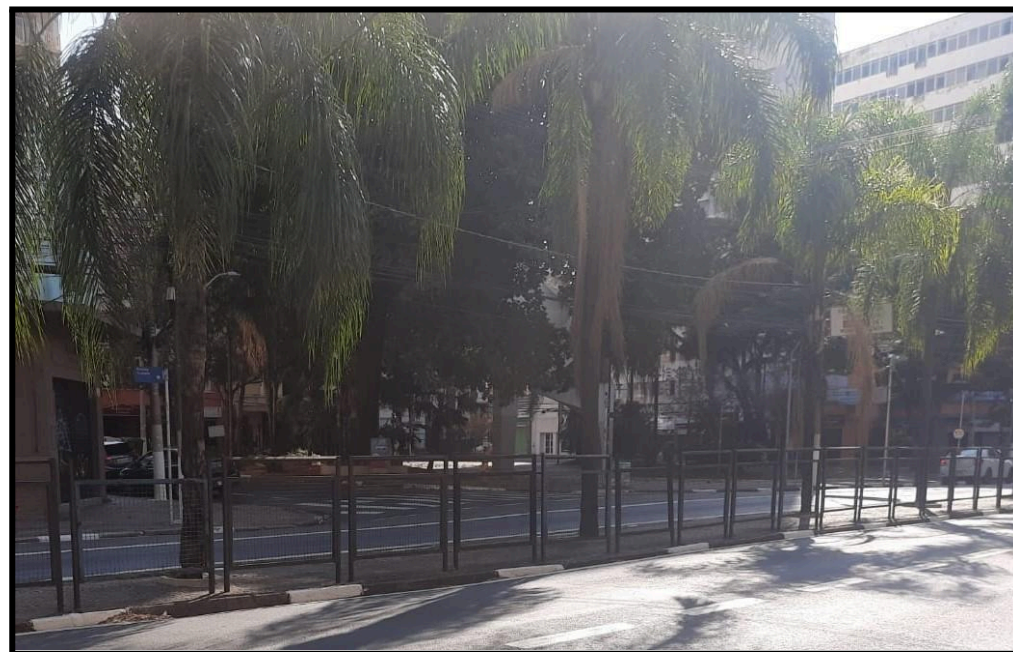
**FIGURA 30** - Vista três quartos da Escola Normal de Campinas, vendo-se, à direita, um automóvel e a Praça Carlos Gomes ao fundo. (ca.1930) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 31** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 32** - Retrato de crianças posando em frente a Avenida Anchieta, onde é possível ver, ao fundo, a Casa das Andorinhas. (1938) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

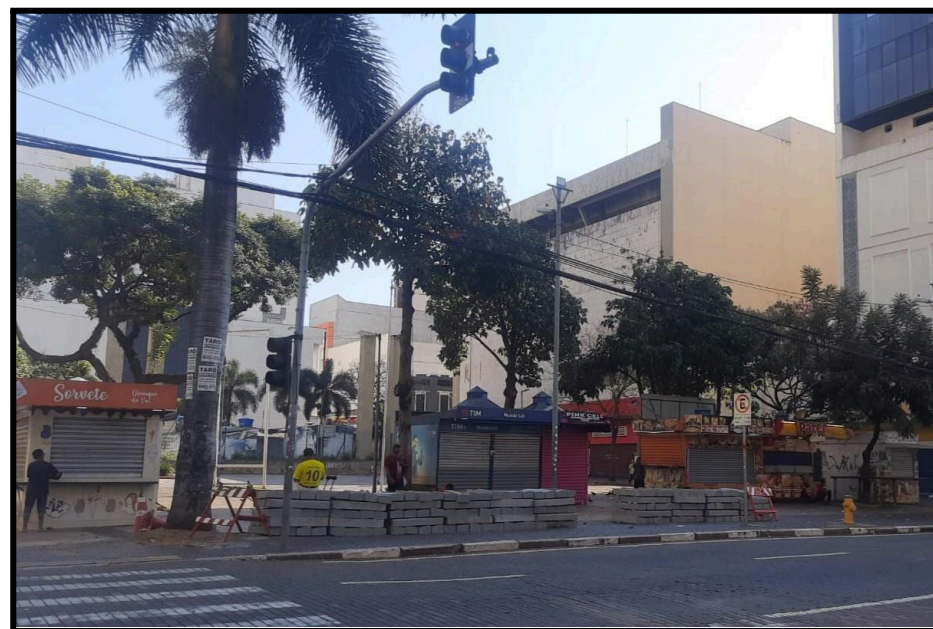


**FIGURA 33** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 34** - Vista três quartos do Teatro Municipal de Campinas, vendo-se, à esquerda, parte da Rua Costa Aguiar. Na parte inferior constam as seguintes inscrições: “29 – Campinas – Theatro Municipal” e “A. M.”. (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 35** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

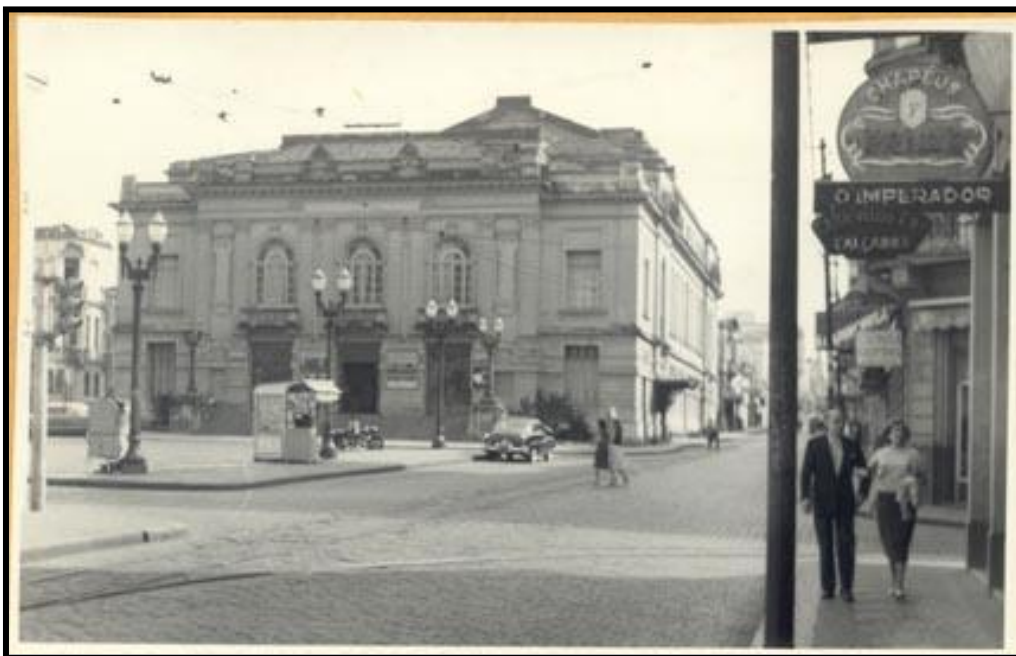


**FIGURA 36** - Vista parcial da Rua Treze de Maio, onde se veem transeuntes, automóveis e estabelecimentos comerciais como as Casas Pernambucanas. À direita, vê-se parcialmente o Teatro Municipal de Campinas, a Praça Rui Barbosa e a fachada posterior da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Rua 13 de maio” (entre 1940 e 1949) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 37** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 38** - Vista três quartos do Teatro Municipal Carlos Gomes. À frente, vê-se a Praça Rui Barbosa, e à direita, placas de estabelecimentos comerciais como “O imperador” e “Casa Moderna Calçados”. (ca.1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 39** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 40** - Vista parcial do Teatro Municipal Carlos Gomes, durante a fase final de sua demolição. À frente, vê-se parte da Praça Rui Barbosa. (26 nov 1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

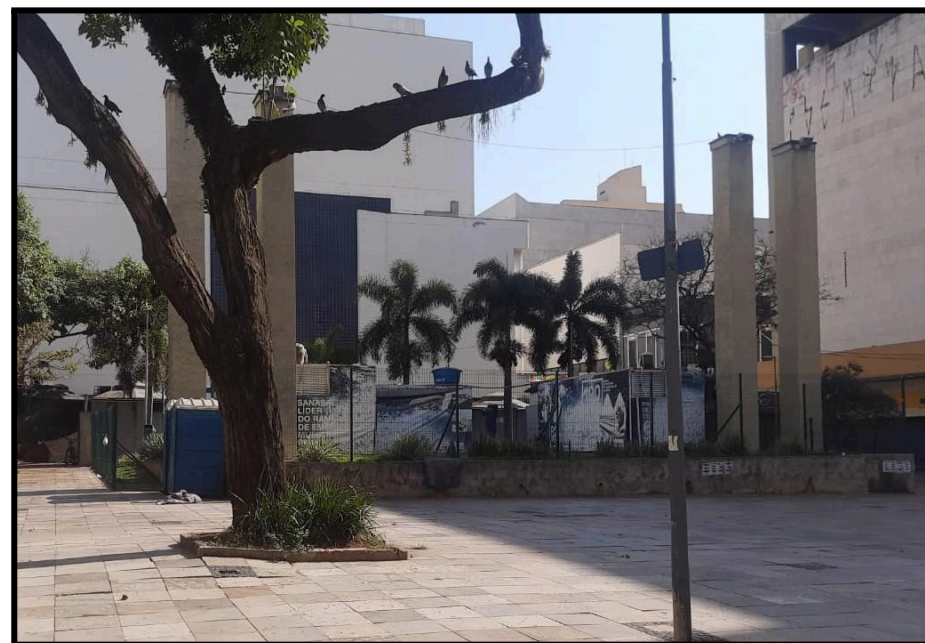


**FIGURA 41** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoa





**FIGURA 42** - Vista do interior do Teatro Municipal Carlos Gomes, durante a fase final de sua demolição. Ao fundo, vê-se a Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição. (03 dez 1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 43** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 44** - Vista de trabalhadores em meio aos escombros da demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes. Ao fundo, vê-se a parte posterior da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição. (15 dez 1965) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 45** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 46** - Vista principal da Praça Visconde de Indaiatuba – Largo do Rosário, onde em primeiro plano se veem carros de praça, transeuntes e o Monumento a Campos Sales, ao centro. Ao fundo, vê-se a Capela Nossa Senhora do Rosário. (ca. 1948) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 47** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 48** - Vista principal da Praça Guilherme de Almeida, onde se veem transeuntes em primeiro plano, e o Palácio da Justiça ao fundo. (ca.1970) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 49** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 50** - Vista três quartos da Capela Nossa Senhora do Rosário durante o processo de demolição. À frente, vê-se uma parada de ônibus e transeuntes. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

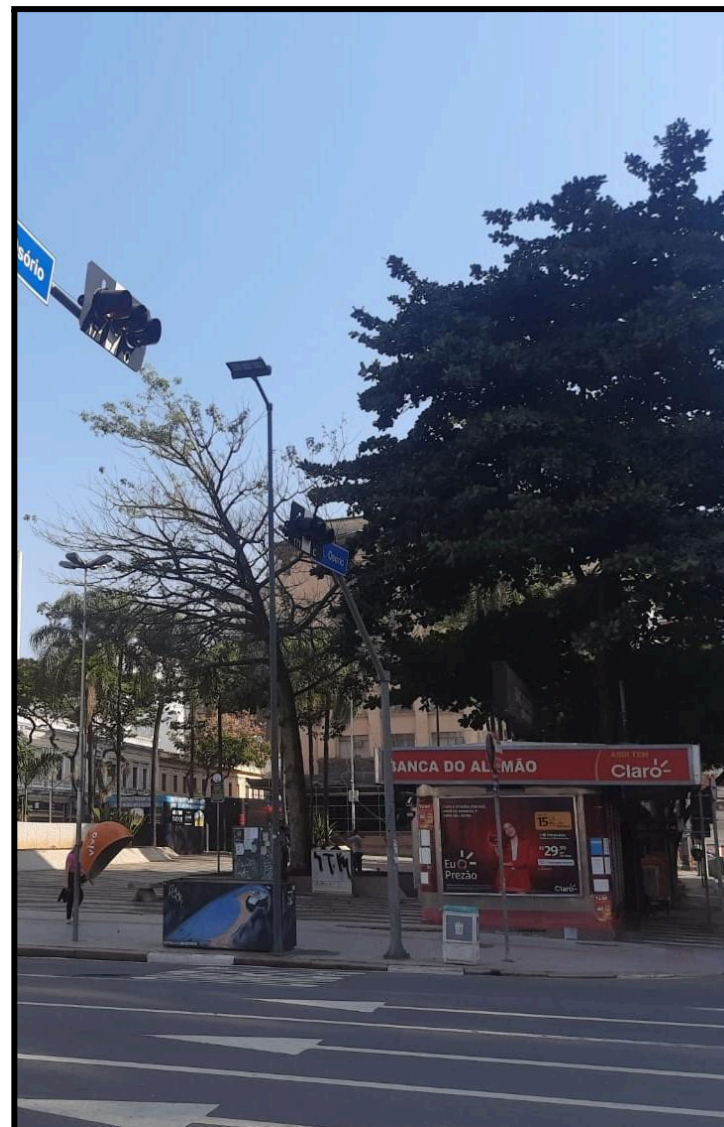


**FIGURA 51** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal



**FIGURA 52** - Vista principal da fachada em demolição da Capela Nossa Senhora do Rosário. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 53** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal







**FIGURA 54** - Vista parcial da Capela Nossa Senhora do Rosário durante sua demolição. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

**FIGURA 55** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 56** - Vista dos escombros da Capela Nossa Senhora do Rosário, durante a fase final de sua demolição. (entre maio e set 1956) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

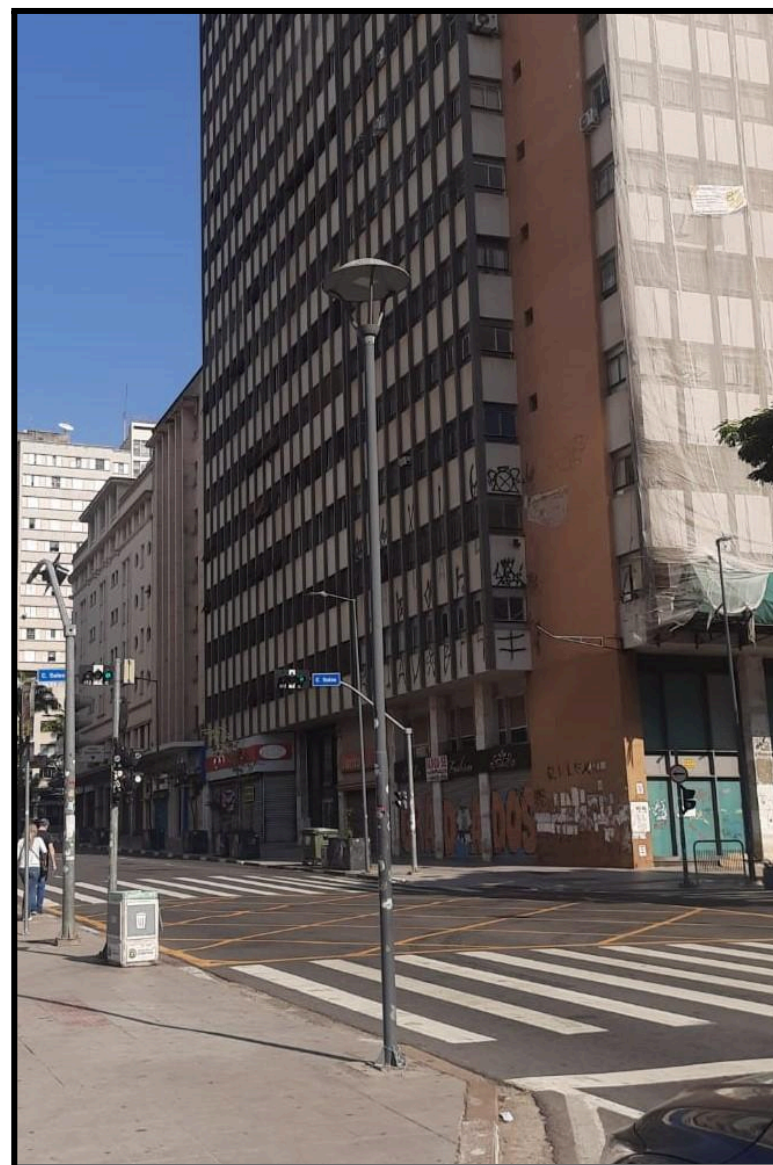


**FIGURA 57** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal





**FIGURA 58** - Vista parcial de um bonde elétrico em circulação pela Avenida Francisco Glicério. O bonde apresenta uma coroa de flores em sua dianteira e pessoas em seu interior. (out 1968) - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU



**FIGURA 59** - Fotografia atualizada (2024) - Acervo pessoal

#### 4.4 - Planejamento do percurso da atividade

A atividade de campo, conforme planejada, será composta de cinco paradas, cada uma delas relacionada a um grupo de fotografias selecionadas para o trabalho. Este planejamento considerou diversos fatores para a sua produção, entre os quais o percurso foi um fator importante, uma vez que a atividade foi planejada para ser realizada com alunos do ensino fundamental. Desta maneira, o percurso a ser percorrido foi definido como uma rota reduzida. A quantidade de paradas e o trajeto foram calculados, desta forma, para que pudesse ser feito completamente em torno de três horas, a duração média dos estudos do meio desenvolvidos, conforme experiência própria. Como preparação prévia, cabe orientar os alunos em relação ao uso de roupas e calçados adequados.

O trajeto planejado tem a extensão de por volta de 2 km, e o tempo previsto em cada parada é de algo em torno de 30 minutos. Em todo caso, a atividade deve ser adaptada à realidade de cada caso em específico. No caso da região central de Campinas, dado o alto movimento, é plausível que seja necessário reduzir a atividade na prática. Em eventuais adaptações também é possível pensar em rotas que utilizam algum tipo de transporte entre as paradas. Neste caso, poder-se-iam utilizar outras fotografias, abordagens e temáticas como base para a sua produção.

Como metodologia a ser aplicada em todas as paradas, após organizar os alunos, o professor deverá indicar as fotografias relacionadas àquele local. Assim, inicialmente, os alunos deverão explorar visualmente o lugar, buscando referenciais que os auxiliem a compreender o ângulo da tomada fotográfica feita por V8, devendo então tentar reproduzi-la ou realizar uma releitura, usando as câmeras dos celulares próprios ou câmeras cedidas pelo professor. Cabe ressaltar que a tecnologia atual das câmeras digitais e de suas lentes é consideravelmente diferente daquelas usadas por V8, e que, portanto, para a apresentação final, seria interessante explorar estas diferenças com os alunos e realizar edições virtuais (havendo a possibilidade técnica) ou física (por recorte) nas fotografias. Em alguns casos, considerando o grau de transformação do ambiente urbano, pode ser necessário que o professor realize intervenções nesta etapa, mas é interessante que, ao máximo possível, permita-se aos alunos a discussão e a observação, percebendo elementos de transformação e continuidade na materialidade urbana.

Após a tomada das fotos, o professor deverá abordar com seus alunos conceitos e reflexões possíveis sobre os significados e sentidos propostos pela comparação da fotografia antiga e do lugar atual, bem como sobre a temática sugerida relativa aos momentos selecionados da história de Campinas, atentando-se para os questionamentos e apontamentos que porventura possam surgir. Na discussão de cada parada estão sugeridas algumas abordagens possíveis em um texto, o qual o professor deverá transpor didaticamente em um diálogo com os alunos. Nos apêndices do trabalho está um caderno complementar para o professor constando elementos (construções e monumentos, principalmente) presentes nos locais de parada que podem ser ou não abordados diretamente dentro da exposição temática prevista, mas podem ser motivadores de questionamentos por parte dos alunos. Além disso, o professor deverá estimular os estudantes para que anotem suas impressões, hipóteses e reflexões no caderno de campo.

Na parada 1, nas praças Bento Quirino e Antônio Pompeu, serão utilizadas as fotografias de número 1 a 4. Na parada 2, na praça José Bonifácio, serão utilizadas as fotografias 5 e 6 e, posteriormente, no deslocamento para a parada 3, descendo a rua da Conceição, serão utilizadas as fotografias 7 e 8. Na parada 3, na praça Carlos Gomes, serão utilizadas as fotografias 8 (novamente), 9, 10 e 11. Deslocando-se um pouco pela avenida Anchieta, em frente à E.E. Carlos Gomes, serão utilizadas as fotografias 12 e 13. Na parada 4, na praça Ruy Barbosa, serão utilizadas as fotografias 14 a 19. Na parada 5, finalmente, na praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário), serão utilizadas as fotografias 20 a 26.

## 4.5 - Descrição e discussão das paradas

### Parada 1 - Marco Zero e a “Origem” de Campinas

Fotografias	1, 2, 3 e 4
Elementos da paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monumento-túmulo de Carlos Gomes</li> <li>• Jockey Club</li> <li>• Praça Bento Quirino</li> <li>• Matriz Velha/Igreja do Carmo</li> </ul>
Temas e reflexões possíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de narrativas oficiais</li> <li>• Significações e ressignificações de lugares</li> <li>• Mobilização e construção de discursos</li> </ul>



**FIGURA 60** - Fotografias 1, 2, 3 e 4, usadas na parada 1 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

A primeira parada prevista para a rota se dará no espaço compreendido pela praça Bento Quirino, um local extremamente rico no que diz respeito à memória da cidade e aos seus símbolos materializados em monumentos e edificações. Diversos elementos do lugar podem ser explorados tematicamente pelo professor. Cabe iniciar a intervenção, entretanto, pelo ponto demarcado no centro da praça, que representa o marco zero da cidade, a partir de onde pode-se discutir questões a

respeito da história oficial de Campinas, da construção de narrativas e de seus usos políticos e sociais.



**FIGURA 61** - Marco Zero de Campinas - Acervo pessoal

Segundo Baroni e Godoy<sup>126</sup>, na década de 1960 realizou-se entre os intelectuais, memorialistas, opinião pública e pela classe política de Campinas um intenso debate sobre a origem “oficial” da cidade. Diversos momentos eram candidatos, dentre os quais podemos citar a abertura do caminho da minas de Goiás, o surgimento do pouso dos tropeiros neste caminho (o qual, segundo Santos<sup>127</sup>, localizava-se nas proximidades da atual praça XV de Novembro), a doação de sesmarias (a primeira na região cedida a Antônio da Cunha de Abreu, compreendendo a região central), a autorização eclesiástica para a construção da primeira capela e a data, considerada oficial pela municipalidade, da primeira missa, 14 de julho de 1774. Trata-se assim, de uma decisão política, construída posteriormente, num momento onde a cidade passava por profundas transformações em sua materialidade e num surto de crescimento populacional, sobretudo com a chegada de migrantes de outros locais do país, e buscava afirmar uma imagem de si. Tal imagem, respondendo a questões do momento, definiu-se na escolha, relativa também ao surgimento do núcleo urbano.

É fato, entretanto, que este núcleo urbano da cidade se inicia neste local, cedido para tal das terras adquiridas da sesmaria original por Francisco Barreto

<sup>126</sup> BARONI, Gabriel Vinicius, GODOY, João Miguel Teixeira de; **História fabricada: controvérsias em torno da fundação da cidade de Campinas**. Revista de História Regional, v. 16, n. 1, 2011.

<sup>127</sup> SANTOS, Antônio da Costa. Op. Cit.



Leme (tornado diretor e administrador da então freguesia até seu falecimento). Isto se deu com a construção da Igreja Matriz, a primeira provisória, de pau-a-pique e coberta de sapê, no local onde hoje se encontra o Monumento Túmulo de Carlos Gomes e posteriormente, da chamada “Matriz Velha” inaugurada com a construção ainda inacabada em 1781, em frente, no local onde hoje encontra-se a Igreja do Carmo<sup>128</sup> (fotografia 3). Com a elevação do território à categoria de Vila de São Carlos, foi também neste local, especificamente onde hoje se encontra a construção sede do Jockey Club (ao fundo na fotografia 1), construído o prédio de câmara e cadeia, símbolo da autonomia administrativa da nova vila, e, diante dele, o pelourinho<sup>129</sup>.

Retomando as fotografias de V8, o professor pode prosseguir sua intervenção falando sobre o Monumento Túmulo de Carlos Gomes (Fotografia 1 e 2). Conforme demonstra Santos<sup>130</sup>, o maestro campineiro nasceu em 1836, filho de uma negra-livre, que faleceu assassinada ainda durante a sua infância, e de um homem branco, maestro da Banda de Música de Campinas, que deu os primeiros ensinamentos musicais ao filho.

O período do reinado de D. Pedro II, em relação às artes (sobretudo na música, a ópera), foi marcado pelo gosto crescente das elites e da corte por hábitos considerados civilizados e edificantes, com um modelo importado do pensamento europeu, sobretudo da Itália e da França. Compreendendo o contexto onde vivia, Carlos Gomes viu aí uma oportunidade de ascender socialmente, precisando, para tal, aprimorar suas habilidades e moldá-las ao gosto desta elite. Assim o fez, compondo e se apresentando, ganhando fama e aproximando-se desta elite, alcançando, ainda na juventude, a simpatia da corte na capital. Com isso, ganhou a oportunidade, por meio de uma bolsa de estudos financiada pelo imperador, de estudar música na Itália, de onde deveria retornar para assumir um papel de compositor oficial.

Sua estadia em Milão envolveu contratempos, dentre os quais podemos citar o preconceito, uma vez que, vindo do Brasil, era muitas vezes, principalmente

---

<sup>128</sup> ROSADA, Mateus. **Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

<sup>129</sup> Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952

<sup>130</sup> SANTOS, Kleiton de Araújo. **Maestro Carlos Gomes e a República: simbologias e interesses políticos na representação do patrono da música brasileira e herói da pátria**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco. Recife 2020.

no início de sua estadia, tratado com desprezo pelos músicos italianos e visto como “selvagem”. No Brasil também foi alvo de críticas, que o acusavam de buscar tornar-se cidadão italiano e assumir lá a direção de um conservatório, embora, como primeiro artista brasileiro a fazer fama internacional, inspirasse muito mais admiração.

Foi com a Proclamação da República, entretanto, em 1889, que a vida de Carlos Gomes sofreu o mais importante revés. Sua imagem, profundamente relacionada à corte e, especialmente, à figura do seu benemérito, o Imperador Pedro II, tornou o maestro figura incômoda à nova ideologia que chegava ao poder, sobretudo após a recusa em compor o hino nacional republicano encomendado por Marechal Deodoro. Houve um grande declínio em sua popularidade, e, em Campinas, cidade que se projetava como a Meca do republicanismo, não havia espaço para ele que regressava ao país. Conseguiu espaço somente no Pará, tornando-se diretor no Conservatório de Música de Belém.

Escreveu o maestro em carta, no ano de 1895, para seu compadre Manoel José Souza Guimarães:

“A minha saúde tem sofrido muito ultimamente; além disso a minha antiga moléstia na boca piorou muito no Pará. A inflamação da garganta se tem agravado e isso quer dizer que o clima do Pará não é bom para mim. Mas o que fazer? No Rio de Janeiro não me querem nem para porteiro de Conservatório. Em Campinas minha cidade natal e São Paulo idem. No Pará, porém, me querem de braços abertos! Não me querem no Sul, morrerei no Norte que é toda terra brasileira! Amém!”<sup>131</sup>

Assim se sucedeu. Carlos Gomes faleceu em setembro de 1896, em Belém, vitimado por um tumor de língua. Sua morte, entretanto, propiciou aos republicanos a possibilidade de torná-lo um herói, e assim, ressignificá-lo, deixava de ser monarquista e tornava-se gênio brasileiro. Em Campinas, o maior filho da terra. Em seu velório, o corpo foi recoberto com a bandeira republicana, e, posteriormente, transferido para a cidade natal, a pedido encabeçado por César Bierrenbach. Chegou pela estação de trem, onde se iniciou o cortejo fúnebre, que terminou em uma sessão no Teatro São Carlos. Após as cerimônias que incluíam uma missa na

---

<sup>131</sup> Apud Santos, Kleiton de Araújo. op. cit

Catedral Metropolitana, foi sepultado provisoriamente no jazigo cedido pela família Ferreira Penteado, onde ficaria até a conclusão do monumento-túmulo, obra do escultor Rodolfo Bernardelli, inaugurado em 1905. A escolha do local, fica evidente, é impregnada de simbolismo, pois foi erguido onde, como já dito, estava a primeira capela, nas origens da cidade.

O monumento é composto por duas figuras principais: No topo, o maestro é representado em postura ativa, segurando a baqueta como quem rege uma orquestra, voltado para o centro da praça. Aos seus pés, abaixo, uma figura feminina coroadada, representando a “Princesa D’Oeste”, alcunha da cidade de Campinas (na expansão da cultura cafeeira, iniciada nas terras fluminenses, deu-se a expansão no sentido do interior, ou seja, oeste), que segura em suas mãos um báculo, símbolo de nobreza e comando, e um ramo de café, simbolizando a principal fonte do poder econômico da cidade, além de um cinturão com a imagem da fênix, presente no brasão municipal como representação da superação das crises epidêmicas, sobretudo a de febre amarela em 1889. Como modelo para a feição desta escultura foi utilizada a imagem de Maria Monteiro, cantora lírica também de Campinas, outra artista da cidade financiada pela corte para estudar música na Europa, após apresentar-se ao imperador em sua última viagem a Campinas, em 1886, com estadia durante algum período em Milão, junto ao seu primo distante, Carlos Gomes. Ela, entretanto, faleceu jovem, aos 27 anos.

Nas fotografias de V8 selecionadas para este local contém outros patrimônios e monumentos que podem ser explorados pelo professor. Citando brevemente, estão presentes o prédio sede do Jockey Club, os monumentos em homenagem a Bento Quirino e César Bierrenbach e a igreja de Nossa Senhora do Carmo (onde existia a Matriz Velha). Eles estarão descritos no material auxiliar ao professor. É importante perceber, entretanto, que o fator simbólico que motiva esta profusão de bens é a ideia da fundação da cidade neste lugar, e problematizar, junto aos alunos, a ideia de uma origem heróica da cidade.



## Parada 2 - A Campinas dos Barões do Café

Fotografias	5, 6, 7, 8 e 9
Elementos da paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catedral Metropolitana de Campinas</li> <li>• Praça José Bonifácio</li> <li>• Rua da Conceição</li> <li>• Monumento a D. João Nery</li> </ul>
Temas e reflexões possíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças e permanências nas paisagens urbanas</li> <li>• Patrimônios materiais e identidades</li> <li>• A Relação entre patrimônios e discursos de poder</li> </ul>



**FIGURA 62** - Fotografias 5, 6, 7, 8 e 9, usadas na parada 2 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

Nesta parada, após a exploração dos alunos e a tomada das fotografias, o professor poderá explorar a questão das transformações e permanências e a historicidade dos espaços urbanos. As imagens selecionadas são interessantes para a realização destas reflexões, uma vez que apresentam diversos elementos que se transformaram com o passar do tempo e, da mesma forma, apresentam também a Catedral Metropolitana como ícone que se mantém e sobrevive a estas mesmas transformações, podendo ser considerada como um ícone simbólico para a cidade

de Campinas<sup>132</sup>. Como elemento de comparação, o professor pode citar exemplos de outros bens materiais e sua relação simbólica com nacionalidades e pertencimentos, como por exemplo a torre Eiffel ou o Cristo Redentor.

Em relação aos aspectos históricos da Catedral<sup>133</sup>, sua construção se inicia em 1808, sendo inaugurada apenas em 1883, e foi financiada pelo poder público e pela elite dos agricultores de café, tendo por objetivo ser um símbolo de seu poder político e econômico. No século XIX, na década entre 1830 e 1840, o café ultrapassa o açúcar no valor obtido pela exportação no Brasil, tornando-se o principal produto econômico do país. Nesta mesma época, a sua produção se expande na cidade, também substituindo a cana nas propriedades das tradicionais famílias donas de terras em Campinas. Com o passar do tempo, os lucros das plantações de café, que exploravam cada vez mais o trabalho escravo<sup>134</sup>, foi o que financiou outras atividades na cidade, como a industrialização, o comércio e a urbanização.

Ao passo em que a cidade crescia, a chamada “Matriz Velha”, apesar das ampliações realizadas, já não mais comportava a quantidade de habitantes<sup>135</sup>. Mais do que isso, a cidade, sobretudo sua elite de cafeicultores, precisava de um símbolo de sua pujança. Escolheram, em 1807 um local no limite da área urbanizada da cidade e no ano seguinte iniciaram a construção da “Matriz Nova”<sup>136</sup>, significativamente maior que outras, das maiores cidades brasileiras:

---

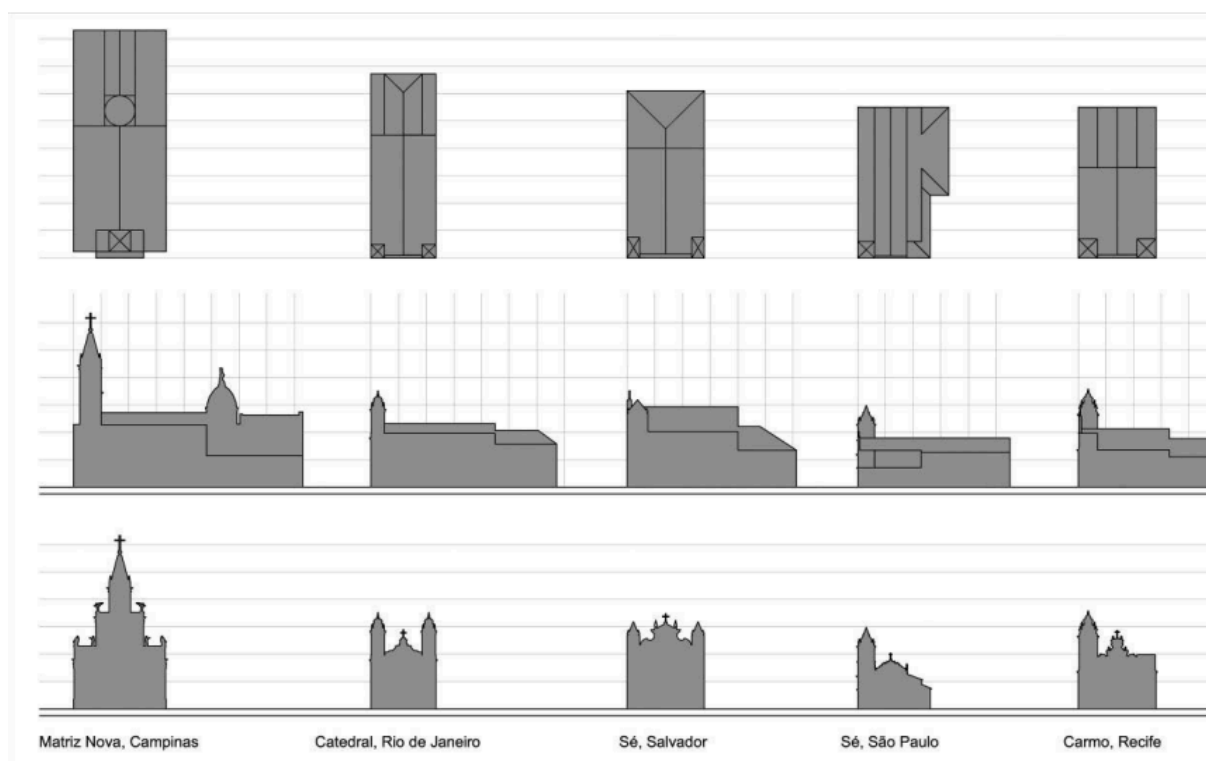
<sup>132</sup> ROSADA, Mateus et al. **O templo como vitrine da cidade A matriz nova de Campinas**. Anais do Seminário Internacional Representações da Cidade no mundo lusófono e hispânico. Rio de Janeiro, 2013 p.1-11

<sup>133</sup> BRAGA, Paula Marques; SCHICCHI, Maria Cristina. **Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade**. Revista CPC, n. 3, p. 33-52, 2007.

<sup>134</sup> RIBEIRO, M. A. R. **Preços de escravos em Campinas no século XIX**. História Econômica & História de Empresas, v. 20, n. 1, 31 jul. 2017.

<sup>135</sup> ROSADA, Mateus et al. Op Cit

<sup>136</sup> A igreja foi construída inicialmente como Matriz, elevada à condição de Catedral em 1908 com a implementação da Diocese em Campinas, sob comando do bispo D. João Nery. Mais tarde, em 1958, a cidade passou a sediar a Arquidiocese.



**FIGURA 63** - O tamanho da Matriz Nova em relação aos maiores templos brasileiros de então. Desenho: Mateus Rosada. (2013 p. 5)

Esta monumentalidade pode ser percebida nas fotografias de V8, por meio de sua presença como referência e marco visual, embora hoje, após um processo de verticalização da região central, ela tenha ficado diminuída.

A técnica empregada na construção do templo foi a taipa de pilão e grande parte da mão-de-obra empregada era composta por escravizados cedidos pelos fazendeiros da cidade. A finalização da obra, a partir de 1880, foi realizada pelo arquiteto e engenheiro Ramos de Azevedo, o que aumentou sua projeção profissional em todo o país. Internamente é ricamente adornada por entalhes em madeira em estilo barroco do artista baiano Victoriano dos Anjos, finalizados pelo artista fluminense Bernardino de Sena Reis.

A construção da Catedral Metropolitana foi um marco geográfico importante para a constituição atual da região central de Campinas. Segundo Braga e Schicchi<sup>137</sup>, ela desloca o eixo de crescimento urbano, que sai do entorno da Matriz Velha e da Câmara e Cadeia (na atual praça Bento Quirino, como vimos na parada 1) e cria um “novo centro”.

<sup>137</sup> BRAGA, Paula Marques; SCHICCHI, Maria Cristina. Op. Cit.

Dada a antiguidade, a centralidade e a relevância para a história oficial e relação com as identidades relativas à edificação, o professor pode explorar nesta parada a sensibilização dos alunos quanto às permanências do espaço urbano de Campinas e a apropriação dos lugares em sua relação com a formação de identidades coletivas. Um fato cuja abordagem pode auxiliar a refletir sobre os sentidos desta apropriação é a cerimônia de lavagem das escadarias<sup>138</sup> no sábado de aleluia, que passou a ocorrer em 1998 por iniciativa de Eunice de Souza (Mãe Dango) e Antonia Duarte (Mãe Corajacy), demonstrando a relação que se estabeleceu entre a construção e as identidades afro-brasileiras relativas à religiosidades de matriz africana, sendo reconhecida como patrimônio imaterial da cidade.

As fotografias 7 e 8 deverão ser feitas no trajeto entre a parada 2 e a parada 3, mas ambas têm referência à questão da monumentalidade da Catedral Metropolitana, e seu papel de referência visual no centro da cidade.

---

<sup>138</sup> MARETTI, Marialba. **Escadaria florida. 22 anos da lavagem da escadaria da Catedral Metropolitana de Campinas.** Antropologia Experimental, n. 7, 2007.

### Parada 3 - As Epidemias

Fotografias	Nº 9, 10, 11, 12, 13 e 14
Elementos da paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praça Carlos Gomes</li> <li>• Rua Conceição</li> <li>• Monumento a Thomas Alvez</li> <li>• Monumento a Ruy Barbosa</li> <li>• Escola Estadual Carlos Gomes</li> <li>• Casa das Andorinhas</li> </ul>
Temas e reflexões possíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Epidemias em Campinas</li> <li>• Discurso higienista e sua aplicação no ambiente urbano</li> <li>• Mudanças e permanências nas paisagens</li> <li>• Usos dos espaços públicos da cidade</li> <li>• Espaços públicos de socialização e lazer</li> <li>• Monumentos públicos</li> <li>• Gestão atual dos monumentos públicos</li> <li>• Roubo de monumentos</li> </ul>



**FIGURA 64** - Fotografias 9, 10, 11, 12, 13 e 14 usadas na parada 3 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

Nesta parada, após a exploração dos alunos e a tomada das fotografias, o professor tem a possibilidade de propor diversas discussões. Inicialmente, os alunos

poderão perceber o processo de urbanização e verticalização da região central da cidade, comparando as antigas construções de um único pavimento em contraste com os prédios de vários andares da atualidade. A transformação do lugar é evidente, e ela permite, em relação especificamente à fotografia 9, discutir a visibilidade das construções (a catedral metropolitana, no caso) na formação e transformação da percepção do local.

Em relação ao lugar em si, cabe inicialmente compreender como foco principal, na história deste local, a aplicação do discurso da higienista que marcou o período que, segundo Lapa<sup>139</sup>, se definiu pela formação de uma cidade aos modos burgueses em contraposição aos antigos modos coloniais. Como era comum às cidades do século XIX, dada a aglomeração de pessoas, sobretudo pobres e marginalizados, e o incipiente (embora crescente) conhecimento acerca das doenças e de seus modos de transmissão e prevenção, Campinas era assolada com frequência por epidemias de doenças como cólera, varíola e febre amarela. Esta última, em específico na epidemia de 1889, marcou profundamente a história da cidade e a mentalidade dos seus habitantes. Era necessário, compreendia-se, transformar a cidade em modelos mais saudáveis. Saturnino de Brito, arquiteto, urbanista e paisagista, foi uma figura de destaque neste momento onde a cidade era repensada sob novos moldes, sendo ele responsável por diversas obras que tinham por objetivo sanear a cidade, sobretudo na drenagem de áreas alagadas.

Outro nome a se destacar foi o de Ramos de Azevedo. De acordo com Monteiro<sup>140</sup>, ele foi responsável pelo projeto e construção da fachada da Catedral Metropolitana, e também por diversas obras na cidade de Campinas neste período. Também foi o idealizador de legislações municipais (o Código de Posturas de 1880 e a Lei nº 43 de 1895) que definiram um padrão para as construções baseado em um padrão de salubridade e estética europeus, inserido na intenção de criar uma cidade, na concepção do período, moderna.

“E, se naquele momento, o ser moderno significava novos padrões sociais, mudanças no modo de produção representava também o anseio de que a fisionomia urbana expressasse a força do capital e o poder da burguesia local. Assim, buscando

---

<sup>139</sup> LAPA, José Roberto do A. Op. Cit.

<sup>140</sup> MONTEIRO, Ana Maria Reis Góes. **Ramos de Azevedo e a modernidade urbana da Campinas dos barões do café**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. AMPUR, 2005.

a implantação de uma nova imagem para Campinas e procurando instituir as normas burguesas do bem viver, tornou-se cada vez mais premente a necessidade de manter a cidade asseada, desodorizada, aformoseada.”<sup>141</sup>

Compreende-se desta forma que o saber médico, aliado ao saber político, foram mobilizados na criação de normas sociais e na organização dos lugares, orientando a criação de uma cidade limpa e higiênica ao mesmo tempo em que exercia um controle sobre os comportamentos e sobre a população. A habitação, neste sentido, tem atenção especial, e, neste sentido, os casarões transformados em cortiços, eram alvos preferenciais da fiscalização realizada pelo poder público. O Código de Posturas proibia a construção deste tipo de habitação dentro de um perímetro urbano, o que, na prática, excluía os pobres (escravizados, ex-escravos e operários, principalmente) da região central.

O local onde se encontra a Praça Carlos Gomes, nos anos finais do século XIX, era considerado um dos focos dos miasmas que, acreditava-se, causavam as doenças que perturbavam a cidade. Configurava-se em uma área pantanosa onde era comum, inclusive por parte da Câmara Municipal, o descarte de dejetos e lixo, o que certamente atraía insetos e pernilongos (vetores da febre amarela).

O largo, que se localizava ao lado do “Mercado Grande” (local então destinado para a compra e venda de artigos, sobretudo alimentícios e agrícolas, que posteriormente foi substituído pelo mercado municipal), segundo Martins<sup>142</sup>, era um espaço de reunião da população negra da cidade. A presença de chafarizes atraía lavadeiras escravizadas, livres, além de imigrantes, alvos constantes das críticas e preconceitos da elite moralista da cidade. Aos domingos, reuniam-se negros escravizados e livres para vender produtos de suas roças e socializar. Era uma região violenta, sobretudo por consequência da marginalização a qual a população pobre era submetida, havendo relatos de assaltos, brigas e outros crimes. Era comum, assim, que a população da elite da cidade, escandalizada, recorresse às forças policiais, e estas à violência, na tentativa de controlar e reprimir estas manifestações. Com as transformações ocorridas no século XX, no contexto das propostas de higienização, modernização e organização da cidade (das quais faz parte também o plano de melhoramentos urbanos), gradualmente esta população

<sup>141</sup> Id, Ibid. p 2

<sup>142</sup> MARTINS, Valter. **Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX.** Oculum Ensaios, n. 2, p. 44-57, 2002.

vai sendo expulsa principalmente pelo aumento do valor das moradias, num processo de gentrificação.

Conforme o núcleo urbano cresceu, este espaço se tornou interno ao seu perímetro. Desta forma, era necessária uma intervenção que fosse capaz de desinfetar a área e, mais, torná-la um lugar aprazível e higienizado (também socialmente). Assim, empreendeu-se a drenagem do pântano, bem como a canalização do Córrego Tanquinho. No local, então, foi construída uma praça, aos moldes dos jardins parisienses, aos moldes para contemplar os passeios da elite aburguesada.

Contextualizando a questão, segundo Dourado<sup>143</sup>, entre 1853 e 1870, a capital francesa passou por transformações urbanísticas que envolveram a criação de jardins para lazer e descanso da população, motivados pela noção de que estas áreas teriam uma função social civilizatória e dignificante da moral da massa trabalhadora, além de fornecer à elite burguesa espaços agradáveis e esteticamente atraentes de convívio social. Relacionava-se a isto também o discurso da higiene, uma vez que os espaços arborizados eram vistos como capazes de purificar o ar, além do uso de árvores de grande porte, cujas raízes auxiliavam na tarefa de drenagem de áreas pantanosas.

A memória das epidemias se faz presente na praça e em seu entorno. Destacamos aqui a presença do monumento em homenagem ao Dr. Thomaz Alves, médico nascido no Rio de Janeiro, cuja atuação na cidade, sobretudo durante a crise causada pela febre amarela em 1889 e 1892, foi homenageada pelo monumento. Além disso, o logradouro da praça (Rua Irmã Serafina) é uma homenagem à Maria dos Serafins Favre, freira francesa da irmandade de Misericórdia de Campinas, cuja atuação no atendimento às vítimas da febre amarela na Santa Casa motivou a homenagem pública.

Outro aspecto importante a se observar na Praça Carlos Gomes é a existência, em seu entorno, das Palmeiras Imperiais. A planta (*Roystonea oleracea*), foi introduzida no Brasil em 1808, sendo a primeira cultivada no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, por D. João VI, de onde advém seu nome popular. Era um elemento comum nas fazendas de café, plantadas em renques, normalmente ao lado da sede, uma vez que o imperador D. Pedro II tinha o costume de presentear a

---

<sup>143</sup> DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins**. Editora Senac. São Paulo, 2023.



aristocracia cafeeira com suas sementes, que simbolicamente representavam a proximidade do baronato com a aristocracia da corte, simbolizando assim o poder político desta elite. Neste aspecto, relacionando o conteúdo visto na parada anterior, o professor pode explorar o diálogo existente neste lugar entre diferentes temporalidades.

Quanto à construção onde hoje funciona a Escola Estadual Carlos Gomes, ela abrigou a Escola Normal de Campinas, renomeada várias vezes: Escola Normal “Carlos Gomes” (1942), Instituto de Educação Estadual “Carlos Gomes” (1951), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Carlos Gomes” (1976) e finalmente, o nome atual, Escola Estadual “Carlos Gomes” (1998). Sua função inicial, como escola normal, era a formação de professores primários. Antes de sua construção, ali se localizava, como já dito, o Mercado Grande, que funcionou entre 1860 (à época, no limite urbano da cidade) e 1886 (quando passou a ser a sede do desinfetório municipal). Foi o primeiro mercado construído na cidade.

Especificamente sobre as escolas, é possível também observar a E.E. Carlos Gomes, em diálogo com as experiências vividas pelos alunos no contexto escolar. Uma possibilidade interessante para os alunos é a possibilidade de refletir sobre as diferenças entre a construção centenária, inaugurada em 1924, e a escola onde estudam.

Outra possibilidade de reflexão possível, ainda pensando na questão da permanência, é a preservação do prédio e seu valor para a construção das identidades, refletindo sobre a relação de pertencimento de estudantes que frequentam e frequentaram a escola. Também é possível discutir a questão dos espaços de lazer e sociabilidade na cidade, das transformações no seu uso e apropriação nas experiências observadas por meio das imagens em relação às experiências particulares dos alunos neste espaço ou em outros semelhantes. As transformações do local também devem ser observadas, bem como o trânsito em torno do edifício, a largura da via, a colocação de grades no entorno da escola (e os significados relativos).

Mais um aspecto que pode ser trabalhado pelo professor é relacionado aos monumentos públicos da cidade de Campinas. A praça tem duas homenagens que se destacam: O busto de Ruy Barbosa (visível na fotografia 10) e as imagens que compõem o monumento a Thomas Alvez (fotografia 11). Ambas se encontram depredadas. No caso da primeira, provavelmente por seu tamanho grandioso,

apenas uma letra (o segundo “B”) foi furtado, além de estar marcada por pichações. No caso do segundo monumento, as quatro estátuas que o compõem não estão na base de granito na praça, que está vazia desde abril de 2013. Segundo noticiado na imprensa<sup>144</sup>, elas foram retiradas do local, sendo a última parte retirada o busto, que havia sofrido depredação numa tentativa de furto, mas não foi levado. Esta retirada ocorreu, desta maneira, por conta da ação de ladrões que roubam pedaços da obra, provavelmente para vender pelo peso do metal. Segundo noticiado, as peças estariam sob guarda do Departamento de Praças e Jardins, onde seriam restauradas, porém, uma década depois, ainda não foram recolocadas em seu local. Do período da reportagem até o momento, o elemento que restava, a placa com os dizeres “Ao Dr. Thomaz Alves Homenagem do Povo” também foi retirada.

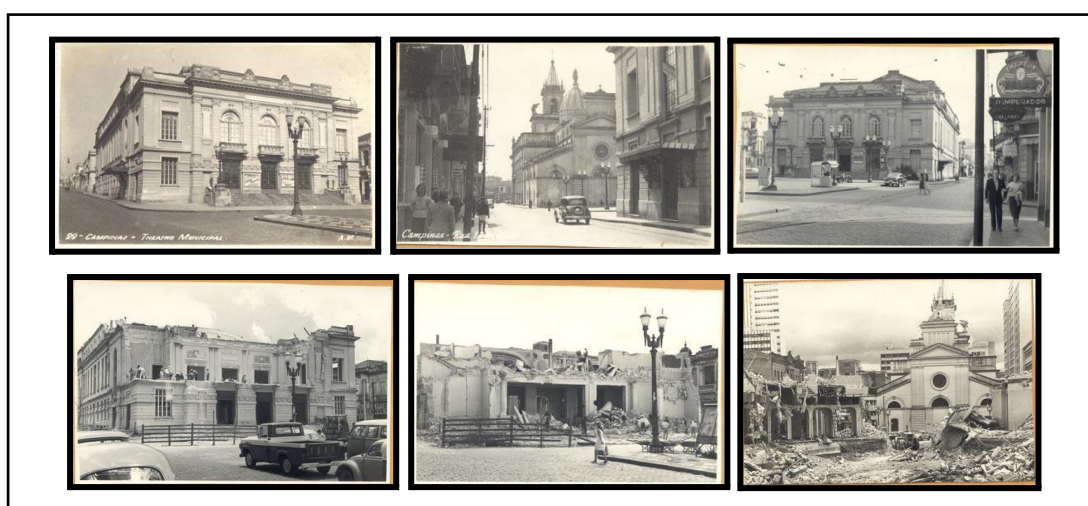
Ainda na proximidade da praça, na esquina da avenida Anchieta com a Rua Thomaz Alves, existiu a “Casa das Andorinhas”, oficialmente Mercado de Hortaliças (fotografia 14), que recebeu a denominação popular pois, anualmente, estas aves em migração passavam por Campinas, e um dos pontos onde se aninhavam era este mercado. Tal fato é a origem de outra das alcunhas da cidade: “Cidade das Andorinhas”. Hoje, no local, encontra-se o Largo das Andorinhas, que tem no lugar do antigo mercado o monumento construído em comemoração aos duzentos anos de Campinas.

---

<sup>144</sup>FELIX, L. **Monumento some de praça em Campinas e intriga morador**. Correio Popular 06/05/2013, atualizado em 25/04/2022. Disponível em: <<https://correio.rac.com.br/campinasermc/monumento-some-de-praca-em-campinas-e-intriga-morador-1.1000298>> acesso em Jul/24

## Parada 4 - A Campinas Republicana

Fotografias	15, 16 e 17 18, 19 e 20 (Sequência de demolição)
Elementos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teatro Municipal</li> <li>• Catedral metropolitana de Campinas</li> <li>• Lojas e comércio</li> </ul>
Temas e reflexões possíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O espaço para a cultura na cidade</li> <li>• Especulação imobiliária</li> <li>• Região central como espaço de consumo e trabalho</li> <li>• A mudança nas narrativas sobre cultura</li> <li>• Apagamentos e silenciamentos</li> </ul>



**FIGURA 65** - Fotografias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 usadas na parada 4 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

Nesta parada, após a exploração dos alunos e a tomada das fotografias, o professor deverá promover, junto com os alunos, reflexões a respeito do planejamento da organização espacial da região central da cidade, ressaltando sua atual configuração como espaço de comércio (e, portanto, consumo) e trabalho, em contraposição à cultura, simbolizada pela existência anterior de um teatro no local. Neste sentido, pode-se propor aos alunos que pensem a respeito da espacialidade na cidade e seus significados, que se reflete diretamente no acesso dos habitantes à direitos de cidadania que não estejam simplesmente relacionados ao trabalho e ao consumo, mas que perpassam o lazer, a educação e a cultura.

Pela rua 13 de Maio, diariamente, transita cerca de 100 mil pessoas, vindas de diversas localidades de Campinas e de outros municípios da região metropolitana. Esse movimento aumenta ainda mais na proximidade de datas comemorativas, como o natal e o dia das mães. É comum ouvir, em muitos bairros, pessoas dizendo que vão “à cidade” para trabalhar ou fazer compras, referindo-se justamente a esta rua e seus arredores, demonstrando a importância que o local tem para a identidade e o imaginário dos habitantes.

Neste local, em 1850, foi construído o “Teatro São Carlos”, existindo ali até a década de 1920 quando, já considerado pequeno para a cidade, foi demolido e, no mesmo local, em 1930, inaugurado o Teatro Municipal, posteriormente nomeado “Carlos Gomes”, com 1300 lugares. Pedroso<sup>145</sup> discorre sobre sua história, compreendendo-o como uma “metáfora para a modernidade”, termo entendido em uma dupla faceta: o discurso esteve presente em sua construção, filiada ao pensamento racionalista burguês que passava a dominar no período posterior à Abolição e à República, e, posteriormente, em sua destruição.

Como outros contemporâneos, o Teatro Carlos Gomes era um edifício-monumento ao estilo Belle Époque e projetava-se como um marco de referência ao período onde, com a impulsão do capital oriundo do café, a cidade se modernizava, ganhava iluminação elétrica, bondes, indústrias e outras inovações. Era uma maneira, assim, de projetar a pujança de Campinas também no campo das artes. Ressalta-se mais ainda o esforço a compreensão de que este fora construído no lugar do Teatro São Carlos, menor (tinha 62 camarotes e mais 250 lugares na plateia) e, arquitetônica e simbolicamente relacionado ao passado colonial e imperial.

A escolha do projeto, custeado pelo poder público municipal, foi realizada por meio de uma concorrência pública, vencida pela empresa “Chiappori & Lanza” que deu início à obra, e, posteriormente, do arquiteto Christiano Stockler das Neves que a concluiu. Sua construção levou seis anos, de 1924 a 1930. A municipalidade administrava o funcionamento do teatro, embora parte substancial sua receita fosse oriunda da sua locação para particulares (bailes, formaturas, entre outros). Nos primeiros anos predominaram eventos voltados para a elite burguesa da cidade,

---

<sup>145</sup>PEDROSO, Marialice Faria. **Metáfora da modernidade**: Teatro Municipal Carlos Gomes. 2003. 306p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

como óperas, ballets e apresentações da Orquestra Municipal. Com o passar dos anos, entretanto, até como contingência causada pelo surgimento de “concorrentes” como os teatros de revista e os cinemas de rua, os espetáculos foram se diversificando e se popularizando, com a apresentação de artistas do rádio e exibição de filmes hollywoodianos mais ao gosto das diversas camadas da população.

O Teatro Municipal Carlos Gomes, mais do que um espaço para apresentações variadas, configurava-se, sem muito exagero, no epicentro da vida cultural de Campinas. Era espaço para expressões variadas, como o teatro amador e profissional, exposições diversas, atividades educativas e festivais. Contudo, o surgimento de espaços mais modernos e confortáveis na cidade e o surgimento dos clubes sociais fez com que a frequência de espectadores fosse gradualmente diminuindo.

Em pouco tempo, com a falta de manutenção, a estrutura do teatro passou a preocupar por problemas de deterioração evidenciados, por exemplo, pelo surgimento de rachaduras nas paredes. A isto se somou um grande alarme da sociedade causado pelo desabamento do Cine Rink em 1951. A tragédia, ocorrida durante uma matinê dominical causou diversas vítimas, repercutindo profundamente na mentalidade da cidade. A opinião pública passou a deter maior atenção aos espaços culturais e de apresentações, e a memória da fatalidade passou a ser evocada com frequência.

Apesar da reforma, em 1960, autorizada pelo então prefeito Miguel Vicente Cury, uniam-se assim diversos fatores que levaram à condenação do Teatro Municipal Carlos Gomes. Os altos custos de manutenção de um espaço que não mais trazia retornos econômicos, o trauma causado pelo desastre do Cine Rink e o discurso da modernidade assumido pela cidade, expresso no Plano de Melhoramentos Urbanos, que, embora contivesse o teatro ou seus arredores nos planos de demolições, certamente se relacionava a um pensamento corrente (motivado em grande parte pela especulação imobiliária) que não se preocupava com a manutenção de patrimônios como este, sobretudo em uma área tão nobre.

Em 1965, apoiada por um laudo técnico que condenava a construção, a prefeitura municipal decidiu pela sua demolição, registrada por V8 nas fotografias selecionadas, que gerou grande indignação por parte de diversos setores da sociedade. Atualmente o lugar abriga uma loja de roupas com cinco pavimentos.

Antigos frequentadores, funcionários e cidadãos que, de alguma forma, se relacionam e se identificaram com o Teatro Municipal, entre eles V8, lamentaram profundamente a perda deste bem, apontando a possibilidade, houvesse a vontade política, de salvar a imponente construção. Acerca do tema, Fardin<sup>146</sup> organizou um importante trabalho de história oral para discutir a controversa decisão pela demolição. Com base em diversas entrevistas, demonstra-se que a questão da memória do Teatro Municipal Carlos Gomes e de sua demolição, que exemplificam conflitos e divergências na produção e organização de espaços urbanos, ainda está inconclusa.

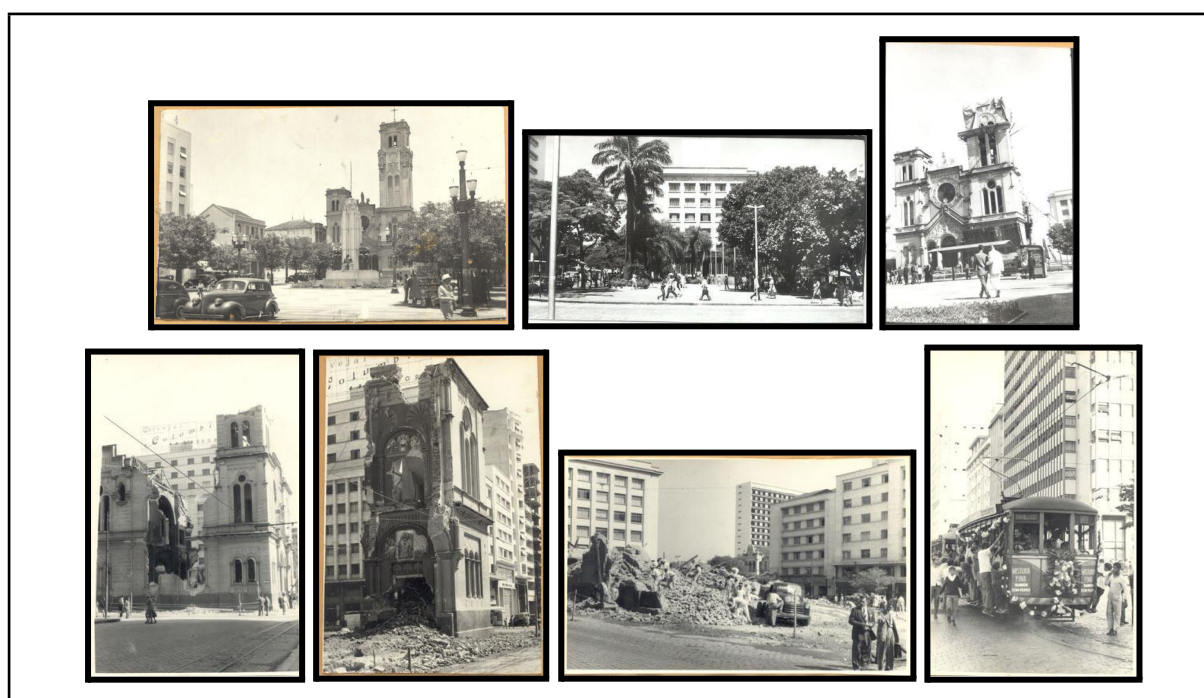
---

<sup>146</sup>FARDIN, Sônia Aparecida. op. cit.



## Parada 5 - O Plano de Melhoramentos Urbanos

Fotografias	21, 22 e 27 23, 24, 25 e 26 (sequência de demolição)
Elementos da paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praça Visconde de Indaiatuba</li> <li>• Igreja de Nossa Senhora do Rosário</li> <li>• Monumento a Campos Salles</li> <li>• Palácio da Justiça</li> </ul>
Temas e reflexões possíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apagamentos e silenciamentos</li> <li>• Racismo</li> <li>• Discurso da “modernidade”</li> <li>• Espaços de Resistência</li> <li>• Territórios negros</li> </ul>



**FIGURA 66** - Fotografias 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, usadas na parada 4 - Acervo Aristides Pedro da Silva - CMU

A última parada de nossa rota terá como lugar de discussão a praça Visconde de Indaiatuba, mas é muito provável que se uma pessoa de Campinas for questionada a respeito do nome deste espaço ela responda que é “Largo do Rosário”, nome que fora o oficial até o final do século XIX. Isto decorre do fato de

que em frente, no local onde hoje se encontra a praça Guilherme de Almeida, ter existido até o ano de 1956 uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário.

Sua construção, segundo Bodsten e Paschoalin<sup>147</sup> iniciada em 1817, foi iniciada pelo padre Antônio Joaquim Teixeira, sendo posteriormente assumida pela Irmandade do Rosário, composta, segundo os autores, por negros, mestiços e alforriados. A Igreja do Rosário manteve-se sob os cuidados desta Irmandade até 1899 quando passou a ser administrada pela ordem eclesiástica espanhola dos padres Claretianos. Acerca das irmandades religiosas negras no contexto brasileiro, entende-se, conforme aponta Reginaldo<sup>148</sup>, que:

“se, por um lado, o catolicismo negro resultou de uma imposição do regime escravista, ele também permitiu a criação de espaços de culto e reuniões mais ou menos autônomos, como o foram as irmandades e confrarias negras. Se o intuito primeiro era transformar os africanos em católicos ocidentais, na realidade não foi bem isso que ocorreu. O catolicismo acabou por transformar-se num elemento fundamental da resistência negra.”

Resistência esta que se dava pelas irmandades se configurarem em “espaço político e de sociabilidades para estas populações”, e também “espaços privilegiados de elaboração de uma nova religião no Atlântico: o catolicismo negro”.

Violin<sup>149</sup>, entretanto, aponta que havia uma distinção nos espaços de religiosidade da cidade de Campinas: Enquanto a Matriz Velha e, depois de sua conclusão, a Catedral seriam as igrejas voltadas para as elites brancas, a Igreja (e a irmandade) do Rosário era voltada para o culto e participação da população parda.

---

<sup>147</sup> PASCHOALIN, Thais H.; BODSTEIN, Celso LF. **Pirâmide invertida. O cotidiano no centro de Campinas**. In: XXXI Congresso brasileiro de ciências da comunicação. 2008. p. 1-16. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/expocom/EX9-0542-1.pdf>> acesso em Jul/24

<sup>148</sup> REGINALDO, Lucilene. **Irmandades e devoções de africanos e crioulos na Bahia setecentista: histórias e experiências atlânticas**. Afro-Latin American Religious Expressions and Representations Representaciones y expresiones religiosas afrolatinoamericanas, 2009. p. 25-35

<sup>149</sup> VIOLIN, Caio F. G. **A construção de uma identidade cultural religiosa afrocatólica em terras paulistas: o caso das irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas 2023

Os negros, conforme o autor, corroborado por Ricci<sup>150</sup> e Morales et. al.<sup>151</sup>, foram dela expulsos, criando então um novo local de devoção, a Igreja de São Benedito. Entretanto, o largo em frente à igreja prosseguiu sendo utilizado por toda a população negra da cidade em seu cotidiano e suas manifestações culturais, e era lugar para a realização de cavalhadas e congadas.

O templo, segundo Rosada, passou por diversas transformações durante o tempo de sua existência. A primeira em 1856, por ocasião da visita do Imperador Pedro II à cidade, no contexto em que a matriz nova ainda não estava concluída e a velha, imprópria devido ao pequeno espaço do largo em sua frente, que não comportaria o público de tal evento. Posteriormente, foram construídas duas torres na fachada, que apresentaram problemas estruturais e em 1887 foram retiradas. Depois, já no período de administração dos padres Claretianos, foi feita a demolição da pequena construção original de taipa, ampliando o templo e realizando melhorias internas, finalizada em 1914. Finalmente, em 1930 foi feita mais uma reforma estilística na fachada da igreja.

Ao lado da igreja, localizava-se o cemitério do Rosário, que foi dali removido no final do século XIX, no contexto das reformas motivadas pelas epidemias que transtornaram a cidade.

No princípio da existência da igreja, o largo localizado à sua frente era um espaço aberto sem calçamento. Com o passar dos anos este largo foi arborizado e, a exemplo do que aconteceu com a praça Carlos Gomes, em 1895, é transformada em um jardim nos modelos dos passeios parisienses<sup>152</sup>. Ao seu redor foram construídos os primeiros sobrados da cidade, entre eles o Solar do Visconde de Indaiatuba, que foi edificado em 1846, com a técnica de taipa de pilão com fundamentos em madeira. A fachada passou por modificações nas décadas de 1920 e 1930, o telhado foi reformado na década de 1950, quando outras modificações foram feitas no interior. Uma vez que, pelo menos a partir de 1901 passou a ter uso como sede do Centro de Ciências Letras e Artes, e, posteriormente, do Clube Cultura Artística, diversas alterações se fizeram em suas estruturas originais ao

<sup>150</sup> RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP): Santa Cruz, São Benedito e Rosário**. ANPUH–XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

<sup>151</sup> MORALES, Fábio Augusto; NEVES, Camila Médici. **O Rosário em Campinas: religiosidades negras, flutuação arquitetônica e cultura material na extensão universitária**. Estudos teológicos, v. 57, n. 2, p. 461-474, 2017.

<sup>152</sup> MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **Três Largos Campineiros: Carmo, Rosário e Catedral**. 2001. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

longo do tempo. Em 1994 a edificação passou por um grande incêndio, destruindo-a quase completamente. Anos depois, foi construído no local o prédio que ali se encontra, em um projeto que buscou manter, dentro das possibilidades concretas, algumas características do prédio original.

Na década de 1930, com a mudança do eixo econômico da cidade, que deixava a produção agrícola de café e passava, num processo de diversificação, para os setores imobiliário, industrial, do comércio e dos transportes, e a consequente chegada de uma grande massa de trabalhadores buscando oportunidades, Campinas passou por um período de crescimento acelerado. Neste momento, os representantes do poder político e econômico da cidade decidem pela necessidade de criar um plano urbanístico que desse conta de moldar os espaços aos novos e modernos, conceito que se expressa, segundo Badaró<sup>153</sup>, como “uma certa postura de vanguarda, de ruptura com o passado”. Este plano urbanístico se materializa, então, no Plano de Melhoramentos Urbanos, elaborado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia.

Sem nos estendermos novamente na descrição e discussão dos significados do plano, que a esta altura já deve ter sido trabalhado junto aos alunos, cabe ao professor neste momento discutir a questão central desta parada, a demolição da Igreja do Rosário em 1956, registrada por V8 (Fotografias 22 a 25), no contexto do alargamento das avenidas Campos Salles e Francisco Glicério. Cabe, entretanto, relembrar a justificativa oferecida por Prestes Maia para a escolha destas vias para se tornarem as principais avenidas centrais da cidade e, conseqüentemente, a escolha pela derrubada da igreja:

“As condições campineiras são diferentes (ponderou:) o centro é mais espalhado, a topographia é mais uniforme não há sectores próximos isolados entre sí, não há espaços baldios annulares que facilitem as perimetraes, não há saltos tão bruscos de preços entre o centro e a zona média, **não há monumentos ou aspectos tradicionais centraes á preservar**, não há praça commercial para contruir e encher condignamente, dentro de prazo curto mais de uma ou duas avenidas. Assim sendo, parece preferível a solução das avenidas centraes... Deixando para phase muito posterior o complemento perimetral.”<sup>154</sup>(grifo nosso)

<sup>153</sup> BADARÓ, R. C. Op. Cit. p 149

<sup>154</sup> MAIA, A. Prestes. Rascunho da exposição preliminar. In: Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1935. Campinas: Linotypia da casa Genoud,

Compreendemos assim que, ao desconsiderar a Igreja do Rosário como bem a ser preservado, considerando seus usos sociais e sua importância para a memória e identidade da sociedade, sobretudo das populações negras, podemos compreender que sua demolição se tratou de uma ação que produziu apagamentos, sobre os quais comenta Ribeiro:

“Em uma sociedade como a brasileira, caracterizada em não destacar as historicidades negras, relevando-as a uma condição de subalternidade, quando não de apagamento e silenciamento, sempre foi comum tal fenômeno social e cultural, enquanto elemento primordial de modernização civilizatória. O que em outras palavras, significa haver uma lógica – a qual consideramos perversa e equivocada – de associar-se modernidade e desenvolvimento com a negação ou destruição de qualquer resquício, traço ou menção de africanidade, de negritude, em meio aos nossos conjuntos de relações e estruturas sociais.”<sup>155</sup>

Outro conceito que pode ser mobilizado para a interpretação dos significados da destruição da igreja é o do “embranquecimento” ou “branqueamento”. Sobre eles, Ferreira e Ghirello<sup>156</sup> explicam que pode ser compreendido sob diversos sentidos:

“sendo ora entendido como a incorporação de costumes brancos por povos de origem negra, configurando portanto um embranquecimento no âmbito cultural, ora entendido como o processo de clareamento da população através da miscigenação e da imigração de povos europeus, ora, ainda, entendido como as **políticas que envolveram a promoção deste processo.**” (Grifo nosso)

Com este entendimento, a respeito da demolição propriamente, as autoras apontam:

---

1936, p. 86-96 Apud BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas, o despontar da modernidade**. CEAP/PUCCAMP, 1996. p. 68

<sup>155</sup> RIBEIRO, Christian. **O racismo nosso de cada dia, e o apagamento dos resquícios da Igreja do Rosário na cidade de Campinas!** Portal Geledés. disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-nosso-de-cada-dia-e-o-apagamento-dos-resquicios-da-igreja-d-o-rosario-na-cidade-de-campinas/>> 2023. Acesso em jul/24

<sup>156</sup> FERREIRA, Jane Victal; GHIRELLO Bárbara Campidelli. **Ideário progressista e planejamento urbano: dos territórios negros à cidade dos barões de café**. Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict, 2017.

“sob os argumentos de que “em nome do progresso”, a avenida deveria ser ampliada e a igreja encontrava-se no caminho, ou de que a construção se encontrava em estado de deterioração e portanto precisaria ser demolida. Neste processo, o âmbito cultural no que diz respeito à origem negra deste território destruído pela remodelação urbana, não foi considerado como valor para a sua preservação, uma vez que os atores por trás de sua elaboração à isso não davam importância.”

O Largo do Rosário passou, assim, a se configurar, conforme imaginado por Prestes Maia, em centro cívico. Esta nova vocação, deveria, conforme imaginou o arquiteto, ser materializada na construção de um edifício público, o que se realizou com a edificação, pelo engenheiro e arquiteto José Maria da Silva Neves, do Fórum, conhecido como “palácio da justiça” (Fotografia 22), cuja construção se iniciou em 1941 e foi concluída em 1950, antes, portanto, da demolição da Igreja do Rosário. A área em frente ao prédio tornou-se a praça Guilherme de Almeida, em homenagem ao poeta nascido em Campinas.

Outra questão que as fotografias selecionadas permitem discutir com os alunos é a gestão dos patrimônios públicos da cidade, que se apresenta a partir da observação do monumento a Campos Salles<sup>157</sup>, originalmente localizado no Largo do Rosário, tendo sido removido para a sua posição atual, na avenida que leva seu nome, também por conta das mudanças previstas no plano de melhoramentos urbanos na década de 1950. Originalmente, ele continha uma base em formato de cruz, representando o Brasil (Terra de Santa cruz). Por ocasião da mudança da obra, esta base não foi levada (as peças de granito que a compunham foram descartadas) por não ser adequada para o novo e reduzido espaço, o que gerou uma demanda judicial do artista Yolando Mallozzi, autor da obra. Atualmente a peça não se encontra em bom estado de conservação. Existem marcas severas de corrosão. Diversas partes de bronze foram arrancadas e furtadas, provavelmente para a venda em ferros velhos pelo valor do peso do metal. Isso se percebe claramente nas espadas da alegoria da república, a pena de escrita da imagem representando Campinas e o dedo indicador da imagem do homenageado. No

---

<sup>157</sup> Uhle faz um estudo aprofundado sobre o histórico da obra, se caracterizando como principal fonte de informações para o tópico. Ver: UHLE, Ana Rita. **De casaca ao pé da Estação. História do Monumento a Campos Sales**. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em História. IFCH/UNICAMP, 2006.

momento de escrita deste trabalho, por ocasião das obras de revitalização da avenida, o entorno do monumento está cheio de buracos no chão. Uma placa de informações foi colocada exatamente em frente a escultura de Campos Salles, prejudicando sua visualização.



**FIGURA 67** - Monumento a Campos Salles em sua localização atual.  
Fonte: Acervo pessoal



## 4.6 - Avaliação

Considerando que o objetivo central do trabalho consiste na sensibilização dos estudantes em relação à materialidade da cidade e na historicidade dos lugares, a metodologia utilizada para avaliar o sucesso da proposta deve ter por finalidade permitir que os alunos expressem e que o professor compreenda suas reflexões e a apropriação dos conceitos e temas propostos. Desta forma, como sugestão para este trabalho, propomos que seja organizada e realizada uma exposição fotográfica pelos estudantes, permitindo-lhes mobilizar os conhecimentos com os quais tiveram contato durante as atividades planejadas.

A primeira etapa para a exposição proposta, desta forma, deverá ser a curadoria. Para tal, é necessário inicialmente organizar o material produzido, sobretudo o caderno de anotações e as fotografias tiradas pelos estudantes. É interessante orientar os alunos para realizar, então, a edição destas fotografias. Ressalte-se que a tecnologia das câmeras analógicas e das lentes utilizadas por V8 é diferente daquela presente nos equipamentos de câmeras e celulares digitais. Havendo conhecimento, recursos técnicos e materiais para tal, esta edição pode ser feita por meio de softwares de imagens, mas, em todo caso, é possível realizar cortes nas fotografias impressas, preferencialmente bem ampliadas. Também é interessante permitir neste momento que os estudantes adicionem materiais, sejam fotografias ou documentos outros, que se relacionem às temáticas abordadas, com possíveis complementações que partam de suas vivências nas experiências desenvolvidas em suas comunidades locais, permitindo a valorização destas memórias pessoais e comunitárias e de seu vínculo com os lugares da cidade.

Concomitantemente, os alunos deverão realizar a seleção do material a ser exposto. É interessante que sejam estimulados a escolher, por grupo, ao menos uma imagem para cada temática abordada nas paradas da caminhada, totalizando ao menos cinco. Ainda assim, esta é apenas uma quantidade sugerida, e cada caso, em suas particularidades, pode alterar este número, ampliando-o ou reduzindo-o.

Com a finalidade de estimular os alunos a produzirem um discurso a respeito das considerações e aprendizados propiciados pela atividade, é uma possibilidade propor que escrevam textos que deverão acompanhar as fotografias na exposição, que terão também a função de auxiliar o professor a planejar futuras

abordagens ou sondar questões que possam ter sido compreendidas de forma superficial. Algumas questões que podem auxiliá-los nesta escrita são as seguintes: Quais fotografias foram escolhidas pelo grupo para fazer parte da exposição? Por que estas fotografias foram selecionadas? Com quais aspectos dos conteúdos estudados estas fotografias se relacionam? Sobre quais questões relacionadas a Campinas e seus lugares estas fotografias permitem refletir? Qual o posicionamento do grupo sobre estes aspectos e questões?

Outros textos complementares podem ser sugeridos aos alunos para compor a exposição, como a escrita de uma biografia de V8, a produção de uma linha do tempo histórica da cidade, entre diversas possibilidades. É importante que o professor esteja atento, nesta etapa, para perceber, por meio da escrita realizada pelos alunos, a apropriação destes acerca dos conteúdos trabalhados, diagnosticando possibilidades de aprofundamentos que se fizerem necessárias.

Com o material pronto, as fotografias editadas e impressas e os textos, os alunos deverão dispor de um espaço para a montagem da exposição, conforme a possibilidade da unidade escolar. Caberá aos estudantes, com orientação do professor, realizar a disposição das fotografias pelo ambiente. É importante também que o professor esteja atento nesta etapa e perceba nesta montagem também a aplicação das reflexões disparadas pela atividade por meio da disposição construída pelos alunos.

Por fim, com a exposição montada, os alunos deverão realizar a monitoria dos visitantes, que poderão ser alunos de outras salas e demais membros da comunidade escolar. Esta é uma outra maneira de permitir que os alunos expressem aquilo que aprenderam e ao professor que realize intervenções e novos planejamentos.

## 5. Considerações Finais

A área da educação patrimonial apresenta-se como um campo importante que possibilita uma infinidade de abordagens possíveis. Ela permite a oportunidade de refletir sobre temas que sempre estiveram e cada vez mais tem estado em evidência nas discussões sociais e políticas. É, como metodologia, uma possibilidade aberta de discussão com a sociedade sobre a apropriação dos lugares em sua relação com os diferentes sujeitos que lhes dão sentido e significado.

Em um período onde se debatem questões relativas à valorização do multiculturalismo expresso por identidades diversas, em questões como o racismo e outras formas de discriminação, a violência e a exploração, as memórias são frequentemente evocadas, seja como forma de legitimação de discursos e formas de ser e estar, seja de forma crítica, dada sua natureza de criação social submetida a discursos de poder, explicitando os silenciamentos e opressões que simbolizam e carregam.

A cidade de Campinas como objeto de estudo, neste caso, é particularmente fecunda para a promoção destas reflexões, pois nela se produziram diversas memórias materializadas em patrimônios e monumentos. Apesar disso, a forma como o poder público se relacionou e se relaciona com os bens culturais da cidade também produziu diversos apagamentos e silenciamentos. Podemos falar, neste caso, dos repetidos momentos históricos, como as reformas de natureza higienista do contexto da epidemia de febre amarela, ou o “Plano de Melhoramentos Urbanos”, onde o crescimento da cidade, sempre relacionado a discursos que propagavam o progresso e a modernização, eram acompanhados, no mesmo ritmo, pela exclusão das camadas populares do acesso aos lugares, tanto simbolicamente quanto fisicamente. Buscamos, neste sentido, evidenciar e apresentar aos alunos debates que acerca de algumas destas questões, as quais se expressam nas escolhas dos lugares que compõem a proposta didática, seja para, como nas primeiras paradas, pensar a memória oficial e celebrativa como uma construção ligada aos interesses das elites políticas e econômicas, seja para jogar luz sobre memórias e patrimônios silenciados e destruídos, como no caso do Teatro Municipal ou na Igreja do Rosário. Felizmente, a pesquisa que permitiu a realização do presente trabalho também mostrou que existem iniciativas, merecedoras de mais publicidade e valorização,

que tem buscado promover estes discursos mais diversos e plurais por meio do resgate das experiências vividas por diversos sujeitos sociais.

Ainda sobre as questões que possibilitam considerações importantes, podemos falar também da chocante desvalorização da memória, que se evidencia, por exemplo, na crítica situação em que atualmente se encontram os edifícios históricos e nos patrimônios furtados e depredados em Campinas. Nenhum dos monumentos situados nos locais que constam neste estudo encontra-se em boas condições. Como exemplos, os monumentos em homenagem a Guilherme de Almeida e ao Padre Anchieta foram os mais recentemente furtados, poucos meses antes da entrega deste trabalho, e a eles se somam outros, parcial ou totalmente perdidos.

Este triste contexto se relaciona fundamentalmente com problemas sociais, econômicos e políticos mais amplos, decorrentes de um modelo de sociedade que transformou a cidade em mercadoria e produziu, por um lado, obstáculos à possibilidade da fruição da cidade e do desenvolvimento de relações de pertencimento da população para com os lugares e, por outro lado, a exclusão social a qual, entre muitas consequências, transformou a região central da cidade em uma área degradada.

Considerando, neste sentido, conforme nos mostra Menezes<sup>158</sup>, que a preservação do patrimônio cultural, e, em maior instância, da cidade como bem cultural, se dá com foco no habitante e nas suas relações sociais e afetivas com os lugares, a educação apresenta-se como método para estabelecer este tipo de relacionamento, promovendo os pertencimentos e as identidades. Esta questão tem frequentemente se mostrado como um importante desafio enfrentado por grandes cidades, das quais podemos citar a capital paulista e também Campinas, observável em debates e projetos que buscam revitalizar as regiões centrais marcadas pela violência e pelos conflitos sociais.

Acreditamos, neste sentido, que a educação patrimonial e os aprendizados que ela promove, propostas para as quais este trabalho buscou trazer alguma contribuição, são meios eficazes de fomentar o direito à cidade, produzindo entendimentos que possam apontar caminhos para a mitigação destes problemas.

---

<sup>158</sup> MENEZES, U. T. B. Op. Cit. p 8.

Outro aspecto que deve ser destacado a respeito deste trabalho é relativo ao uso do acervo iconográfico de Aristides Pedro da Silva. Para além de seu relevante trabalho como fotógrafo, buscamos evidenciar a sua importância como agente da memória da cidade. As fotografias que produziu e guardou se configuram uma tentativa de buscar reter os elementos e as histórias de uma cidade que passava por profundas transformações.

Podemos considerar que V8, em certo aspecto, conseguiu alcançar seus objetivos. Sua produção é frequentemente utilizada como elemento integrador da identidade campineira. Ela está presente em blogs, sites e páginas de redes sociais que procuram divulgar conhecimentos, fatos e curiosidades do passado da cidade. Frequentemente, as fotografias que compõem sua coleção são usadas como ilustração ou decoração de ambientes, como restaurantes, bares ou lojas, que buscam promover e evocar relações com Campinas e suas memórias. São, desta maneira, ícones simbólicos diretamente associados em seus significados ao “ser campineiro”.

Ademais, ressalte-se, trata-se de uma produção engajada, a qual criava uma narrativa para a cidade que pode ser compreendida de certa forma como crítica à natureza das transformações urbanas efetivadas pelo poder público, as quais, em nome de noções de modernidade, compreendiam específicos elementos da materialidade da cidade (e os significados sociais relativos à cultura e memória de parte da população) como entraves ao desenvolvimento desejado por estas elites. O aprofundamento da investigação desse diálogo entre este importante acervo e os discursos e projetos de cidade para Campinas, das diversas camadas sociais, desde as elites até os grupos mais subalternizados, apresenta-se como campo vasto, que esperamos, seja desenvolvido em estudos futuros.

Ademais, embora seu acervo seja tão relevante e icônico, a biografia de V8 é pouco conhecida na cidade. Acreditamos que faz muito sentido apresentar a vida e experiência do fotógrafo e memorialista, homem negro que viveu e foi sujeito num período de profundas mudanças na cidade, as quais lhe causaram certamente as inquietações que o levaram a buscar guardar, por meio de imagens, a história da cidade. Reconhecemos, ainda assim, que esta biografia e obra são merecedoras de mais estudos e análises; mas, aqui, também buscamos trazer contribuições para a sua divulgação.

Enfim, o campo dos patrimônios apresenta-se como problemática social e desafio político cuja amplitude toca diversos elementos do cotidiano dos diferentes sujeitos que participam da construção das cidades. É necessário que se discutam coletivamente estas questões; e que, nas escolas, por meio da educação patrimonial, possamos ter um ambiente privilegiado para tal.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha C. e MONTEIRO, Livia N.. Patrimônios Afro-Brasileiros. In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 241-243. 2020
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Projeto e obras do Engº Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX**. Oculum Ensaios, n. 2, p. 10-23, 2002.
- ANDRADE, Mário de. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**, in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 30, 2022.
- ARAÚJO, Rosane Azevedo de. **A cidade sou eu? O Urbanismo do Século XXI** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB – da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007
- BADARÓ, Ricardo de S. C. **Campinas: O Despertar da Modernidade**. Campiniana, nº7. Área de Publicações da CMU/UNICAMP, Campinas/SP 1996
- BARBOSA, Pedro Paulo Lima; LASTÓRIA, Andrea Coelho; CARNIEL, Francislaine Soledade. **Reflexões sobre a história escolar e o ensino por competências na BNCC**. Faces da História, v. 6, n. 2, p. 513-528, 2019.
- BARONI, Gabriel Vinicius, GODOY, João Miguel Teixeira de; **História fabricada: controvérsias em torno da fundação da cidade de Campinas**. Revista de História Regional, v. 16, n. 1, 2011.
- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ**. Revista Brasileira de História de Educação, v. 17, n. 4, p. 132-162, 2017.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de História, memória e história local**. Revista Criar Educação, v. 2, n. 2, 2013.
- BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo; CUNHA, Maisa Faleiros. **Um espaço, dois momentos epidêmicos: surtos de febre amarela (1896-1897) e de gripe**



**(1918-1919) em Campinas, estado de São Paulo.** Revista brasileira de estudos de população, v. 36, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história** In: **O Anjo da História**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BERTINATO, Wania Lucy Martin. **A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas: a trajetória do Condepacc (1987-2008)**. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado apresentada a Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas.

BEZERRA, Márcia. Patrimônio e Educação Patrimonial. In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 63-65. 2020

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011, 4a. edição.

BRASIL. Constituição (1988).

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final**. Brasília: MEC, 2017.

BRAGA, Paula Marques; SCHICCHI, Maria Cristina. **Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade**. Revista CPC, n. 3, p. 33-52, 2007.

BRITO, Eliane Maria. **A romanização no Espírito Santo: D. João Nery (1896-1901)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2007.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. **Vozes em disputa no campo da História e seu ensino: as controvérsias da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular**. Revista Escrita da História, v. 5, n. 10, p. 36-69, jul./dez. 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. **A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?**. Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação, v. 3, n. 4, 2016. p.86-92

CAMPINAS. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação**, 2ª

Edição, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico de Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Quadros de Suporte Pedagógico das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental:** Subsídios à Prática Educativa, 2ª Edição. elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico de Campinas, 2015.

CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e Bairristas: Memórias e Trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP. Campinas, 2007.

CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos.** Campinas: Editora Unicamp. 2020

CARVALHO, Edemir de. **Crise urbana e habitação popular em Campinas, 1870-1956.** 1991. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1991.

CARVALHO, Maria Cristina W. de. **Bem-morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus.** Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 4, p. 165-200, 1996.

CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local: desafios, limites e possibilidades.** Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, p. 147-165, 2012.

COELHO, Rodrigo Pereyra de S. **A formação de um território desigual: uma breve história de Campinas (1774-1930).** UNIVERSITAS, n. 13, 2014.

DEMARCHI, João Lorandi. **Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial.** 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DIAS, Guilherme e SILVA, Guilherme de O. **Rotas da Gente Negras** (Palestra), IFCH - UNICAMP, Campinas/SP. 21 de Novembro de 2022

DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins.** Editora Senac. São Paulo, 2023.

FARDIN, Sonia Aparecida. **Revelações do imaginário: iconografia campineira do final do século XIX.** 2001. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. org. **Fragmentos de uma demolição: História Oral da demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes.** SMCT-MIS Campinas, 2000. pp 114

\_\_\_\_\_. **Um álbum, para nos inquietar.** In. Campinas 250 anos, 250 fotos [recurso eletrônico]. org.: Ana Cláudia Cermaria Berto. Campinas, CMU Publicações. 2024 disponível em [https://drive.google.com/file/d/1leTa8\\_diSJQ3A4YDebkBjd\\_aUgrV-4EI/view](https://drive.google.com/file/d/1leTa8_diSJQ3A4YDebkBjd_aUgrV-4EI/view) Acesso em Jul/2024 p.25-33

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana.** Geografia Ensino & Pesquisa, p. 115-122, 2015.

FERREIRA, Jane Victal; GHIRELLO Bárbara Campidelli . **Ideário progressista e planejamento urbano: dos territórios negros à cidade dos barões de café.** Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict, 2017.

FLORENCIO, Sonia R.R. **Educação Patrimonial: Algumas diretrizes conceituais.** In: Cadernos do patrimônio cultural. Org. Adson R.S. Pinheiro - Fortaleza: Secultor: IPHAN, 2015. p. 19-30

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Editora Paz e terra, 2014.

GALETTTO, K. C. **O Dark Tourism como possibilidade de experiência turística no município de Campinas (Brasil)** - Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade do Minho. Braga - Portugal, 2022

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017).** Clio: Revista de Pesquisa Histórica, v. 38, n. 1, p. 107-127, 2020.

GODOY, João Miguel Teixeira de. **Ingerências da memória na história: o caso das cidades paulistas.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 40, p.69-94, 2011.

GONÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. **A coleção fotográfica V-8.** Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 13, p. 253-269, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.28, n.55, p.211-228, jan.jun./2015.

\_\_\_\_\_. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. IPHAN, 2007.

HADLER, Maria Sílvia Duarte; PINTO JR, Arnaldo. **Documentos, experiências sensíveis e ensino de história**. ABEH. Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História. Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História - Perspectivas Web 2020. Ponta Grossa: ABEH, 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História** - 4. ed.- São Paulo: Ateliê Editorial, 2012

KROGH, D da S. **A Reconfiguração Urbana de Campinas no Contexto das Epidemias de Febre Amarela no Final do Século XIX (1880-1900)**. Dissertação de Mestrado em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação na Área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012.

LAPA, José Roberto do A. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900**. Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

MACHADO, Diego F. Patrimônio e Vandalismo. In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 201-204. 2020

MARETTI, Marialba. **Escadaria florida: 22 anos da lavagem da escadaria da Catedral Metropolitana de Campinas**. Antropologia Experimental, n. 7, 2007.

MARTINS, Valter. **Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX**. Oculum Ensaios, n. 2, p. 44-57, 2002.

\_\_\_\_\_. **Saneamento urbano e problemas sociais em tempos de epidemia. Campinas, final do século XIX**. In: X Jornadas Interescuelas/Departamentos de

Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, 2005.

MAYER, Jorge Miguel. MAIA, Prestes. In. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL/FGV Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-prestes-maia>> Acesso em Ago/24

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação**. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, v. 23, n. 1, p. 41-48, 2015.

MIRANDA, Sonia Regina; ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. **Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro**. Escritas do Tempo, v. 2, n. 5, p. 10-38, 2020.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

MONTEIRO, Ana Maria Reis Góes. **Ramos de Azevedo e a modernidade urbana da Campinas dos barões do café**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. AMPUR, 2005.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. **Três Largos Campineiros: Carmo, Rosário e Catedral**. 2001. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: o ensino em Campinas no final do século XIX**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 11, n. 1-2, p. 101-134, dez. 1985.

MORALES, Fábio Augusto; NEVES, Camila Médici. **O Rosário em Campinas: religiosidades negras, flutuação arquitetônica e cultura material na extensão universitária**. Estudos teológicos, v. 57, n. 2, p. 461-474, 2017.

MENEGUELLO, C. .. Patrimônios Díficeis (Sombrios). In CARVALHO, A; MENEGUELLO, C (Orgs) **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, p. 245-247. 2020

MENESES, Ulpiano T. B. de. **A Cidade como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio histórico urbano**. Patrimônio: atualizando o debate. IPHAN, São Paulo, p. 34-77, 2006.

\_\_\_\_\_. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-23, 1992.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

\_\_\_\_\_. **Memória: da liberdade à tirania**. Revista Musas, v. 4, p. 6-10, 2009.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, v. 1995, n. 2, 1965.

NUNES, Danilo Ciaco. **Práticas de divertimento em Campinas no fim do século XIX (1870-1900) : tensões e conformidades com o desenvolvimento capitalista**. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP.

OLIVEIRA, Almir. Educação Patrimonial in FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2019. p. 98-101

OLIVEIRA, M. R. da S., FERREIRA, C. L., & GALLO, H.. **Memórias (In)visíveis: reflexões sobre o centro de Campinas-SP**. Revista AR Campinas 2017

PASCHOALIN, Thais H.; BODSTEIN, Celso LF. **Pirâmide invertida. O cotidiano no centro de Campinas**. In: XXXI Congresso brasileiro de ciências da comunicação. 2008. p. 1-16.

PEDROSO, Marialice Faria. **Metáfora da modernidade: Teatro Municipal Carlos Gomes**. 2003. 306p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 11-23, 2007.

PISTORELLO, Daniela. Itinerários, rotas e roteiros em patrimônio. In: CARVALHO, Aline, MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Unicamp, 2020, p. 123-126.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIRÓS, C. S. F. **Lamego: do génio do lugar ao génio dos homens. Uma visão paradoxal entre a modernização urbanista e a destruição patrimonial**. Genius Loci: lugares e significados. Places and Meanings. Porto: CITCEM–Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, p. 29-42, 2018.

REGINALDO, Lucilene. **Irmandades e devoções de africanos e crioulos na Bahia setecentista: histórias e experiências atlânticas**. Afro-Latin American Religious Expressions and Representations Representaciones y expresiones religiosas afrolatinoamericanas, 2009. p. 25-35

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RIBEIRO, Christian. **O racismo nosso de cada dia, e o apagamento dos resquícios da Igreja do Rosário na cidade de Campinas!** Portal Geledés. disponível em <https://www.geledes.org.br/o-racismo-nosso-de-cada-dia-e-o-apagamento-dos-resquicios-da-igreja-do-rosario-na-cidade-de-campinas/> 2023. Acesso em jul/24

RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CUNHA, Maísa Faleiros da. **A “Segunda Escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888**. História (São Paulo), v. 37, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, M. A. R. **Preços de escravos em Campinas no século XIX**. História Econômica & História de Empresas, v. 20, n. 1, 31 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **O visconde imigrantista e sua escravaria**. História e Economia – Revista Interdisciplinar. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 105-126, 1o sem. 2014.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP)**: Santa Cruz, São



**Benedito e Rosário.** ANPUH–XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

RODRIGUES, Fabíola. **O plano “Prestes Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista.** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 4, n. 1, p. 125-151, 2012.

\_\_\_\_\_. **A invenção da cidade: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006).** Campinas, 2008, Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas

RODRIGUES, Marly. **Alegorias do Passado: A Instituição do Patrimônio Em São Paulo, 1969-1987;** 1994; Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas,; Orientador: Edgar Salvadori de Decca;

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSADA, Mateus et al. **O templo como vitrine da cidade A matriz nova de Campinas.** Anais do Seminário Internacional Representações da Cidade no mundo lusófono e hispânico. Rio de Janeiro, p.1-11. 2013

\_\_\_\_\_. **Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939).** 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas Históricas: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968.** Dissertação de Mestrado em antropologia. Orientador: Antônio A. Arantes Neto. Campinas: IFCH, UNICAMP, 1991.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro.** Campinas, SP: Unicamp, 2002.

SANTOS, Kleiton de Araújo. **Maestro Carlos Gomes e a República: simbologias e interesses políticos na representação do patrono da música brasileira e herói da pátria.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco. Recife 2020.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Patrimônio Cultural da Região Metropolitana de Campinas** - EMPLASA. 2018 disponível em: <<https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/PATRIMONIO-CULTURAL-DA-REGIÃO-METROPOLITANA-DE-CAMPINAS.pdf>> acesso em Ago/24

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Fotografias na Unicamp: entre o documento e o arquivo**. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 14, n. 24, p. 109-120, 2012.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

SILVA, Úrsula Andréa de Araújo. **Práticas educativas interculturais no Brasil do século XVI: experiências narradas nas cartas do padre jesuíta José de Anchieta**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOARES, Taís Castro. **Fotografia, memória e patrimônio**. *Leopoldianum - Revista de Estudos e Comunicação da Universidade Católica de Santos*. Santos/São Paulo: Editora Universidade Leopoldianum, ano, v. 34, p. 92-93, 2008.

TEIXEIRA, Renata Maria. **Tempo Redescoberto nas Fotografias de Aristides Pedro da Silva, V8**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. *Caderno Temático*, v. 5, p. 38-48, 2016.

UHLE, Ana Rita. **De casaca ao pé da Estação. História do Monumento a Campos Sales**. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em História. IFCH/UNICAMP, 2006.

ULRICH, Aline. **Guilherme de Almeida e a construção da identidade paulista**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

VILLELA, Américo Baptista. **A cidade representada: as ruas da cidade e a memória republicana em Campinas**. Revista CPC, n. 6, p. 102-118, 2008.A, n. 3, p. 209-230.

VIOLIN, Caio F. G. **A construção de uma identidade cultural religiosa afrocatólica em terras paulistas: o caso das irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas 2023

YÁZIGI, Eduardo. **A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes**. Revista GeolNOVA, Nova Lisboa, n. 12, p. 65-81, 2006.

ZIMMERMANN, Augusto. **Rui Barbosa, o “águia de Haia”: um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na segunda Conferência de Paz de Haia**. Revista Achegas,[sl], n. 33, 2007.

**APÊNDICE A - Sequência didática da Rota 1**  
**Aula 1 e 2 - O Fotógrafo e a Cidade**

# Aristides Pedro da Silva V-8



Aristides Pedro da Silva nasceu em Campinas, na região do atual distrito de Sousas, no ano de 1921, onde seu pai era administrador da fazenda Atibaia. Ainda muito jovem, sua família (pai mãe e sete irmãos) se mudou para valinhos, onde seus pais passaram a trabalhar no Hotel Fonte Sonia, construído na Fazenda Cachoeira, de propriedade do prefeito de Campinas Orozimbo Maia.





Após a venda do hotel, em 1937, mudou-se para a região central de Campinas, onde trabalhou em diversas funções, mas seu principal interesse eram as artes. Ele chegou a estudar artes plásticas em 1938, mas devido aos altos custos do curso, acabou o abandonando



Casa onde viveu V-8, na rua Júlio Frank  
(Foto: Celso Bodstein – 31/07/07)



Esta vocação teve oportunidade de se desenvolver alguns anos mais tarde, quando com a ajuda de seu amigo Mário de Oliveira, Aristides iniciou seu trabalho como fotógrafo. Conforme ia aprendendo as técnicas de fotografia, ele passou a registrar imagens de jogos de futebol da cidade, além de abrir um estúdio, onde fazia a princípio fotos 3x4.



V-8 no estádio Moisés Lucarelli (Foto: Gilberto De Biasi)

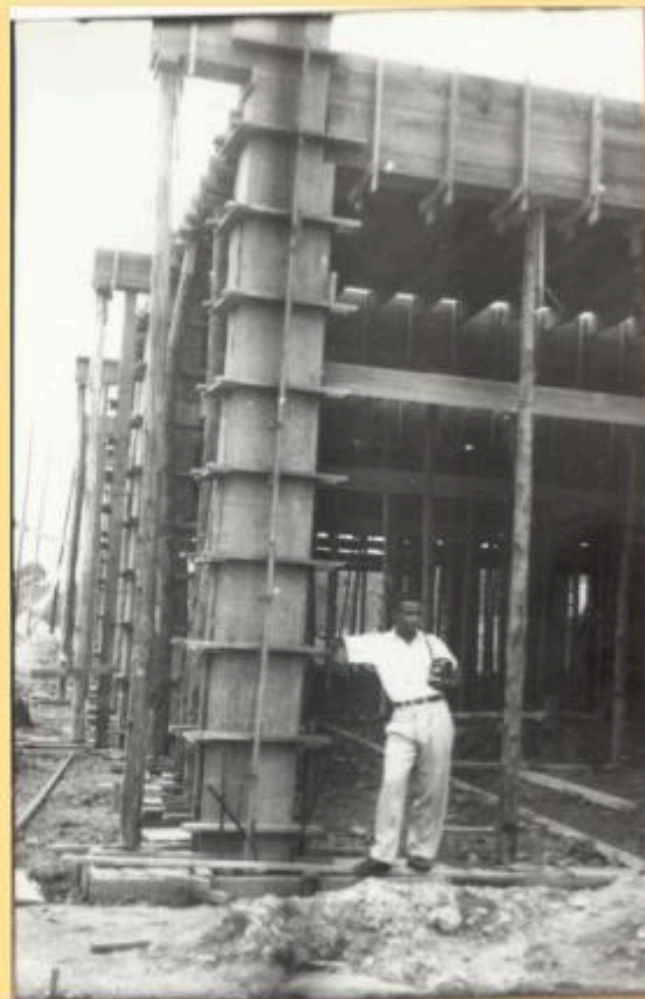
Seu apelido, V-8, na verdade foi herdado de um irmão que era assim conhecido. Com ele, abriu seu estúdio chamado “Foto V-8”. Conforme ia ganhando habilidade e conhecimento, passou a realizar também trabalhos externos, iniciando com casamentos, e posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, fotos que chamava de “reportagens”, onde registrava momentos importantes da cidade de Campinas.



Bonde na Av. Francisco Glicério (Foto: Aristides Pedro da Silva - V-8)



As fotos que produziu documentaram um período de grandes transformações na cidade. Eles foram fruto de um projeto de planejamento chamado “Plano de Melhoramentos Urbanos” elaborado pelo engenheiro e arquiteto Prestes Maia. Entre as imagens produzidas por V-8 neste momento, destacam-se as de demolições de edifícios da cidade, do fim do transporte por bondes e de construções marcantes.



V-8 na construção do Estádio Brinco de Ouro (Foto: Aristides Pedro da Silva - V-8)



Além de produzir imagens, V-8 também era colecionador de fotografias antigas da cidade. A coleção se iniciou com cartões postais que sua mãe guardava, e cresceu com doações de pessoas que conheciam o interesse do fotógrafo. Elas datam desde o final do século XIX, sendo as mais antigas de 1878. Este acervo, que tem por volta de 4500 fotografias, entre as colecionadas e as produzidas por ele, encontra-se hoje no Centro de Memória da UNICAMP.



Largo do Rosário em 1898 (Foto: Coleção de Aristides Pedro da Silva - V-8)

## Referências:

GONÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. A coleção fotográfica V-8. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 13, p. 253-269, 2005.

RODOLPHO, Patrícia. Fotografia e transformações urbanas: as "âncoras temporais" como permanências na memória da cidade. Studium, n. 18, p. 76-92, 2004.

TEIXEIRA, Renata Maria. Tempo redescoberto nas fotografias de Aristides Pedro da Silva, V8. 2008. Tese de Doutorado. [sn].





# Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas ou Plano “Prestes Maia



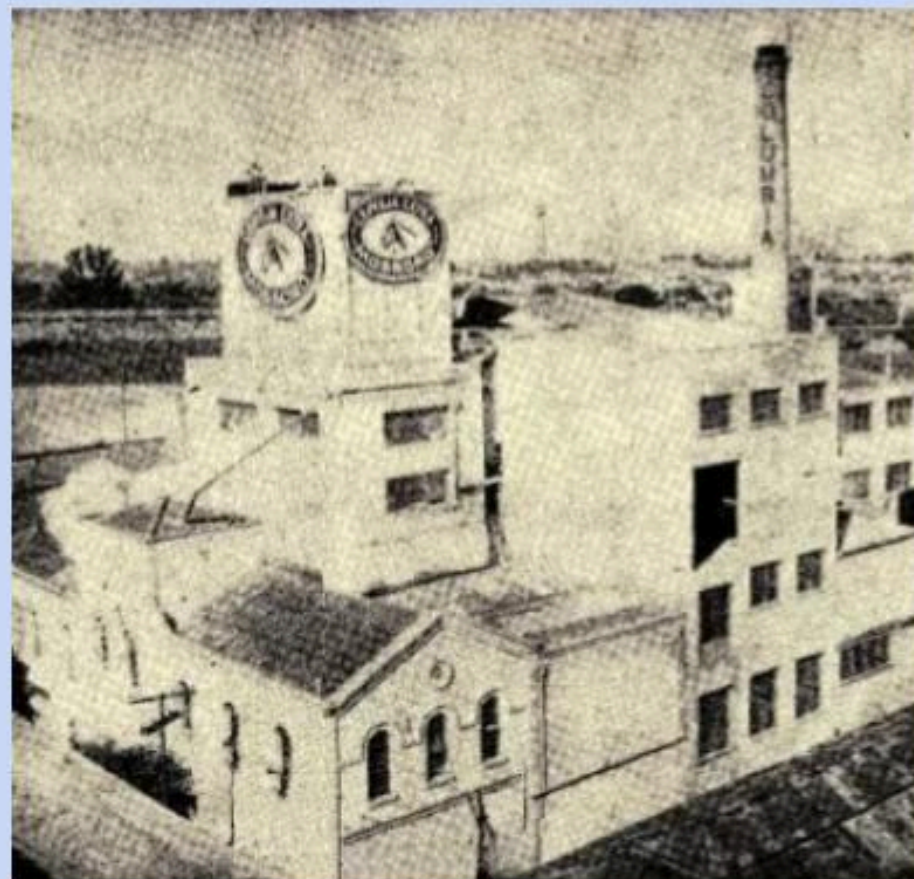
Até o início do século XX o café havia sido o principal produto de exportação do Brasil, e a cidade de Campinas era grande produtora. Esse cultivo deixou marcas na forma e na organização da cidade, das quais algumas estão presentes até os dias atuais. Diversos edifícios históricos da cidade estão, direta ou indiretamente relacionados à economia do café, ao seu transporte e ao seu plantio.



Cartão Postal de Campinas - Década de 1870 - Editado por A. Genoud



Na década de 1930, entretanto, por conta de diversos fatores econômicos e políticos, os preços internacionais do café caíram muito. Os grandes fazendeiros da região já vinham, há algum tempo, diversificando seus negócios, e a cidade se industrializava e crescia. Surgiu daí a vontade por parte das elites da cidade de reorganizá-la em um modelo mais moderno para o momento.



Fábrica de Cerveja e Gelo Columbia, na Avenida Andrade Neves. Autor desconhecido. Fonte: Blog Pró-memória de Campinas

Para planejar estas transformações foi escolhido, em 1934, o engenheiro e arquiteto Prestes Maia, que elaborou o chamado Plano de Melhoramentos Urbanos, que tinha por objetivo modificar a cidade para uma versão que estivesse mais adequada ao novo momento pela qual ela passava



Francisco Prestes Maia



O chamado “Plano Prestes Maia” envolveu diversos interesses das elites da cidade, como os do setor imobiliário, comercial e de transportes, alterando e transformando profundamente a região central da cidade, ampliando avenidas e ruas. Nas áreas ao redor do centro, foram planejados bairros, voltados para a crescente quantidade de pessoas que chegavam para trabalhar principalmente nas indústrias que nasciam.



Década de 1940. Vista aérea do Jardim Chapadão, vendo-se ao centro a Torre do Castelo e ao seu redor as diretrizes viárias propostas pelo Plano de Melhoramentos Urbanos. Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Campinas

Durante os quarenta anos da implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos, para tornar a cidade mais próxima daquilo que havia sido idealizado, foram realizadas diversas desapropriações e demolições na região central. Diversos antigos casarões, marcas do período onde os barões do café viviam na região, foram derrubados. Também foi demolido o Theatro Municipal.



Cartão Postal do Theatro Municipal de Campinas



Outra edificação que foi destruída para a implementação do plano Prestes Maia foi a igreja do Rosário. Ela se localizava na Praça Visconde de Indaiatuba e foi tão marcante para a memória da cidade que o local, até hoje, ainda é popularmente conhecido como Largo do Rosário, em 1956, para o alargamento da Avenida Francisco Glicério.



Vista Parcial de Campinas, década de 1910. Autoria Não Identificada. Centro de Memória da UNICAMP



A demolição da Igreja do Rosário causou, no período de sua efetivação, diversos protestos na sociedade de Campinas. Ela é um exemplo das intenções que orientaram o Plano de Melhoramentos Urbanos. Para que se possa entender melhor a questão, é importante refletir sobre o fato de que este templo estava diretamente ligado às camadas populares da cidade, sobretudo às populações negras.



Vista Aérea de Campinas 1938. ENFA.  
Centro de Memória da UNICAMP



Sua destruição pode ser compreendida, assim, como uma forma de apagamento das memórias dessa população.



Igreja do Rosário parcialmente demolida, em 1956. Fotografia de Aristides Pedro da Silva Centro de Memória da UNICAMP

## Referências:

BADARO, Ricardo de Souza Campos; LIMA, Luiz Gastao de Castro. Plano de melhoramentos urbanos de campinas (1934-1962). 1987.

MORALES, Fábio Augusto; NEVES, Camila Médici. O ROSÁRIO EM CAMPINAS:: RELIGIOSIDADES NEGRAS, FLUTUAÇÃO ARQUITETÔNICA E CULTURA MATERIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Estudos Teológicos, v. 57, n. 2, p. 461-474, 2017.

MOREIRA, DANIEL DE CARVALHO. Reconstituição de Projetos de Arquitetura: A Fachada do Antigo Teatro Municipal de Campinas. 2000. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

RODRIGUES, Fabíola. O plano "Prestes Maia" e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 4, n. 1, p. 125-151, 2012.



Plano de Melhoramentos de Campinas: perspectiva da Avenida Campos Sales. Fonte: Revista Oficial da Exposição-Feira do Bi-Centenário de Campinas (1739-1939. São Paulo: J. Gozo, 1940.

## **APÊNDICE B - Caderno de Pesquisa de Campo**

# A CIDADE DE CAMPINAS PELAS LENTES DE ARISTIDES PEDRO DA SILVA

## V8



**ALUNOS:**


## CADERNO DE PESQUISA DE CAMPO

Este caderno nos auxiliará na atividade de campo a se realizar. Ele contém as fotografias produzidas e colecionadas por Aristides Pedro da Silva, fotógrafo de Campinas cuja biografia estudamos nas aulas anteriores. Todas as fotos aqui apresentadas têm seus originais arquivados no Centro de Memória da UNICAMP. A atividade que realizaremos tem por objetivo observar e analisar os lugares registrados por V8 (apelido de Aristides) e buscar compreender, por meio deste estudo, algumas das características da história de nossa cidade.

Cada uma das fotografias neste caderno está acompanhada por um campo de descrição, onde os alunos do grupo deverão registrar aquilo que podem identificar na imagem. É importante observar os detalhes dos elementos do local, como construções, objetos, pessoas, plantas, etc. Veja como é o local retratado, como eram as roupas, os veículos, as placas, enfim, tudo o que aparece na imagem. Algumas fotografias fazem parte de sequências, e é importante perceber isso ao realizar o preenchimento deste campo.

No verso da imagem, há uma página em branco onde as equipes deverão escrever suas reflexões e as ideias que surgirem durante o estudo do meio. É aqui que deverá ser colocada a comparação entre a fotografia do passado e a imagem do presente que iremos encontrar. É importante anotar as mudanças (as diferenças que ocorreram entre um tempo e outro) e as permanências (as coisas que se mantiveram até a atualidade). Este também é o espaço para formular hipóteses (buscar explicações) tanto para aquilo que se transformou quanto para aquilo que não se transformou. Porque determinadas construções ainda existem, enquanto outras foram perdidas?

Durante a atividade ainda teremos alguns desafios! Os alunos do grupo deverão tentar reproduzir, de forma atualizada, as fotografias feitas por V8. Fiquem atentos às construções e aos lugares apresentados.

Boa atividade a todos e todas!

## FOTOGRAFIA 1



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]

























## ANOTAÇÕES

[illegible]











## FOTOGRAFIA 9



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]



## FOTOGRAFIA 10



## DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]







## ANOTAÇÕES

[illegible]









## ANOTAÇÕES

[illegible]





## FOTOGRAFIA 15



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]

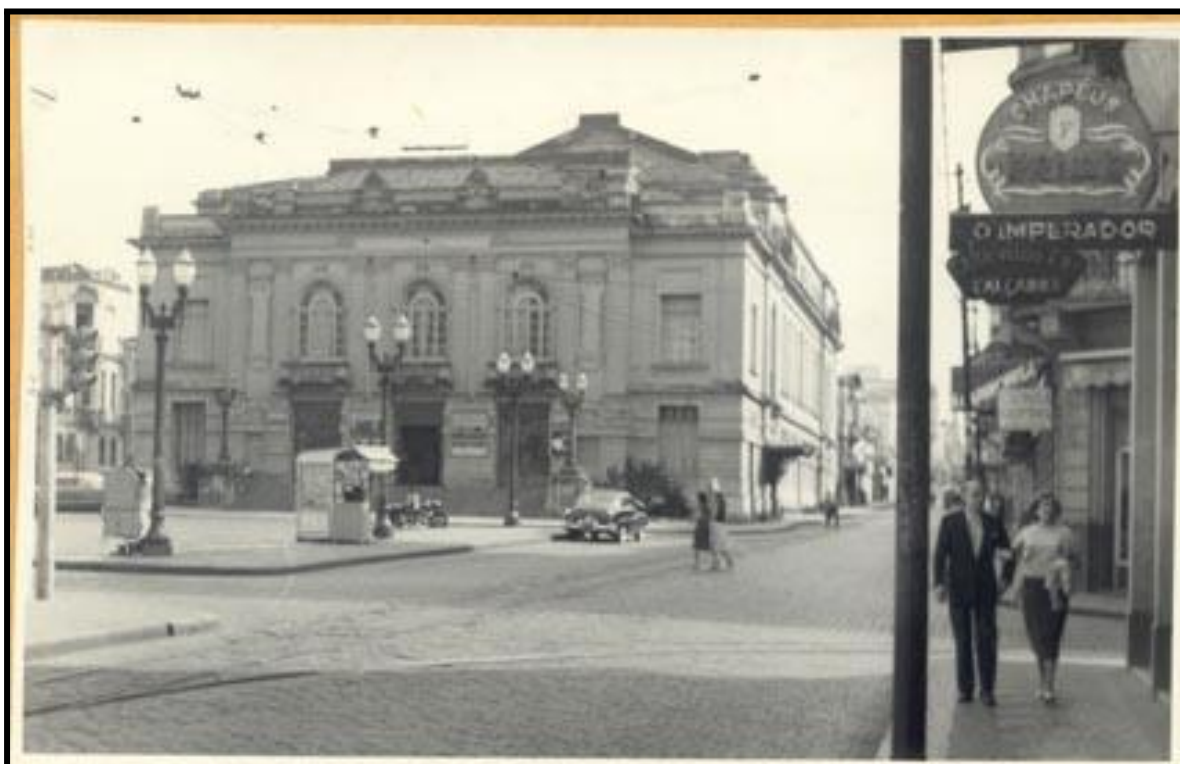








## FOTOGRAFIA 17



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]







## FOTOGRAFIA 19



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]





## FOTOGRAFIA 20



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]

## ANOTAÇÕES

[illegible]

## FOTOGRAFIA 21



### DESCRIÇÃO DA IMAGEM

[illegible]







## ANOTAÇÕES

[illegible]























## **APÊNDICE C - Fichas de apoio**

### Aristides Pedro da Silva - V8



Aristides Pedro da Silva, conhecido como V8 (apelido herdado de seu irmão), foi um importante fotógrafo e memorialista de Campinas. Ele nasceu na cidade, em 1921, e faleceu em São Paulo, em 2012. Durante seus primeiros anos viveu principalmente no Hotel Fonte Sônia, localizado na Fazenda Cachoeira, em Valinhos. Aos 17 anos, com a venda do hotel, muda-se com a mãe para uma casa na região central de Campinas, onde começa a trabalhar em diversas ocupações. Em 1947 se interessa pela fotografia e passa, ainda como amador, a estudar, produzindo imagens esportivas, uma vez que o futebol era uma de suas maiores paixões, tendo sido inclusive treinador das categorias de base do Guarani Futebol Clube.

Em 1955 abre, também na região central da cidade, um estúdio fotográfico, realizando inicialmente registros de eventos sociais e fotografias para documentos. Neste período, Aristides passa a também produzir, resgatar (por meio de doações que recebia e, por vezes, buscando fotografias que seriam descartadas) e guardar diversas imagens icônicas da cidade, as quais preservam parte significativa de sua história, sobretudo no período entre as décadas de 1950 e 1970, contemporâneo às profundas reformulações da região central levadas a cabo pelo Plano de Melhoramentos Urbanos, que foi marcado por diversas demolições dentre as quais podemos citar a da Igreja do Rosário, do Teatro Municipal e diversos casarões.

#### Fontes:

TEIXEIRA, Renata Maria. **Tempo Redescoberto nas Fotografias de Aristides Pedro da Silva, V8**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

GONÇALVES, Cássia Denise; MARCONDES, Marli. **A coleção fotográfica V-8**. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 13, p. 253-269, 2005.



## Monumento Homenagem à César Bierrenbach

**Artista:** Rodolfo Bernardelli **Ano:** 1912



O monumento em homenagem a César Bierrenbach consiste em um pedestal de granito encimado por um busto de bronze representando o homenageado, e uma placa (furtada) de bronze com os dizeres “Ao tribuno Cesar Bierrenbach - sua cidade natal - MCMVII” . Originalmente estava instalado na praça Visconde de Indaiatuba (popularmente conhecida como Largo do Rosário).

César Bierrenbach é descrito como um excelente orador, professor e advogado nascido em Campinas. Foi membro fundador do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (CCLA) e também é atribuída a ele a campanha para que o corpo do falecido maestro Carlos Gomes fosse trazido para sua cidade natal. Suicidou-se em 1907, aos 35 anos e, já no ano seguinte, o então prefeito Orozimbo Maia decretou em sua homenagem a renomeação da rua na região central que até hoje permanece.

Seu pai foi delegado de polícia e junto com seus tios fundaram uma fábrica de chapéus e uma fundição para equipamentos de beneficiamento de café. Também eram proprietários de fazendas e tinham envolvimento com a política do município (seu tio foi vereador por duas legislaturas). Participaram da fundação da Escola Alemã e do Colégio Culto à Ciência, onde César Bierrenbach lecionou.

### Fontes:

**ITEM 1206 - RUA CESAR BIERRENBACH** - Acervo Arthur Nazareno Pereira Villagelin - CMU. Disponível em: <<https://memoriae.cmu.unicamp.br/index.php/rua-cesar-bierrenbach-2>>  
SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.

## Monumento a Bento Quirino

**Artista:** Amadeu Zani **Ano:** 1918



O monumento em homenagem a Bento Quirino consiste em uma estátua de bronze, representando o político de Campinas, colocada sobre um pedestal de granito. A frente consta uma placa com os dizeres “Bento Quirino - 1837 - 1937”. Foi originalmente inaugurado, em 1918, no saguão do Instituto Profissional Bento Quirino, cuja construção hoje abriga o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA), sendo removido para o lugar atual por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do homenageado, em 1937.

Bento Quirino dos Santos foi um político republicano, membro da maçonaria e rico capitalista da cidade de Campinas, presidente da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro nas décadas finais do século XIX. Atuou também como vereador, delegado e juiz de paz.

A ele é atribuída uma grande obra de benemerência, tendo sido um dos fundadores das escolas Culto à Ciência e da Escola Politécnica de Comércio, que mais tarde receberia seu nome, além da Santa Casa de Misericórdia, do Matadouro e da Cia. Campinense de Iluminação a Gás.

### Fontes:

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O ideário republicano e a educação: o ensino em Campinas no final do século XIX. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 11, n. 1-2, p. 101-134, dez. 1985.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.



## Homenagem a Dom João Nery

**Artista:** Fernando Frick **Ano:** 1924



O monumento em homenagem a Dom João Nery é composto por uma estátua em bronze representando o primeiro bispo de Campinas sobre um pedestal de granito mostrando o brasão de armas de seu episcopado e os dizeres “Homenagem a D. João Nery”. Na base existe a figura de uma mulher carregando um livro e de duas crianças, representando a instrução e a caridade. Na lateral temos um lado com a figura da mitra e do báculo e no lado oposto, um livro ornamentado com ramos de café,

Nascido em Campinas, em 1863, João Batista Corrêa foi ordenado padre na cidade, em 1886, adotando o sobrenome Nery em homenagem a São Filipe Nery. Em 1895, é ordenado bispo e passa, no ano seguinte, a gerir a recém-criada diocese do Espírito Santo, sendo transferido para Pouso Alegre em 1901 e retornando para Campinas para assumir a também nova diocese em 1908. Em sua atuação foi uma figura importante durante a epidemia de febre amarela de 1889, contexto em que funda a sociedade protetora dos pobres. Fundou também uma escola para filhos de operários da cidade, que mais tarde viria a se tornar o Liceu Salesiano, além de participar na criação da creche Bento Quirino e do Externato São João.

### Fontes:

BRITO, Eliane Maria. **A romanização no Espírito Santo: D. João Nery (1896-1901)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.

## Homenagem a Ruy Barbosa

**Artista:** Ettore Ximenes **Ano:** 1924



O monumento é composto por um busto em bronze de grandes proporções, colocado sobre um pedestal de granito com os dizeres “Ruy Barbosa” (algumas letras foram furtadas), posicionado na esquina da praça Carlos Gomes, voltado para o local onde se localizava o Mercado das Hortaliças, atual largo das andorinhas, onde estas aves se aninhavam quando passavam por Campinas em sua migração anual, cuja vista teria inspirado o poema “As Andorinhas de Campinas”, escrito pelo homenageado.

Ruy Barbosa nasceu em Salvador, no ano de 1849, e foi escritor, jurista e político, apoiando a causa abolicionista e a republicana. Foi o primeiro ministro da fazenda após a proclamação da República, senador e embaixador, além de ser autor, juntamente com Prudente de Moraes, da constituição. Concorreu duas vezes ao cargo de presidente da república, não se elegendo em nenhuma delas.

Representou o Brasil, em 1907, na conferência de Haia, onde defendeu a participação mais abrangente das nações no tribunal internacional que viria a arbitrar os conflitos internacionais.

Foi também membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 10 e presidindo a organização entre 1908 e 1919.

### Fontes:

ZIMMERMANN, Augusto. **Rui Barbosa, o “águia de Haia”: um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na segunda Conferência de Paz de Haia.** Revista Achegas,[sl], n. 33, 2007. SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas.** Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.



## Homenagem ao Dr. Tomás Alves

**Artista:** Marcelino Velez **Ano:** 1925



Tomás Augusto de Melo Alves nasceu no Rio de Janeiro em 1857. Formou-se em medicina em 1882, mudando-se para Campinas no mesmo ano. Tanto na capital como na nova cidade, atuou como jornalista. Por ocasião da epidemia de febre amarela que assolou a população campineira em 1889 e, posteriormente, na epidemia de gripe espanhola, em 1918, Tomás Alves teve destacada atuação. Na área política foi intendente municipal por dois mandatos e também vereador. Fundou também a maternidade de Campinas e foi presidente do Centro de Ciências letras e artes

O monumento ao Dr. Tomás Alves era composto por quatro figuras em bronze, dispostas sobre uma base de granito. Ao centro sobre um pedestal localizava-se o busto do médico. Nas laterais e ao centro, abaixo do busto, estavam dispostas três figuras femininas que representavam a princesa D'oeste (a cidade de Campinas), a medicina e a gratidão. As quatro estátuas, entretanto, não estão na base, que está vazia desde abril de 2013. Elas foram retiradas do local, sendo a última parte retirada o busto, que havia sofrido depredação numa tentativa de furto, mas não foi levado. Segundo noticiado, as peças estariam sob guarda do Departamento de Praças e Jardins e seriam restauradas, porém, uma década depois, ainda não foram recolocadas em seu local. Até o momento, o elemento que restava, a placa com os dizeres “Ao Dr. Thomaz Alves - Homenagem do Povo” também foi retirada.

### Fontes:

**ITEM 4662 - AVENIDA DOUTOR THOMAZ ALVES** - Acervo Arthur Nazareno Pereira Villagelin - CMU. Disponível em: <<https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/avenida-doutor-thomaz-alves-2>> SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas

## Monumento 200 anos de Campinas

**Artista:** Lélío Coluccini **Ano:** 1974



O monumento em comemoração aos duzentos anos de Campinas está localizado no Largo das Andorinhas, local onde, anteriormente, localizava-se o Mercado de Hortaliças. Foi encomendado pela municipalidade. É composto por uma base em concreto de 28 metros de altura com o ano 1774 na parte frontal inferior e o ano 1974 na ponta superior, cujo formato foi planejado para projetar em sua sombra o formato do número 2.

Sobre esta base existe uma alegoria em bronze composta por uma figura feminina coroada representando a “Princesa do Oeste”, alcunha pela qual o município passou a ser chamado no período da expansão da cultura do café. Esta figura carrega nas mãos o brasão da cidade, e tem uma área vazada no peito em formato de coração, representando o “coração aberto” de Campinas.

### Fontes:

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas.** Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.



## Monumento a José de Anchieta (furtado)

**Artista:** Amadeu Zani **Ano:** 1935



O monumento em homenagem a José de Anchieta localiza-se na esquina da rua General Osório e do ponto onde a rua Irmã Serafina muda de nome para Avenida Anchieta. Era composto por uma herma em bronze representando o padre jesuíta colocada sobre um pedestal em granito com a inscrição “Ao Padre Anchieta - Campinas”. Hoje, encontra-se totalmente depredado, tendo todas as letras em bronze e a própria escultura furtados, constando apenas o pedestal vandalizado.

Nascido em 1534 nas ilhas Canárias, então sob domínio da Espanha. Foi encaminhado para estudar em Portugal, e ingressou na Cia. de Jesus aos 17 anos. Dois anos mais tarde, ainda não ordenado padre, embarca para as terras da América portuguesa, passando por Salvador e se estabelecendo finalmente na capitania de São Vicente. Passou a atuar na catequização indígena, sendo responsável pela escrita da primeira gramática da língua Tupi.

### Fontes:

SILVA, Úrsula Andréa de Araújo. **Práticas educativas interculturais no Brasil do século XVI: experiências narradas nas cartas do padre jesuíta José de Anchieta**. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.



## Homenagem a Guilherme de Almeida (futada)

**Artista:** Fausto Mazzola **Ano:** 1972



O Monumento em homenagem a Guilherme de Almeida consistia em uma cabeça em bronze, colocada sobre um pedestal de granito (ambos furtados) que se projetava de uma base em granito onde estão gravados os versos “Como de mim há de partir uma alma / De mim partiu meu primeiro verso / Campinas, amorosa, amada minha, / Eu deixei de ser ‘eu’ para ser ‘nós’”.

O poeta Guilherme de Andrade e Almeida nasceu em Campinas em 1890. Em 1912 graduou-se em Direito na Universidade de São Paulo, atuando como promotor até 1923, quando passou a dedicar-se à atividade de escritor. Publicou uma vasta obra literária e foi membro importante e divulgador do movimento modernista, passando a ocupar, a partir de 1930, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Em uma eleição realizada pelo jornal Estado de São Paulo, foi eleito por seus pares o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”. Atuou também como jornalista, cronista e jurista.

Alistou-se em São Paulo e combateu na ocasião da Revolução Constitucionalista, em 1932 e, com a derrota paulista, foi preso e, posteriormente, ficou exilado em Portugal por um ano.

### Fontes:

ULRICH, Aline. **Guilherme de Almeida e a construção da identidade paulista**. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; PUPO, Celso Maria de Mello; CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. (1974). **Campinas em pedra e bronze: guia dos Monumentos e placas comemorativas de Campinas**. Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas.

## Jockey Club Campineiro

**Arquiteto:** Augusto Lefrève **Ano:** 1925



A construção, localizada onde anteriormente havia se instalado a casa de Câmara e Cadeia, então sede administrativa de Campinas, foi obra do arquiteto Augusto Lefrève, em estilo eclético, inaugurada em 1925 para servir como sede do “Club Campineiro”, fundado originalmente em 1887 como agremiação social voltada para a convivência, bailes e festas da elite campineira. Este clube social fundiu-se posteriormente, em 1957, ao Jockey Club, instituição fundada por Antonio Egydio de Souza Aranha em 1878.

As corridas de cavalo em campinas iniciaram-se por volta da década de 1870, e eram então realizadas em uma pista construída nos arredores da atual avenida Andrade Neves, e ocorreram continuamente até os anos de 1889 e 1890, quando ficaram paralisadas no contexto da epidemia de febre amarela e só retornaram na década de 1920.

A construção foi recentemente revitalizada em um processo terminado em 2008 que contou com um estudo luminotécnico. É considerada uma das “sete maravilhas de Campinas”.

### Fontes:

NUNES, Danilo Ciaco. **Práticas de divertimento em Campinas no fim do século XIX (1870-1900) : tensões e conformidades com o desenvolvimento capitalista** . 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Patrimônio Cultural da Região Metropolitana de Campinas** - EMPLASA. 2018 disponível em: <<https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/PATRIMONIO-CULTURAL-DA-REGIAO-METROPOLITANA-DE-CAMPINAS.pdf>> acesso em Ago/24



## Basílica de N. Sra. do Carmo

**Arquiteto:** Hoche Neger Segurado **Ano:** 1939



A Basílica de Nossa Senhora do Carmo, construção em estilo neogótico inaugurada em 1939, está localizada na praça Bento Quirino, no local onde, em 1781 foi inaugurada a Igreja de Santa Cruz, popularmente conhecida como Matriz Velha, edificada em taipa e com estilo colonial que passou por diversas transformações acompanhando o ritmo acelerado de crescimento da cidade até 1807, quando foi concluída e inaugurada a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição. Deixou então de ser utilizada até 1846 quando, após uma nova reforma reabriu as portas e, em 1870, passou a sediar novamente uma paróquia na cidade, dividindo espaço com a nova matriz que invocaria, por influência das irmãs carmelitas, a designação de Nossa Senhora do Carmo.

Em 1929, devido a problemas estruturais evidenciados pelo surgimento de rachaduras, a construção, exceto as torres, foi demolida, sendo então construída a edificação atual, que tem internamente os altares em mármore feitos pelo artista Lélío Coluccini e pinturas de Bruno Sercelli.

### Fontes:

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Patrimônio Cultural da Região Metropolitana de Campinas** - EMPLASA. 2018 disponível em: <<https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/PATRIMONIO-CULTURAL-DA-REGIAO-METROPOLITANA-DE-CAMPINAS.pdf>> acesso em Ago/24 ROSADA, Mateus. **Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

## Solar do Visconde de Indaiatuba

**Arquiteto:** Desconhecido **Ano:** 1846



O Solar do Visconde de Indaiatuba se localiza na esquina das ruas Barão de Jaguará e General Osório, sendo construído com a técnica de taipa de pilão pela irmã do Visconde (e sogra, uma vez que este se casou com uma sobrinha). A fachada, o telhado e o interior passaram por reformas nas primeiras décadas do século XX, quando passou a ter uso comercial. Em 1994 a edificação passou por um incêndio que a destruiu quase completamente. Anos depois, foi construído no local o prédio que ali se encontra, em um projeto que buscou manter, dentro das possibilidades concretas, algumas características do prédio original.

Joaquim Bonifácio do Amaral era proprietário da fazenda Salto Grande, em Amparo, e da Sete Quedas, em Campinas. Era grande produtor de café no município, fato que lhe trouxe o título nobiliárquico de Barão e, após receber o imperador em sua residência por ocasião de sua visita a Campinas, o de Visconde de Indaiatuba. Foi fundador e participou da direção do Clube da Lavoura de Campinas, uma entidade patronal que buscava defender politicamente os interesses dos grandes latifundiários. Desta maneira, grande parte de sua atuação política se deu em torno das questões do momento em que vivia, sobretudo naquelas relativas à abolição do trabalho escravo e à introdução do trabalho imigrante

### Fontes:

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **O visconde imigrantista e sua escravaria.** História e Economia – Revista Interdisciplinar. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 105-126, 1o sem. 2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Patrimônio Cultural da Região Metropolitana de Campinas** - EMPLASA. 2018 disponível em: <<https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/PATRIMONIO-CULTURAL-DA-REGIAO-METROPOLITANA-DE-CAMPINAS.pdf>> acesso em Ago/24



## Palácio da Justiça

**Arquiteto:** José Maria Neves **Ano:** 1942



Nos “Planos de Melhoramentos Urbanos” de Prestes Maia, a região da Praça Visconde de Indaiatuba, onde se encontrava a igreja do Rosário, foi idealizada com a função de se configurar em uma praça cívica. Para tal, conforme as ideias do engenheiro e urbanista, deveria ser edificada no local uma construção pública. Tal ideia se materializou em 1942 com a construção do prédio do Fórum de Campinas, popularmente conhecido como Palácio da Justiça, inaugurado antes mesmo da demolição da igreja em 1956. Após a demolição, o espaço por ela ocupado passou a ser a praça Guilherme de Almeida.

No Palácio da Justiça funcionaram diversos juizados e o cartório eleitoral. Grande parte destes órgãos foram transferidos para outras localidades, como a cidade judiciária, complexo construído no bairro Jardim Santana. Está, atualmente (2024) passando por obras de restauro.

A construção, do engenheiro e arquiteto José Maria da Silva Neves, tem influências do art déco e do modernismo. Em sua fachada existem duas imagens em bronze representando a justiça, obras do escultor Lélío Colluccini.

### Fontes:

BADARÓ, Ricardo de S. C. **Campinas: O Despertar da Modernidade**. Campiniana, nº7. Área de Publicações da CMU/UNICAMP, Campinas/SP 1996

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Patrimônio Cultural da Região Metropolitana de Campinas** - EMPLASA. 2018 disponível em: <<https://rmc.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/PATRIMONIO-CULTURAL-DA-REGIAO-METROPOLITANA-DE-CAMPINAS.pdf>> acesso em Ago/24

## Saturnino de Brito



Nascido em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1864, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito graduou-se em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, quando passou a atuar principalmente como engenheiro ferroviário. Posteriormente, passou a produzir projetos na área sanitária, atuando em cidades do interior paulista inserido no movimento higienista que marcou o período entre o final do século XIX e início do XX. Com o desenvolvimento destes primeiros trabalhos se destacou, sendo contratado para desenvolver propostas para diversas cidades brasileiras dentre as quais podemos citar Vitória, Campinas, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Santos, Recife, João Pessoa e Pelotas

Em Campinas produziu e implementou com um projeto sanitário entre 1896 e 1898, que envolvia uma reformulação do sistema de captação e distribuição de água, realizada até então por meio de chafarizes espalhados pelo município, além do de coleta de lixo e esgotos. Atuou também no planejamento da drenagem de áreas alagadiças e na retificação de cursos d'água.

### Fontes:

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana.** Geografia Ensino & Pesquisa, p. 115-122, 2015.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Projeto e obras do Engº Saturnino de Brito para Campinas em fins do século XIX.** Oculum Ensaios, n. 2, p. 10-23, 2002.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro.** Campinas, SP: Unicamp, 2002.



## Paula Souza



Antônio Francisco de Paula Souza foi um importante engenheiro nascido em Itu, no ano de 1843, e foi um dos fundadores da Escola Politécnica de São Paulo. Politicamente era alinhado ao republicanismo, tendo participado da convenção de Itu e, posteriormente ocupando o cargo de deputado e de ministro dos transportes, durante o governo de Floriano Peixoto.

Em Campinas, entre 1875 e 1878 ocupou o cargo de fiscal de obras da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, num período onde a malha ferroviária se expandia. Em 1880, no contexto das modernizações pelas quais a cidade passava, participou ativamente da idealização de um sistema de distribuição de água e coleta de esgoto da cidade, realizando um pioneiro estudo topográfico e hidrográfico da cidade e participando da criação da Cia. Campineira de Água e Esgoto.

### Fontes:

LAPA, José Roberto do A. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900.** Edusp, 1996.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro.** Campinas, SP: Unicamp, 2002.

## Ramos de Azevedo



Francisco de Paula Ramos de Azevedo nasceu em Campinas, em 1851, descendente de uma rica família dona de terras na cidade. Formou-se em Gante, na Bélgica, em 1878, e de lá retornando, abriu seu primeiro escritório na cidade onde nasceu. É considerado um dos introdutores da arquitetura eclética no Brasil, e responsável pelos projetos de diversos edifícios icônicos que marcaram o período final do século XIX, dentre os quais podemos citar, em Campinas, a fachada da Catedral Metropolitana, o Mercado Municipal, a igreja de São Benedito, além de diversos casarões para os barões do café.

Também foi autor, na cidade, de um manuscrito nomeado “Projeto de Código de Posturas, arruamento, nomenclatura, construções, etc”, documento que projetou diversas transformações na organização urbana, servindo de base para legislações posteriores, dentre as quais podemos destacar o “Código de Posturas” de 1880.

Em 1886 Ramos de Azevedo muda-se para São Paulo, criando lá um escritório que será responsável por outras construções notáveis, como o Theatro Municipal, o Mercado Municipal, o Palácio das Indústrias entre diversas outras.

Politicamente era filiado ao pensamento republicano, tendo sido eleito para o cargo de senador estadual, mas desistindo do cargo para se dedicar à ocupação como engenheiro e arquiteto.

### Fontes:

MONTEIRO, Ana Maria Reis Góes. **Ramos de Azevedo e a modernidade urbana da Campinas dos barões do café**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. AMPUR, 2005.

CARVALHO, Maria Cristina W. de. **Bem-morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 4, p. 165-200, 1996.

### Salles de Oliveira



Francisco Salles de Oliveira Júnior nasceu em Jacareí, em 1852 e formou-se em engenharia civil na Universidade de Grand, na Bélgica, em 1886, retornando em seguida ao Brasil onde trabalhou na construção de estradas de ferro. Era filiado ao Partido Republicano Paulista, e foi eleito senador assumindo o cargo em 1892. Posteriormente assumiu o posto de diretor na Cia Mogiana de Estradas de Ferro, onde ficou até falecer, em 1899.

Em Campinas uma de suas principais contribuições foi oferecida ao assumir o cargo de Engenheiro Chefe da Cia Campineira de Águas e Esgotos, com o projeto e implementação de um plano emergencial preocupado com o saneamento da cidade, no contexto das epidemias de febre amarela, apresentado em 1892 e realizado nos anos seguintes.

#### Fontes:

LAPA, José Roberto do A. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900.** Edusp, 1996.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro.** Campinas, SP: Unicamp, 2002.

## Prestes Maia



Francisco Prestes Maia nasceu em Amparo, em 1896 e formou-se engenheiro pela Escola Politécnica de São Paulo em 1917, instituição na qual atuou também como professor. Passou também a trabalhar na Secretaria de Viação e Obras Públicas do governo estadual, participando de projetos urbanísticos para a capital.

Elaborou e dirigiu diversos planos urbanísticos para cidades brasileiras, como Santos, Recife e Campos do Jordão. Em Campinas, elaborou o “Plano de Melhoramentos Urbanos”, o qual recebeu seu nome como alcunha, sendo popularmente conhecido como “Plano Prestes Maia”, que remodelou a região central da cidade e planejou seu modelo de crescimento.

Em 1938 foi nomeado prefeito da capital paulista, pelo interventor federal do estado Ademar de Barros. Neste período também desenvolveu um projeto urbanístico naquela cidade. Governou até 1945, tendo participado das eleições subsequentes, conseguiu o pleito em 1961 e assumiu novamente a prefeitura em 1962. Faleceu sem completar o mandato em 1965.

### Fontes:

BADARÓ, Ricardo de S. C. **Campinas: O Despertar da Modernidade**. Campiniana, nº7. Área de Publicações da CMU/UNICAMP, Campinas/SP 1996

MAYER, Jorge Miguel. **MAIA, Prestes**. In. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL/FGV Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-prestes-maia>> Acesso em Ago/24

## Irmã Serafina



Maria dos Serafins Favre foi uma freira francesa da ordem de São José de Chambéry, que veio para Campinas em 1884 juntamente com outras membras desta ordem para dirigir a Irmandade de Misericórdia de Campinas e também o Asilo de Órfãos ligados à entidade, em cuja escola também lecionava.

Em 1889, com a emergência da epidemia de febre amarela, passa a prestar assistência aos primeiros doentes na Santa Casa, mas, ainda nos primeiros meses, contraiu a doença, vindo a falecer no mesmo ano.

### Fontes:

LAPA, José Roberto do A. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900.** Edusp, 1996.

**ITEM 4450 - Avenida Irmã Serafina** - Acervo Arthur Nazareno Pereira Villagelin - CMU. Disponível em: <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/anpv-01-04450-pdf> Acesso em Ago/24

**Irmã Serafina.** Conheça Campinas. disponível em: <https://conheca.campinas.sp.gov.br/pois/1350> Acesso em Ago/24

**ANEXO A - Fotografias Seleccionadas - Notas do Arquivo e  
Modelo de Impressão (A4)**





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-178

**TÍTULO:** [Jockey Clube de Campinas]

**DATA(S):** [ca.1929] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: fotografia, pb, papel, 9 x 14 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Fotografia preto e branco com vista três quartos do Jockey Clube Campineiro, onde em primeiro plano vê-se o Monumento Túmulo a Carlos Gomes e a Praça Antônio Pompeu.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Título atribuído pela catalogadora. Data atribuída através da data de conclusão da construção do Jockey Clube Campineiro, em 1929.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Antonio Pompeu

Monumento-Túmulo a Carlos Gomes

Jockey Club Campineiro

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

**NOTA DO ARQUIVISTA:** Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-182

**TÍTULO:** Monum. a Carlos Gomes

**DATA(S):** [entre 1940 e 1949] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 8 x 13 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista principal do Monumento-Túmulo ao maestro Carlos Gomes. No topo do monumento de granito, vê-se a estátua em tamanho real do maestro em pose de regência, e, na base, a estátua da cantora lírica Maria Monteiro, representando a cidade de Campinas. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Monum. a Carlos Gomes – 20”.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, papel, pb, 11 x 16,5 cm. Data atribuída pela catalogadora.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Monumento-Túmulo a Carlos Gomes

praça Antonio Pompeu

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

**NOTA DO ARQUIVISTA:** Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-274

**TÍTULO:** Praça Bento Quirino

**DATA(S):** [ca. 1934] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: cartão-postal, pb, papel, 9 x 14 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Cartão-postal com reprodução de fotografia preto e branco com vista parcial da Praça Bento Quirino. À frente, vêem-se pessoas e automóveis estacionados. Ao fundo, vista da fachada principal da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 2 itens: negativo, flexível. Data atribuída através da data de reinauguração do templo, entre 1933 e 1934, e da data de instalação da Herma de César Bierrenbach na Praça Bento Quirino, em 1934.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Bento Quirino

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

**NOTA DO ARQUIVISTA:** Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaboradas por Fernanda Lopes em mar 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-276

**TÍTULO:** Praça Bento Quirino

**DATA(S):** [entre 1940 e 1949] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 9 x 13,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista parcial da Praça Bento Quirino,

onde em primeiro plano se veem transeuntes e dois automóveis estacionados. Ao fundo, vê-se o jardim da praça com vista posterior da Estátua de Bento Quirino e, mais ao fundo, vê-se a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, em destaque. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Pça Bento Quirino –

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 2 itens: fotografia, papel, pb, 8 x 13 cm e 8,5 x 13,5 cm. Data atribuída pela catalogadora através do modelo dos automóveis.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Bento Quirino

Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

**NOTA DO ARQUIVISTA:** Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-83

**TÍTULO:** [Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição]

**DATA(S):** [ca. 1929] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 6 x 8 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista principal da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição, onde se vê, em primeiro plano, parte da Praça José Bonifácio – Largo da Catedral, automóveis estacionados e transeuntes.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 2 itens: fotografia, papel, pb, 13 x 9 cm e 12 x 17,5 cm. Título e data atribuídos pela catalogadora.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição

Praça José Bonifácio – Largo da Catedral

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

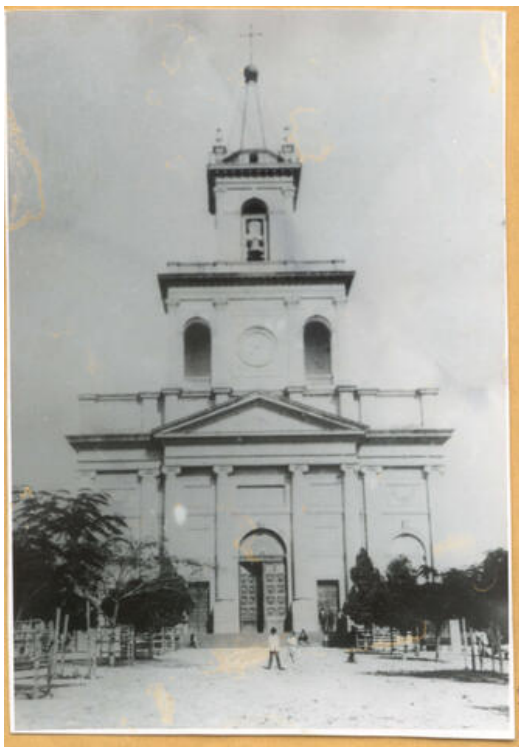
**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

**NOTA DO ARQUIVISTA:** Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-79

**TÍTULO:** [Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição]

**DATA(S):** [entre 1880 e 1889] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 8 x 5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista principal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, papel, pb, 16 cm x 11,5 cm. Local atribuído pelo catalogador. Data atribuída através do item GSJ 34 e da data da inauguração da Matriz e da iluminação a gás.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição - Praça José Bonifácio

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em mar 2023.





### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista parcial da Rua Conceição, onde em primeiro plano se veem transeuntes e estabelecimentos comerciais, e, ao fundo, a Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-526

**TÍTULO:** [Rua Conceição]

**DATA(S):** [1927] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, vidro, 5,5 x 9 cm



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-523

**TÍTULO:** [Rua Conceição]

**DATA(S):** [1892] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, vidro, 9 x 11 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista parcial da Rua Conceição, onde se veem transeuntes. Ao fundo, vista parcial da fachada principal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. À esquerda, vê-se a inscrição “Tullio Giuseppe” na fachada de uma construção.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-533

**TÍTULO:** Rua da Conceição

**DATA(S):** [entre 1940 e 1949] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 11 x 16 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista parcial da Rua Conceição. À esquerda, vêem-se casarões e, à direita, um menino na calçada ao lado das palmeiras imperiais da Praça Carlos Gomes. Vê-se também um automóvel ao centro e, ao fundo, vista parcial da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Conceição. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: "Campinas – Rua da Conceição – 41".

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-204

**TÍTULO:** [Jd. Carlos Gomes]

**DATA(S):** [1940] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, vidro, 12,5 x 16 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista parcial da praça Carlos Gomes, no cruzamento da Rua General Osório com a Rua Irmã Serafina, onde se veem crianças em meio aos jardins da praça. Ao fundo, vê-se um bonde, à esquerda, e o Monumento a Rui Barbosa, à direita.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, papel, pb, 11 x 16 cm. Título e data atribuídos pelo V-8.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Carlos Gomes

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-213

**TÍTULO:** Monumento ao Dr. Thomaz Alves

**DATA(S):** [entre 1940 e 1949] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 8,5 x 13,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista principal do Monumento a Thomaz Alves, na Praça Carlos Gomes, onde vê-se um pórtico com o busto do médico sobre o pedestal ao

centro, bem como um conjunto escultórico com uma estátua de criança e três estátuas femininas ao redor, com representações e alegorias sobre a cidade de Campinas, a medicina e a gratidão. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: “Campinas – Monumento ao Dr. Thomaz Alves – 36”.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 4 itens: fotografia, papel, pb, 8 x 13 cm, (2) 8,5 x 13,5 cm, 24 x 30 cm. Data atribuída pela catalogadora.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Monumento à Thomaz Alvez

Praça Carlos Gomes

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-199

**TÍTULO:** Jardim Carlos Gomes

**DATA(S):** [ca. 1930] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: cartão-postal, pb, papel, 14 x 9 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Cartão postal com reprodução de fotografia preto e branco com vista parcial do Jardim Carlos Gomes. Constan informações na base da imagem: “Jardim Carlos Gomes Campinas”.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 2 itens: negativo, flexível. Data atribuída através de comparação com a imagem APS 132.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Carlos Gomes

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaboradas por Fernanda Lopes em mar 2023.





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-11

**TÍTULO:** [Escola Normal Carlos Gomes]

**DATA(S):** [ca. 1930] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, vidro, 12,5 x 17 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista três quartos da Escola Normal de Campinas, vendo-se, à direita, um automóvel e a Praça Carlos Gomes ao fundo.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, papel, pb, 11 x 16,5 cm. Título e data atribuídos pelo V-8.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Avenida Anchieta

Praça Carlos Gomes

Escola Normal de Campinas

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Lívia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-345

**TÍTULO:** [Casa das Andorinhas]

**DATA(S):** [1938] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, vidro, 12,5 x 17 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com retrato de crianças posando em frente a Avenida Anchieta, onde é possível ver, ao fundo, a Casa das Andorinhas.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: negativo, pb, flexível, 6 x 7 cm (APS 58); 22 itens: fotografia, papel, pb, 11 x 16 cm, (7) 9 x 14 cm, (5) 17,5 x 23 cm, 22 x 30 cm, (4) 24 x 30 cm, 29 x 39 cm, (3) 30 x 40 cm. Publicado em: CAMPINAS: revista mensal de ... »

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Casa das Andorinhas  
Avenida Anchieta

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-333

**TÍTULO:** Theatro Municipal

**DATA(S):** [entre 1940 e 1949] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: fotografia, pb, papel, 8,5 x 13 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Fotografia preto e branco, de autoria de A. M., com vista três quartos do Teatro Municipal de Campinas, vendo-se, à esquerda, parte da Rua Costa Aguiar. Na parte inferior constam as seguintes inscrições: “29 – Campinas – Theatro Municipal” e “A. M.”.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Data atribuída pelo catalogador.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Teatro Municipal de Campinas

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S)** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Lívia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-597

**TÍTULO:** Rua 13 de Maio

**DATA(S):** [entre 1940 e 1949] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 8 x 13 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

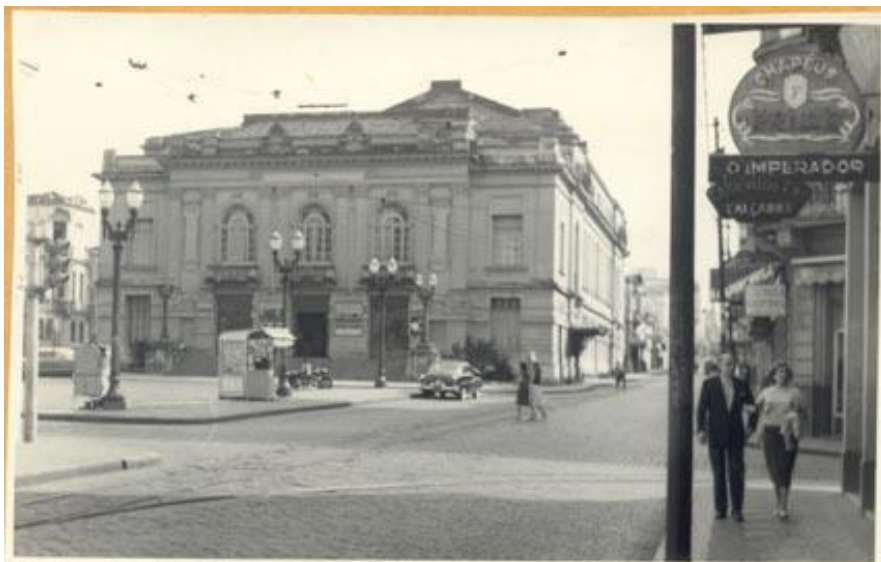
### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista parcial da Rua Treze de Maio, onde se veem transeuntes, automóveis e estabelecimentos comerciais como as Casas Pernambucanas. À direita, vê-se parcialmente o Teatro Municipal de Campinas, a Praça Rui Barbosa e a fachada posterior da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição. No canto inferior esquerdo da fotografia, consta a informação: "Campinas – Rua 13 de maio".

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-2-1

**TÍTULO:** Demolição do Teatro Municipal

**DATA(S):** 1965 (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista três quartos do Teatro Municipal Carlos Gomes. À frente, vê-se a Praça Rui Barbosa, e à direita, placas de estabelecimentos comerciais como “O imperador” e “Casa Moderna Calçados”.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 8x13 cm.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Teatro Municipal Carlos Gomes

Praça Rui Barbosa

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.





## ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-2-93

**TÍTULO:** Demolição do Teatro Municipal

**DATA(S):** 26 nov 1965 (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

## ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

## ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista parcial do Teatro Municipal Carlos Gomes, durante a fase final de sua demolição. À frente, vê-se parte da Praça Rui Barbosa.

## ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

## ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 8 x 13 cm. Local atribuído pela catalogadora.

## PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Teatro Municipal Carlos Gomes

Praça Rui Barbosa

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

## ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

## NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-2-107

**TÍTULO:** [Demolição do Teatro Municipal]

**DATA(S):** 03 dez 1965 (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista do interior do Teatro Municipal Carlos Gomes, durante a fase final de sua demolição. Ao fundo, vê-se a Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 8,5 x 12,5 cm. Título e local atribuído pela catalogadora.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO** Teatro Municipal Carlos Gomes

Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-2-140

**TÍTULO:** Demolição do Teatro Municipal

**DATA(S):** 15 dez 1965 (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, onde se veem trabalhadores em meio aos escombros da demolição do Teatro Municipal Carlos Gomes. Ao fundo, vê-se a parte posterior da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 8,5 x 13 cm. Local atribuído pela catalogadora.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Teatro Municipal Carlos Gomes

Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-225

**TÍTULO:** [Praça Visconde de Indaiatuba]

**DATA(S):** [ca. 1948] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 9 x 14 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco com vista principal da Praça Visconde de Indaiatuba – Largo do Rosário,

onde em primeiro plano se veem carros de praça, transeuntes e o Monumento a Campos Sales, ao centro. Ao fundo, vê-se a Capela Nossa Senhora do Rosário.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, papel, pb, 8,5 x 14 cm; 2 itens: negativo, flexível, 6 x 7 cm. Título e data atribuídos pelo V8.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Visconde de Indaiatuba

Monumento a Campos Sales

Capela Nossa Senhora do Rosário

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Livia Corrêa. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-255

**TÍTULO:** [Praça Guilherme de Almeida]

**DATA(S):** [ca.1970] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista principal da Praça Guilherme de Almeida, onde se veem transeuntes em primeiro plano, e o Palácio da Justiça ao fundo.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, papel, pb, 8,9 x 4,9 cm. Título e data atribuídos pelo catalogador.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Praça Guilherme de Almeida

Palácio da Justiça

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição realizada por Fernanda Lopes e Lucas Resck em jul de 2023.





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-1-3

**TÍTULO:** Demolição da Igreja do Rosário

**DATA(S):** [entre maio e set 1956] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista três quartos da Capela Nossa Senhora do Rosário durante o processo de demolição. À frente, vê-se uma parada de ônibus e transeuntes.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Data atribuída pela catalogadora, através da data de demolição da Igreja N. Srª do Rosário.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Capela Nossa Senhora do Rosário

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-1-8

**TÍTULO:** Demolição da Igreja do Rosário

**DATA(S):** [entre maio e set 1956] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 9 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista principal da fachada em demolição da Capela Nossa Senhora do Rosário.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 13 x 8,5 cm. Data atribuída pela catalogadora, através da data de demolição da Igreja N. Srª do Rosário.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Capela Nossa Senhora do Rosário

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.





### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-1-16

**TÍTULO:** Demolição da Igreja do Rosário

**DATA(S):** [entre maio e set 1956] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, produzido por Aristides Pedro da Silva, com vista parcial da Capela Nossa Senhora do Rosário durante sua demolição.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 13,5 x 9,5 cm. Data atribuída pela catalogadora, através da data de demolição da Igreja N. Srª do Rosário.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Capela Nossa Senhora do Rosário

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-1-31

**TÍTULO:** Demolição da Igreja do Rosário

**DATA(S):** [entre maio e set 1956] (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 5,5 x 8,5 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, produzido por Aristides Pedro da Silva, onde se vê os escombros da Capela Nossa Senhora do Rosário, durante a fase final de sua demolição.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### ÁREA DE NOTAS

**NOTA:** Outros itens da imagem: 1 item: fotografia, pb, papel, 8,5 x 13 cm. Data atribuída pela catalogadora, através da data de demolição da Igreja N. Srª do Rosário.

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO DE ASSUNTO:** Capela Nossa Senhora do Rosário

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**PONTOS DE ACESSO DE GÊNERO:** Iconográfico

### ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

**IDIOMA(S):** português do Brasil

### NOTA DO ARQUIVISTA

Descrição previamente elaborada por Thais Cunha. Revisão e descrição elaborada por Fernanda Lopes em 2023.



### ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** BR SPCMU APS-1-1-5-6

**TÍTULO:** Despedida dos bondes

**DATA(S):** out 1968 (Produção)

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Item

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 item: negativo, pb, flexível, 6 x 9 cm

### ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

**NOME DO PRODUTOR:** Aristides Pedro da Silva (1921-2012)

**ENTIDADE CUSTODIADORA:** Centro de Memória-UNICAMP

### ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Negativo preto e branco, de autoria de Aristides Pedro da Silva, com vista parcial de um bonde elétrico em circulação pela Avenida Francisco Glicério. O bonde apresenta uma coroa de flores em sua dianteira e pessoas em seu interior.

### ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

**IDIOMA DO MATERIAL:** português do Brasil

### PONTOS DE ACESSO

**PONTOS DE ACESSO LOCAL:** Campinas, SP

**Reprodução dos originais fotográficos de V8**  
**Acervo CMU**  
**(sem escala)**



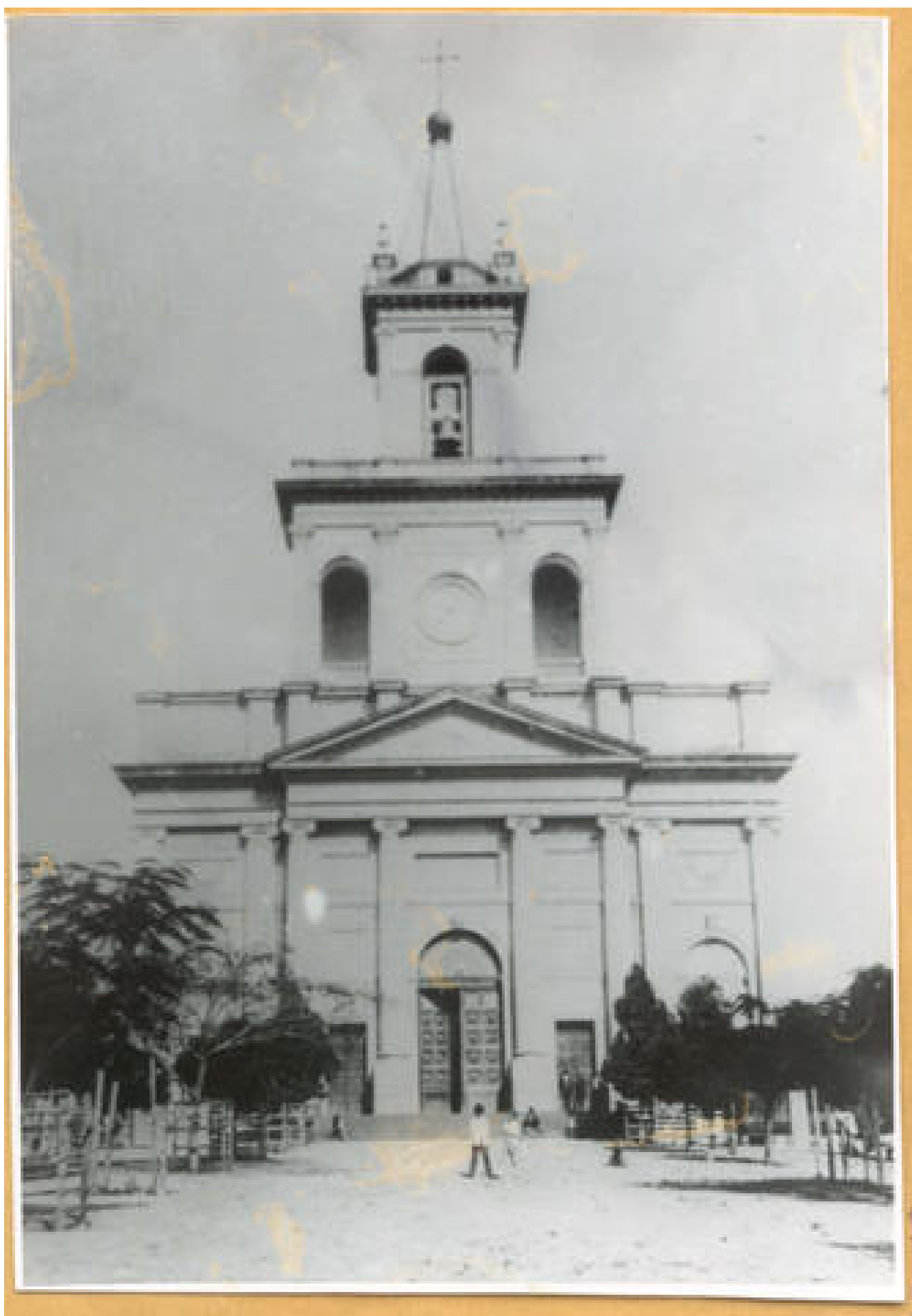
























*Campinas - Monumento ao Dr. Thomas Alves - 36*











29 - CAMPINAS - THEATRO MUNICIPAL

A. M.



